

Fevereiro de 2016

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de Notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços Basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, O PAÍS, A República, Expansão, Grandes Notícias, Novo Jornal e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como: ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chela.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 A redistribuição do rendimento tem de ser o novo modelo de crescimento económico em Angola	6
1.2 Quando o país é pobre	7
1.3 Famílias angolanas sofrem com os efeitos da crise	7
1.4 INE e BNA com atrasos na divulgação de estatísticas e indicadores	8
1.5 ONU recomenda transição suave	9
1.6 Angola per(corre) caminho para ser país de rendimento médio	10
1.7 800 mil pessoas estão a morrer de fome em Angola	11
1.8 Novos aeroportos absorveram grande parte do dinheiro do petróleo	12
2. MICROFINANÇAS	13
3. MERCADO INFORMAL	14
3.1 Mercado do 30 na mira do general Higinio Carneiro	14
3.2 “Acelerar e modelar a diversificação é possível, basta que se quere”	14
3.3 Mercado informal e grossistas “acertam” preços	16
3.4 Governo dá combate à especulação	17
3.5 Sector do Comércio reforça fiscalização	17
3.6 Actividade de moto táxi não está licenciada em todo o país	18
3.7 Grossistas e mercados informais baixam preços esta semana	18
3.8 Jovens lavam carros para sustentar famílias	19
3.9 Ocupação ilegal é alvo de actuação policial	20
3.10 Autoridades apertam cerco a especuladores	20
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	22
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	23
5.1 Cidade alta declara “guerra ” contra a “paz” das redes sociais em Angola	23
5.2 Luanda em Números	24
5.3 Higinio Carneiro dá cartão vermelho ao kilamba kiaxi e Cazenga	25
5.4 Higinio Carneiro exonera administradores municipais	26
5.5 José Tavares exonerado da Comissão Administrativa	26
5.6 O comboio ainda é "malandro"	27
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	29
6.1 IPU calculado abaixo do preço de construção	29
6.2 Milhares de moradias concluídas no Cuito	31
6.3 Quem trava o desgaste das vias da urbanização Nova vida	31
6.4 Famílias receberam residências	32
6.5 Governador entrega moradias sociais	32
6.6 Casas sociais são entregues em Março	33
6.7 Casas sociais respondem a procura de habitações	33
6.8 Governo com medo de anunciar a destruição de mais de 20 prédios	34
6.9 Imogestim vende lojas no Sequele	34

6.10 Imposto casebral	35
6.11 Mais de 200 mil casas encontram-se Fechadas em Angola	36
6.12 Moradores não têm que pagar já prestações de 2015, diz AADIC	37
6.13 Prédio Anangola recebe novos moradores	38
6.14 Pedreiros com a mão na massa para garantir a sustentabilidade	39
6.15 Imogestin apresenta prémio	40
6.16 Centenas de casas para antigos combatentes	40
6.16 População recebeu habitações	41
6.17 Urbanismo tem metas satisfatórias	41
6.18 ONU elogia programa de assentamentos	42

7.TERRA 43

7.1 Zenu entra na “guerra” de terrenos	43
7.2 Prédio Anangola recebe novos moradores	43
7.3 Habitantes transferidos para zonas seguras	44
7.4 O Esbulho de terras, a queixa e o desmentido de Sindika	44
7.5 Administração municipal recupera terras	47
7.6 Futungo de Belas sob tensão	47
7.7 Administração loteia terrenos para moradias	48
7.8 Famílias vão para zonas seguras	48

8. SERVIÇOS BÁSICOS 50

8.1 Envolvimento de munícipes na gestão de resíduos sólidos	50
8.2 Ruas continuam inundadas no Cazenga	50
8.3 Governador fornece meios de sucção das águas	51
8.4 Saneamento com melhorias significativas	52
8.5 Do lixo ao resgate de valores em Luanda	52
8.6 Autoridades remedeiam inundações no Coelho	54
8.7 A chuva que atormenta e complica	54
8.8 Angola sai da lista de monitoramento contra branqueamento de capitais	55
8.9 Criados centros em Malanje para tratamento de resíduos	56
8.10 Garimpo com os dias contados	56
8.11 População já consome água potável	57
8.12 Estação de bombagem garante mais água á zona alta do Lobito	57
8.13 Sistema de água potável vai mudar a vida do Ngove	58
8.14 Bairro de Chitato com mais água Potável	59
8.14 Trabalhadores exigem demissão do PCA	60
8.15 Novo sistema de distribuição em Caluquembe	61
8.16 Cobertura de 80% de água potável	61
8.17 Formação dos técnicos do sector das águas	63
8.18 Água turva nas torneiras é sinónimo de crise?	64

9 GÉNERO E VIOLENCIA 66

9.1 Criminalidade atormenta moradores	66
---------------------------------------	----

10 AMBIENTE 68

10.1 Khoisan precisam de ajuda alimentar	68
10.2 INAMET esclarece causas das fortes chuvas no país	68
10.3 Ruas continuam inundadas no Cazenga	69
10.4 Xurrada deixou Luanda intransitável	70

10.4 Governador fornece meios de sucção das águas	70
10.6 Ambiente e PNUD assinam memorando	71
10.7 Bom dia, senhor governador	72
10.8 Chuvas fortes deixam rasto de destruição em Luanda e Cuanza-Norte	73
10.9 Milhares de casas estão inundadas	74
10.10 Chuvas desalojam famílias	74
10.11 Chuvas destroem campos agrícolas	75
10.12 Árvores resistentes a mudanças	75
10.13 Alterações Climáticas têm influência	76
10.14 Autoridades remedeiam inundações no Coelho	76
10.15 Projectos de defesa ambiental reduzem alterações climáticas	77
10.16 Habitantes transferidos para zonas seguras	78
10.17 Mitigar os danos da chuva	79
10.18 Chuvas torrenciais causaram prejuízos	80
10.19 Condições climáticas afectam milhões de angolanos	80
10.20 Chuvas desabrigam mais de 100 pessoas em Menongue	81
10.21 A chuva que atormenta e complica	81
10.22 Angola sai da lista de monitoramento contra branqueamento de capitais	82
10.23 Impacto das chuvas em Luanda: Resolver as causas para não padecer das consequências	83
10.24 Apicultura moderna na região	84
10.26 Famílias vão para zonas seguras	84
10.27 Mais de seis milhões de Angolanos estão sensibilizados	85

II MIGRAÇÃO

87

11.1 MPLA promove a imigração ilegal em Angola	87
11.2 SME repatria imigrantes	88
11.3 Deputados defendem política migratória no país	89
11.4 Remessas dos angolanos a trabalharam em Portugal subiram 41,5% no ano passado	89
11.5 Contra a imigração ilegal	89

12 EXPLORAÇÃO MINEIRA

91

12.1 Ministro da geologia e minas com dias contados	91
12.3 Reforçado o controlo das áreas mineiras	92

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 A redistribuição do rendimento tem de ser o novo modelo de crescimento económico em Angola

Jornal Expansão
5 De Fevereiro de 2016

Com o fim do ciclo do petróleo e a propaganda da diversificação da economia, o pensamento económico e a reflexão estratégica têm de se deslocar para a redistribuição do rendimento e da riqueza enquanto modelo alternativo para o crescimento do País.

Com as informações que vão chegando, os estudos que vão sendo elaborados e as previsões que se vão efectuando (em horizontes de largo prazo, umas com mais e outras com menos credibilidade e confiança), o ciclo do petróleo está na verdade a chegar ao fim. Não só enquanto fonte de financiamento da actividade económica de alguns países e financeira dos seus Estados e Governos, mas igualmente como uma componente da produção nacional. O ciclo do petróleo provavelmente a melhor designação será 'ciclo do petróleo caro' - está a ser afectado pelo preço desta com moditie e pelos extraordinários ganhos de eficiência que se vão acumulando, ano após ano, desde 1971/1973, após a dramática subida do preço médio em praticamente 100%. Numa palestra na UCAN/CEIC, dia 28 de Janeiro, orientada pelo professor Mark Roland Thomas (Gerente do Departamento de Macroeconomia e Gestão Fiscal para África do Banco Mundial - BM) ficaram claros os desafios que as economias africanas defrontam no futuro. Em particular, as que têm centrado o seu modelo de crescimento na exportação de petróleo e na concentração do rendimento derivado desta actividade numa pequena elite política e empresarial. A despeito de algumas diferenças entre as previsões do preço futuro do petróleo, todas parecem convergir para valores compagináveis com a procura mundial e os avanços tecnológicos altamente poupadores de energia. Até 2020, o BM aponta para um preço médio entre 40 USO e 50 USO o barril. O FMI é um pouco mais optimista, indicando para 64 USO (4 dólares acima do valor médio de 2009, na crise económica e financeira mundial e que determinou uma taxa de variação do PIB de apenas 2%).

Mesmo com 80 USO o barril, o desequilíbrio financeiro da economia nacional poderia atingir 14,8 milhões USO diários (ou seja, 6.752,5 milhões USO anuais). Os canais através dos quais se faz a distribuição ilegítima das receitas do petróleo - a Sonangol e o Orçamento Geral do Estado - estão a ficar esgotados, entendendo-se, portanto, que o regime procure outras modalidades de manutenção desse status quo, pela via da sua reestruturação empresarial (possivelmente com a privatização - dirigida e preferencial - de todas as actividades fora do seu core business), da criação de novos impostos que salvaguardem a contenção do défice fiscal em limites aceitáveis e da atribuição de obras públicas financiadas com as linhas de crédito externas (mormente a chinesa) a agentes económicos com ligações umbilicais ao regime político.

A diversificação das economias é o seu estado natural, pois não há sistemas económicos estáticos (provavelmente só o do Robin Crusué). O crescimento e a transformação no tempo são as suas características essenciais, sendo, afinal de contas, a diversificação a sua consequência mais evidente. Neste sentido, não há nem início, nem fim dos processos de diversificação nas economias de mercado, que funcionam na base dos comportamentos adaptativos e reactivos dos agentes económicos. Também da sua capacidade de pro-actividade, através do que Joseph Schumpeter chamou de "destruição criadora".

Da aprendizagem que tenho retirado da leitura deste tema sobrou o seguinte: há uma boa e uma má diversificação. A boa é a que se centra num modelo de competitividade de altos salários e elevada produtividade. É o modelo que funciona em contextos de economias abertas e de globalização crescente das forças produtivas nacionais. A má é alicerçada em salários baixos, produtividades incompetitivas e num mercado doméstico fechado e protector de interesses das elites económicas e políticas. A mais-valia retirada é à custa da exploração da força de trabalho, impreparada para resistir a estratégias empresariais de obtenção de lucro fácil e rápido. A diversificação e o seu complexo processo não é uma matéria de exclusiva responsabilidade do Estado e das suas instituições, mas principalmente uma questão de sobrevivência dos empresários e da economia em situações de choques externos importantes e cujos efeitos se agravam quando os tecidos económicos se concentram numa única actividade de exportação e em produções locais de fraco valor de incorporação e de elevados índices de incompetitividade. A melhoria da competitividade depende, evidentemente, da existência de ambientes

de negócios bem estruturados, transparentes e que convidem ao investimento privado.

I.2 Quando o país é pobre

Jornal Folha 8

6 De Janeiro de 2016

A União Europeia, consciente de que Angola é um país pobre e que, por isso, não tem meios para acudir às necessidades seu Povo (e os muitos meios que tem são para sustentar o clã presidencial) vai atribuir 1,3 milhões de euros para apoiar mais de 190 mil pessoas, sobretudo crianças, de comunidades afectadas pela seca das províncias do Cunene e da Huíla.

Em nota de imprensa, a União Europeia refere que a verba, a ser aplicada pela organização não-governamental Visão Mundial e o departamento nacional de nutrição do ministério da saúde de Angola, visa reduzir a mortalidade e morbilidade infantil causada pela desnutrição. Com o referido valor vai ser proporcionado, durante um ano, a assistência nutricional, a crianças com sintomas de má nutrição aguda ou moderada, nomeadamente menores de cinco anos.

A intervenção vai também permitir um aumento da capacidade de resistência das populações rurais, bem como do seu conhecimento das melhores práticas para a prevenção e tratamento da desnutrição infantil no futuro.

A União Europeia considera “alarmante” a situação de insegurança alimentar que enfrenta o sul de Angola, há alguns anos devido à falta de chuvas, particularmente as províncias do Cunene e da Huíla.

O apoio financeiro visa igualmente adquirir e distribuir alimentos terapêuticos e suplementares para os centros de nutrição, além das sessões de formação para o pessoal sobre a identificação e tratamento de crianças malnutridas essa intervenção de emergência, adianta ainda a nota, vai ser complementada com actividade desenvolvimento previstas no IIº Fundo Europeu de Desenvolvimento, o maior instrumento de cooperação e financiamento da União Europeia em Angola, que se prolonga até 2020. Com um financiamento total de 195 milhões de euros para intervenções nos sectores da agricultura, água e saneamento e educação superior, a União Europeia pretende apoiar o Governo angolano no reforço da segurança alimentar e nutricional em Angola, dentro da sua estratégia global para acabar com a desnutrição infantil crónica mundial.

I.3 Famílias angolanas sofrem com os efeitos da crise

Jornal Manchete

12 De Fevereiro de 2016

Texto: Moreira Mário

Centena de famílias em Angola estão a ser amplamente afectadas pela crise financeira, causada pela queda do preço do petróleo nos mercados internacionais. Empresas estão a encerrar as portas e aquelas que permanecem, estão a reduzir pessoal com despedimentos em massa.

O destaque recai sobre o sector da construção civil, que emprega grande parte da mão-de-obra directa no país. Mais de 7.000 angolanos perderam o emprego no ano passado, em consequência da crise financeira e económica que o país atravessa, segundo dados dos sindicatos referentes a quatro províncias. De acordo com números transmitidos pelo secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos - Confederação Sindical (UN-TA-CS), o sector da construção civil é que mais sente a falta de recursos financeiros no Estado, devido à quebra para metade das receitas fiscais com a exportação de petróleo, tendo perdido mais de 6.500 empregos no ano de 2015.

Números que, enfatiza Manuel Viage, se referem apenas à situação nas províncias de Luanda, Benguela, Cuanza Sul e Huíla, sendo a construção um sector que, segundo a estimativa da UN-TA-CS, contava com mais de 60.000 trabalhadores dos quais 20.000 sindicalizados.

A situação do desemprego em Angola tornou-se ainda mais crítico face à medida do Governo que decidiu em 2015, não poder efectuar concursos públicos para vagas na função pública, afectando ainda mais a juventude que procura emprego.

Populares vêem com muita preocupação esta questão e apelam há quem de direito no sentido de encontrar uma saída urgente. No táxi, no local de trabalho, locais públicos e não só, são frequentes os comentários no seio dos populares sobre a crise e a subida vertiginosa do preço dos combustíveis.

Combustíveis, serviços e produtos básicos com preços a doer

Embora o assunto não seja novo para os angolanos, mas o certo é que os principais produtos básicos

registaram um aumento significativo desde a subida dos preços dos combustíveis a 1 de Janeiro de 2016. A notícia caiu como uma bomba, já que apanhou todos os cidadãos de surpresa. O preço da botija de gás butano de 12 quilos que custava em finais do ano de 2015, 625 kwanzas, está agora a ser comercializada por revendedores oficiais da Sonangol por 1200 kwanzas. Porém, no mercado informal o cidadão já paga a 3000 kwanzas.

O preço do pão subiu para 40 kwanzas e os proprietários das padarias associam essa alteração ao brutal aumento do preço do gasóleo. "Ao mesmo tempo que se tomam medidas, penalizam a maioria da população. Gostaria de ver também o chefe do Executivo adoptar medidas de contenção -das despesas, como diminuição de viagens desnecessárias, de seminários e de workshops sem utilidade e redução de ministérios", disse o agrónomo Fernando Pacheco, citado pelo Expresso.

Depois de terem feito troça da crise por que passaram os portugueses, os angolanos começam, agora, também a lamber as suas próprias feridas, acrescentou o especialista. Com o cerco económico e financeiro a apertar por todos os lados, quem investiu no negócio imobiliário começa a ver os apartamentos fechados por falta de clientes. "Ninguém vai voltar a alimentar a especulação imobiliária", adverte outro especialista, o economista Jeremias Salvador.

Em Luanda, os proprietários de viaturas de topo de gama, já não enchem, com a mesma facilidade do passado, os depósitos das suas viaturas. Pior do que isso é o panorama no meio rural, onde o aumento da gasolina e do gasóleo constituiu um rude golpe para quem recorria a geradores de baixo custo como única fonte de energia eléctrica.

A subida vertiginosa observa-se também nos produtos alimentares como arroz, óleo vegetal, frescos (peixe, carne e aves). Os cidadãos falam com tristeza sobre a subida do saco de arroz de 25kg, que está agora a custar o dobro: 5200 kwanzas contra os 3700

kwanzas anterior. "Está insuportável esta situação", lamentam.

O preço da corrida de táxi também marcou a vida de quem diariamente depende deste meio para deslocação. A custar oficialmente J 50 kwanzas, desde altura em que também houve um aumento do preço de combustível, estudantes e funcionários que ganham menos de 50 mil kwanzas ressentem-se com esta medida.

Em comunicado, o Ministério das Finanças justifica o aumento dos derivados do petróleo como sendo "um

esforço contínuo para adaptação de preços realistas" e o "reforço dos programas de cunho social, que vão permitir a redução das desigualdades sociais, uma vez que o valor da subvenção em termos absolutos beneficia os grupos mais favorecidos, bem como para estimular a prática do contrabando do combustível nos países vizinhos". "Pelo menos até agora não vejo em que vertente a subida dos combustíveis vem beneficiar as famílias mais desfavorecidas, ao contrário, ela está a ser a mais prejudicada, visto que diversos bens e serviços continuam a registar aumento, com os salários dos funcionários totalmente baixos", lamentou o cidadão Avelino Pemba.

O economista Carlos Rosado de Carvalho realçou recentemente que a actual relação do preço do petróleo vai exigir um ajustamento e o mesmo terá necessariamente por uma grande perda do poder de compra dos angolanos, sobretudo dos trabalhadores. Carlos Rosado disse que não haverá muitas possibilidades de aumento dos salários e apela os trabalhadores a conformarem-se com essa grande perda do seu poder de compra.

Sustento das famílias em

Uma revendedora de peixe, visivelmente agastada com a situação, diz que já não consegue sustentar a família com o lucro que retira da venda ambulante e apela ao Governo para que inverta o quadro. "O peixe subiu, você vai na zunga e não ganha nada. As vezes só ganha mil kwanzas, o Governo tem de olhar para isso. Estamos a sofrer", afirma.

Associa-se a esta realidade a subida dos preços de energia eléctrica e água potável. O Governo anunciou no início de 2015 a possibilidade de um aumento de 10% no preço dos combustíveis, no país. Esta alteração representa, na verdade, uma redução do subsídio estatal no preço final ao consumidor. Diferentemente de outros países que tentam balizar o preço dos combustíveis pelas cotações internacionais, em Angola o preço é tabelado pelo Estado.

I.4 INE e BNA com atrasos na divulgação de estatísticas e indicadores

Jornal expansão

12 De Fevereiro de 2016

Texto: Nzongo Bernardo dos Santos

O Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Banco Nacional de Angola (BNA) deixaram de disponibilizar nos últimos meses, nos prazos previstos, informações sobre a actividade e desempenho económico do País, constatou o

Expansão numa consulta aos sites oficiais das instituições.

O INE, por exemplo, ainda não fez a divulgação definitiva dos resultados do Censo Geral da População e da Habitação 2014, que deveria ter ocorrido em Outubro do ano passado.

O organismo liderado por Camilo Ceita tem vindo também, de forma repetida, a não publicar na data prevista (ver tabela ao lado) os comunicados sobre os índices de Preços ao Consumidor (IPC) e de Preços Grossistas (IPG).

As Folhas de Informação Rápida (FIR) com os índices de produção industrial, comércio externo e conjuntura económica relativas ao IV trimestre de 2015 não também foram ainda publicadas e deveriam ter sido em Janeiro.

Os dados preliminares das Contas Nacionais de 2014, que deveriam ter sido divulgados em Dezembro 2015, não estão igualmente disponíveis.

Pelo BNA, há atrasos em documentos como os Relatórios de Inflação (o último disponível no site é referente ao primeiro trimestre de 2015). Por outro lado, o mais recente Relatório de Estabilidade Financeira refere-se ao primeiro semestre de 2014, não havendo também dados relativos aos segundos semestres de 2013 e 2014, entre outros.

Ao Expansão, o economista e professor universitário João Zumba sublinha que "andamos sempre atrasados na divulgação dos indicadores, e não há desculpa plausível para estes atrasos".

"Quanto mais cedo e mais claramente a informação estiver disponível para os investidores e não só, melhor para o País, porque o tempo para investidores, empresários e para quem nos concede financiamento vir colocar dinheiro 'às escuras' ou no vazio já passou".

Para o docente, para se contornar a situação dos atrasos é preciso que, a curto prazo, se priorize de forma intensiva a formação no domínio das estatísticas, pois o País "possui um exíguo número de quadros com formação nesta área, e alguns apresentam muitas debilidades e fragilidades técnicas".

O também economista José Quiconha defende que "é imperioso as instituições divulgarem as estatísticas nas datas programadas, pois os agentes económicos criam expectativas e muitas vezes desenvolvem suas actividades com base nas publicações oficiais".

"A gestão do tempo das matérias a serem publicadas é incontestável", diz, sublinhando que "os atrasos não devem ser recorrentes porque são danosos, uma vez que retardam as avaliações económicas e sociais, comprometem investigações científicas e dificultam a administração do ambiente de negócio".

O Expansão procurou ouvir junto do BNA e INE explicações sobre os atrasos, mas não obteve respostas até ao fecho desta edição.

I.5 ONU recomenda transição suave

Jornal de Angola

14 De Fevereiro de 2016

A Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou ontem uma resolução que convida Angola a preparar, durante um período de cinco anos, a sua graduação da categoria de País Menos Avançado (PMA) para a de Renda Média.

De acordo com o documento, até Dezembro de 2020 o país vai desencadear a sua estratégia nacional de "transição suave", com o apoio do sistema das acções Unidas e em cooperação com os seus parceiros bilaterais e multilaterais de desenvolvimento.

Essa estratégia consiste na criação de um mecanismo de apoio ao processo de graduação, elaboração de um roteiro contendo os passos a seguir e os marcos do processo, bem como as implicações da graduação. Para o efeito, é necessário estudar formas e criar sistemas de alerta para evitar reduções bruscas da assistência técnica ao país e das vantagens inerentes ao estatuto de PMA.

Ao mesmo tempo, o Executivo deve elaborar políticas económicas e sociais de transição, em parceria com os parceiros multilaterais e bilaterais. Importa, por isso, criar um mecanismo de consulta para identificar medidas e acções necessárias com vista à realização da visão de transformação de Angola num país económica e socialmente viável.

Durante o período de preparação, Angola continua na categoria de País Menos Avançado a receber assistência técnica e a beneficiar das vantagens relativas a esse estatuto. Em 2021 iniciará a implementação das estratégias de "transição suave", que vai até 2024, continuando a ser Menos Avançado e a beneficiar das vantagens acima referidas.

De 2025 a 2029, se o relatório de acompanhamento do processo, a ser apresentado pelo Comité de Políticas de Desenvolvimento (CPD) da ONU, for favorável, Angola passa a ser considerada País de Renda Média, perdendo a assistência técnica e deixando de beneficiar das vantagens inerentes ao estatuto de PMA.

Discursando na Assembleia Geral, o Representante Permanente de Angola junto da OU, embaixador Ismael Gaspar Martins, afirmou que o Executivo ainda precisa de construir uma economia resiliente e sustentável como condição para obter a graduação, e que, como estabelece a resolução aprovada ontem, este processo não deve resultar numa interrupção de planos de desenvolvimento, programas e projectos. Segundo o diplomata, na última década, a economia angolana registou um forte crescimento e o país foi elogiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) pela sua estabilidade macroeconómica e crescimento, resultando em recomendações da ONU para que fosse retirado do Grupo de Países Menos Avançados." o entanto, o país está actualmente a atravessar um período económico difícil devido à baixa dos preços internacionais do petróleo.

Choques externos recentes, incluindo a crise económica global e a queda dos preços das 'commodities', desencadeou um abrandamento económico e demonstra que a diversificação é crucial para o crescimento sustentado da economia angolana", frisou.

Ismael Gaspar Martins ressaltou que o Executivo tem ajustado o Orçamento Geral do Estado, tendo em conta pressupostos mais conservadores, e aprovou uma estratégia nacional para enfrentar as dificuldades actuais, mediante a substituição do petróleo como principal fonte de receitas, o controlo da expansão do défice e promoção da sustentabilidade da dívida, melhoramento da eficiência dos investimentos privados, aumento da produção doméstica e promoção da exportação de produtos e serviços no curto prazo.

O diplomata enalteceu a concessão a Angola, a título excepcional, de mais dois anos de observação, acrescidos aos três regulamentados para o processo preparatório para graduação, salientando que isso permitirá ao país elaborar e implementar políticas voltadas para o fortalecimento das reformas estruturais, para salvaguardar a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida externa.

Durante esse período de graça, continuam a ser feitos investimentos no sector não petrolífero e é reforçado

o ambiente de negócios para gerar a diversificação económica e criação de emprego, principalmente na agricultura, indústria, energia e serviços.

I.6 Angola per(corre) caminho para ser país de rendimento médio

Jornal Expansão

26 De Fevereiro de 2016

Texto: Nzongo Bernardo dos Santos

Desde Setembro passado que Angola vinha aumentando as possibilidades de ser incluída na lista dos Estados de rendimento médio, facto que tem levado peritos das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) a fazerem visitas periódicas para constatar as questões estruturais do processo de graduação.

No entanto, para Angola poder atingir definitivamente o estatuto de 'país de rendimento médio', terá de passar por um 'crivo' da Assembleia Geral das Nações Unidas. Prevê-se que tal só ocorra formalmente em 2020, e definitivamente em 2025, e só depois de aprovada a passagem, Angola integrará o grupo restrito de 'países de rendimentos médio' em África onde, para além de Cabo Verde (desde 2007), está também o Botswana (desde 1994).

Mas, como uma 'boa notícia' esconde, às vezes, uma "má notícia" refira-se que, para a União Europeia, o facto de Angola passar a 'país de rendimento médio' deverá ser seguido de medidas graduais de reduções das ajudas financeiras de que o País tem beneficiado até aqui. É relativamente a outros organismos que financeiramente prestam auxílio técnico e financeiro ao País como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, o mesmo deverá verificar-se.

Por esta razão, a posição oficial assumida pelo Governo, de primeiro 'arrumar bem a casa' através de uma estratégia nacional concertada com o apoio dos seus parceiros bilaterais e multilaterais, para desencadear uma "transição suave" dando mais tempo para atingir a graduação efectiva, parece ser a mais aconselhável, a julgar pelo actual momento económico que o País atravessa.

Em causa está a queda dos preços internacionais do petróleo e a necessidade de o País continuar a rever alguns indicadores, como os apresentados no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2015, onde os sectores sociais continuam a ser um verdadeiro 'cavalo de batalha' a julgar pelos números.

Mal na 'fotografia' no PNUD No relatório, refere-se que a escolaridade média é de apenas 4,7 anos, enquanto a esperada situa-se nos 11,4 anos. A percentagem de alunos que abandona o ensino primário é de 68,1% e o número 'de crianças do sexo feminino com 15 anos a realizar trabalho infantil é de 63,3 % (no sexo masculino é de 76,9%).

O documento lembra que, em Angola, a taxa de mortalidade infantil e materna rondam os 101,6 e 167,4 mortes, respectivamente, por cada 1.000 habitantes, e que 56,4 % das pessoas que trabalham recebe menos de 2 USD por dia.

Para peritos da CNUCED, os critérios que definem a classificação de um país que faz a transição de 'menos desenvolvido' para de 'rendimento médio' são claros: crescimento do Rendimento/Produto Nacional Bruto (RNB, que é a soma de toda a riqueza produzida por empresas pertencentes a um país, independentemente do local onde actuem); índices de desenvolvimento humano (dominados por três principais aspectos, nomeadamente economia, educação e saúde, com objectivo de fortalecer os recursos humanos e criação de uma base para se conseguir distribuir a riqueza, assim como a aposta na agricultura, no saneamento e nos transportes); e, por fim, o indicador de medição da desigualdade na distribuição das riquezas e rendas para uma população num território.

Foi em 1993, que o PNUD, órgão das ONU encarregue de promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza, deu início a produção e divulgação de estudos e relatórios anuais sobre o desenvolvimento humano sustentável e as condições devida das populações nos países, com base na riqueza, educação e expectativa de vida, classificando-os depois como países de 'rendimento alto', 'médio' e 'baixo' (Ver tabela ao lado para mais informações).

1.7 800 mil pessoas estão a morrer de fome em Angola

Jornal Grandes Notícias
26 De Fevereiro de 2016
Autor Licínio Adriano

Presume-se que, além da seca, a falta de alimentos nas prateleiras das lojas e em super mercados em todo o país e o encarecimento de bens essenciais para além do que a generalidade da população pode suportar, segundo o deputado da bancada parlamentar do MPLA, João Pinto, "isto vai passar". O deputado, que certamente não sofre de desnutrição e sente ou vê a fome pelo binóculo, acrescentou: "Se (antes) comíamos bifes caros, vamos comer bifes

de atum, e é preciso que aqueles que comiam muitos pratos reduzam para um.

Isto vai passar, apesar de haver um pouco de ansiedade, mas temos que transmitir confiança e mudar de hábitos todos nós, vamos passar a comer 'lambulà'.

Porém, o deputado ter-se-á esquecido que até o peixe, de produção nacional, escasseou nos nossos mercados. As "lambulas" e as "paietas" mal aparecem e o atum é um peixe bastante caro. Neste momento de crise, só talvez o senhor deputado e pares tenham bolso para "comer bifes de atum": Opinião diferente - muito diferente - tem a maioria dos analistas independentes que consideram que a economia angolana está condenada a uma longa agonia, uma vez que a diversificação económica não se faz de um dia para o outro e tudo quanto o governo anda a prometer nesse domínio, não passa de um sonho. Plantar algo, esperar que produza, colher e pôr na loja, dura o seu tempo.

Os especialistas dizem que tudo quanto se anda a prometer' não vai acontecer como que num toque de magia e já no passado se tinha feito a mesma coisa e não se viu nada. Para eles, "é impossível criar uma economia com geradores, sem água e com comunicações caras e de má qualidade":

Angola tem uma indústria baseada na importação e o exemplo é a indústria das bebidas, de resto, a única que cresceu nos últimos anos em Angola. Essa indústria é alimentada do exterior, já que os ingredientes são importados e depois são misturados em Angola. "Nós contribuímos apenas com a nossa água a com a nossa mão-de-obra, alertam.

"Não se diversifica uma economia em um ou dois anos, as promessas de aumento da produção, relaciona-se com as eleições em 2017. Também há falta de gente em quantidade e com a qualidade necessária para se criar uma economia em que exista concorrência.

E faltam empresários desde a estatização pós-independência. Nessa altura a estrutura empresarial foi destruída e agora demora muito tempo a ser recomposta, afirmam.

Em relação 'ao turismo, que se diz poder ser um "substituto" para o petróleo, constata-se que para alguém vir para Angola precisa de uma "carta de chamada", a política de migração anda desorganizada e não facilita a tramitação, "então como é que o turismo pode crescer e florescer para dar rendimentos à economia?", questionam.

I.8 Novos aeroportos absorveram grande parte do dinheiro do petróleo

Jornal Grandes Noticias
 26 De Fevereiro de 2016
 Texto: Licínio Adriano

Os volumosos investimentos públicos efectuados nos últimos anos na reconstrução/ construção da rede aeroportuária do país, são apontados como "demonstração cabal" De uma aplicação com ausência de critérios de racionalidade no lançamento de projectos, a que foram sujeitos os recursos petrolíferos.

As autoridades ligaram os investimentos a objectivos de interesse nacional, entre os quais o de dotar todas as capitais provinciais de estruturas aeroportuárias condignas e aptas a permitir a operação de modernas aeronaves; aos aeroportos da Catumbela e Lubango, seria acrescentada uma dimensão internacional. O dinheiro aplicado na rede de aeroportos das capitais provinciais, incluindo outros a que a definição se aplica, por não se situarem em pontos sem tal classificação, é, porém, considerado "irrisório" quando comparado com os investimentos no novo aeroporto de Luanda - um empreendimento gigantesco, ainda por acabar. O facto de todos os empreendimentos terem sido confiados a construtoras chinesas subcontratadas pelo CIF-China International Fund, que também providenciou parte considerável dos financiamentos ao abrigo de linhas de crédito garantidas com petróleo, tem dado azo a suspeitas de falta de transparência na gestão dos dinheiros.

A conclusão de que o "esforço aeroportuário" foi inerente a um grande desperdício de recursos, está consubstanciada em casos concretos como os seguintes: - Alguns dos novos aeroportos provinciais não eram necessários ou dispensavam a dimensão que lhes foi dada; o de Ndalatando (construído de raiz) e o do Uíge (reconstruído), não recebem mais do que um avião comercial por semana. - Os aeroportos internacionais da Catumbela e Lubango não operam em conformidade com tal categoria (nunca recebem nenhum voo internacional), nem se prevê que tal venha a acontecer a breve trecho; o regime segue uma política que consiste em centralizar em Luanda todas as ligações aéreas do país com o exterior, a abertura dos dois aeroportos ao tráfego internacional também é evitada para não se constituir um precedente capaz de animar antigas mas nunca atendidas pretensões de Cabinda de ter ligações aéreas discretas com o exterior. - Foram construídos aeroportos de apreciável grandeza em zonas consideradas "injustificáveis" como Luau (AM 915) e barragem do Gove; no do Luau não se terá registado

a aterragem de nenhum avião depois dos que levaram ali, para a sua inauguração, os presidentes de Angola, RD Congo e Zâmbia; o do Gove terá também apenas recebido um único avião comercial, o que transportou a comitiva oficial para a inauguração. - O aeroporto do Dundo, inaugurado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em 2012, e, data coincidente com a campanha eleitoral, também se encontra subaproveitado - por falta de utilização. O OGE para 2016 apenas destinou à construção do novo aeroporto de Luanda 30% dos meios financeiros considerados necessários ao prosseguimento das obras previstas para o corrente ano - e a um ritmo que permitiria a inauguração do empreendimento em 2017. A fase actual dos trabalhos (acabamentos) é considerada a mais onerosa. A par dos encargos com a estrutura geral do aeroporto, há também os relacionados com a construção de infra-estruturas de acesso; uma via-férrea de dedicada, com a extensão de 40 Kms, que assegurará a ligação com Luanda, bem como uma via rápida, cuja construção foi prejudicada pela ocupação, para outros fins, de partes do seu traçado.

O novo aeroporto, cuja grandeza está patente na sua imponente aerogare e na extensão e disposição das suas duas pistas (cerca de 4.000 metros de extensão cada), foi dimensionado em função de previsões de tráfego de passageiros e carga consideradas excessivamente ambiciosas por especialistas. O dimensionamento do novo aeroporto foi determinado pela expectativa de vir a operar como um "hub" para a África Central. A capacidade técnica e a eficiência que lhe dariam vantagens competitivas para vir a absorver parte considerável do tráfego aéreo e internacional para países da região, depende de condições de difícil preenchimento. O mesmo fenómeno da escassa atenção prestada à formação de quadros e pessoal especializado nacional, notada na operação das vias-férrreas reconstruídas (AM 1007), vem sendo notado em relação ao aeroporto. A transmissão de conhecimentos é uma das lacunas dos empreendimentos.

2. MICROFINANÇAS

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Mercado do 30 na mira do general Higino Carneiro

Jornal o país

3 De Fevereiro de 2016

Texto: Milton Manaça

O governador provincial de Luanda, Higino Carneiro, anunciou nesta Terça-feira, 3, que mercado do Quilómetro 30, em Viana, será encerrado em breve por não apresentar as condições higiénicas exigidas.

Higino Carneiro deixou este aviso durante a reunião extraordinária com o Conselho de Auscultação e Concertação Social do município satélite de Viana. Na ocasião pediu aos coordenadores do bairro e autoridade tradicionais para dialogarem com a população a fim de se definir um novo espaço dentro do próprio município para que se possa construir um novo mercado.

A decisão do governador não caiu bem aos responsáveis do bairro Quilómetro 30 e aos sobas que alertaram que a mesma 'mataria' a população local. O empresário Francisco Viana alinhou no mesmo diapasão, apelando para as possíveis consequências que daí podem advir, exemplificando o caso do encerramento do antigo mercado do Roque Santeiro.

Em resposta, Higino Carneiro disse que o dever dos responsáveis dos bairros é colaborar com o Governo Provincial, alertando que quem assim não o fizer será destituído do cargo que ocupa. "Eu, enquanto governador, quero um mercado organizado e não este que está ali", disse, acrescentando que não se deve apenas pensar no lucro mais também na saúde da população.

No entanto, deixou claro que o objectivo é construir outro mercado com condições higiénicas adequadas para se efectuar o comércio e baixar os índices de delinquência.

No mesmo encontro, o presidente da Associação de Moto-taxistas de Angola (AMOTRANG), Bento Rafael, disse existirem indivíduos que se identificam como ex-militares das Forças Armadas Angolanas a recrutarem jovens e adolescentes para o exercício de actividade de moto-taxi de forma ilegal.

Bento Rafael adiantou que os contratados não são submetidos a processo algum de formação antes de

se fazerem às estradas e com os motociclos que são adquiridos maioritariamente no mercado do 30, cujos vendedores são cidadãos estrangeiros.

Segundo informou, só no município de Viana estão em circulação cerca de 15 mil motoqueiros com motorizadas sem matrículas e sem qualquer tipo de documentação.

Há cerca de um ano, os sectores 14, 13, 12 e II têm sido inundadas por água proveniente da Comarca Central de Luanda que, segundo os técnicos do Governo Provincial de Luanda, tem como origem uma ruptura numa das condutas da EPAL.

Os moradores do sector 12 disseram que, fruto desta situação, já se registaram várias mortes, principalmente de crianças, em função do aumento de mosquitos provocados pelos charcos de água.

"Ainda na passada semana morreram três crianças aqui mesmo neste bairro, e como elas brincam nesta água que passa por muitos locais, nós acreditamos que transportam também muitas doenças".

Apesar dos técnicos do GPL afirmarem que se trata de uma ruptura numa das condutas, o porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, disse desconhecer as reais causas do problema, tendo causado uma reacção menos boa ao governador que, por sua vez, estipulou uma semana para a resolução da situação.

Findo este prazo, Higino Carneiro alertou que levará pessoalmente o caso à Procuradoria Geral da República, caso não se resolva no período que estipulou.

Para além de Viana, o governador Higino Carneiro já ouviu os moradores dos municípios de Luanda (sede), Cazenga, Cacuaco e Leolo e Bengo.

3.2 “Acelerar e modelar a diversificação é possível, basta que se quere”

Jornal Exansão

5 De Fevereiro de 2016

Texto: Félix Abias

De que modo se pode impulsionar a diversificação da economia?

É perfeitamente compreensível que, em momentos de elevada redução das receitas orçamentais, o Estado queira compensar com aumento de impostos, como está a fazer, mas não deve esquecer-se que a diversificação só irá acontecer com um sector privado

próspero e inovador. E, para que este nasça entre outros aspectos, o Estado deverá conceder incentivos fiscais e não o contrário. O País está a crescer pouco, e isso significa menos actividade económica e, logo, menos receitas tributárias. Hoje será muito mais difícil acelerar e modelar a diversificação, mas ainda é possível - basta que se queira, promovendo o necessário saneamento da máquina estatal e dos meios através dos quais a riqueza é transferida para a esfera privada.

Quanto tempo Angola precisará para reduzir a excessiva dependência do petróleo?

O processo de redução da dependência dos recursos naturais requer uma estratégia de longo prazo bem definida. A Malásia, por exemplo, há 40 anos acabava de sair de uma luta étnica devastadora, ao mesmo tempo que os fundos provenientes dos recursos naturais começavam a emergir na economia. Souberam desenhar uma estratégia que permitiu que as receitas dos recursos naturais financiassem a diversificação da economia e o aumento do padrão de vida dos cidadãos. Hoje, é uma economia de classe mundial. Angola não precisaria de 40 anos para atingir tal meta, bastava que se soubesse copiar os bons exemplos.

Quais deviam ser os sectores prioritários dos investimentos do Estado?

O único caminho sustentável deverá passar pela 'boa diversificação' e pela aposta num modelo de crescimento económico mais inclusivo e promotor de incremento no bem-estar de todos os-angolanos. Na minha opinião, mais importante do que indicar sectores prioritários - aliás, estão todos identificados, será serem resolvidos os problemas de base que 'envenenam' o ambiente de negócios em Angola, como a qualidade das infra-estruturas e da educação a todos os níveis.

No curto prazo, o que pode servir como alternativa à forte dependência do petróleo?

Desde finais de 2014 que o Estado tem recorrido a empréstimos internos e externos, mas o mercado bancário interno começa a dar sinais de falta de liquidez e o efeito crowding out está a fazer-se sentir. O ponto central é que não devemos usar os empréstimos para financiar despesas correntes, como pagamento de salários. As receitas dos empréstimos deviam ser canalizadas para despesas de capital, que aumentam a capacidade produtiva do País e cujos efeitos não se circunscrevem ao período em que são realizadas. Do que saiu na comunicação social a opção do Governo passará pelo aproveitamento de saldos das linhas de crédito para financiamento de

actividade promotora da produção nacional e exportação. É necessário dizer que este processo deve ser conduzido com a máxima transparência possível e que sejam levados em consideração os empresários mais competitivos. Os 'nossos ricos' têm de pagar a factura da crise. Não fazendo juízo de valor sobre como conseguiram as suas fortunas, deviam criar-se mecanismos não só para taxar estas riquezas, mas também para 'incentivá-los' a trazerem o que têm investido lá fora.

Que reformas deveriam ser feitas para permitir uma recuperação económica, pelo menos, a médio prazo?

Eu tinha a esperança que o despoletar da crise que vivemos hoje fosse suficiente para que se percebesse que é altura de alterar a função de preferências do Estado, de alterar o modelo de repartição de rendimento e de priorizar o bem-estar dos angolanos. Mas o OGE 2016, no essencial, mantém a estrutura do passado: mais ordem e segurança, menos saúde e educação, e pouca agricultura. Ou seja, as reformas não estão na forja. É necessário tornar a 'máquina' do Estado mais eficiente, combater à corrupção, do topo à base, e deveria ser prioritário o aumento da eficiência das infra-estruturas existentes. Por exemplo, nesta fase, os caminhos-de-ferro deviam passar por uma reforma para se tornarem o maior meio de transporte de bens nos eixos de Malanje e Lobito. Em Luanda, o comboio poderia servir de alternativa viável para o transporte de passageiros.

Cerca de 70% da nossa economia será informal. Há forma de recuperar uma parte a favor do Estado?

A sensibilidade que se tem é que a economia informal tem um peso bastante alto na economia angolana, mas 70%, como diz, é duvidoso. Não deverá ser tanto, porque estudos do CEIC-UCAN, não muito recentes, apontavam para um peso de 30 a 35%, sendo a actividade de restauração a mais proeminente. Mas a economia informal devia ser vista como uma 'incubadora de empreendedores' e não de marginais, como às vezes são tratados, porque, apesar das dificuldades que estas pessoas vivem no quotidiano, conseguem manter as suas actividades rentáveis. Para além disso, o sector informal funciona como uma 'almofada' para aliviar revoltas sociais, ao gerar rendimentos para os que não são absorvidos pelo formal. Não devemos esquecer que os agentes são racionais e que, para 'formalizar' a economia informal, o sensato seria tornar o mercado formal atractivo.

Qual deve ser o papel dos empreendedores nesta fase?

Os empresários devem ler os sinais da actual conjuntura e perceberem que o tempo em que o Estado financiava os ineficientes está a chegar ao fim, apenas os reais empreendedores irão sobreviver a esta hecatombe.

3.3 Mercado informal e grossistas “acertam” preços

Jornal Expansão

19 De Fevereiro de 2016

Texto: Neusa João

Vários armazéns alimentares da zona de Luanda estão a funcionar a meio-gás, abrindo portas apenas das 8h às 11h, alegando ruptura de stocks, verificou uma reportagem do Expansão, esta semana. No entanto, nalguns casos, após encerrarem, continuam a vender alguns produtos, como carne fresca, farinha, açúcar ou arroz, a comerciantes de mercados informais, segundo constou o Expansão no terreno.

Os produtos são comercializados, depois, a preços substancialmente mais elevados do que o habitual, com o argumento da escassez, sendo que, ao que o Expansão apurou, haverá uma divisão de 'lucros' entre os comerciantes informais e elementos dos armazéns.

Um saco de arroz, por exemplo, é vendido a 9.000 Kz, enquanto o frango está a 10.000 Kz, as coxas de frango a 6.000, a fuba de milho 700 Kz e a de bombó a 200 kz. A caixa de carne custa entre 30.000 e 35.000 Kz. Nalguns casos, os preços são o dobro do que eram há apenas algumas semanas.

Vendedoras ouvidas pelo Expansão justificam os preços com o facto de os produtos lhes serem também vendidos mais caros. Nalguns casos, dizem, os preços chegam a sofrer variações diárias.

O problema dos elevados preços está a preocupar a clientela destes mercados. Maria de Sousa, por exemplo, garante que, actualmente, pelo mesmo dinheiro compra muito menos do que até há algumas semanas atrás.

"Com 70.000 Kz, abastecia-me para todo o mês, mas agora não chega", afirma.

Amélia Faria, por seu turno, diz que antes comprava muitos produtos com 30.000 Kz, hoje com o mesmo valor não leva nem a metade. " Com 30.000 Kz conseguia comprar a alimentação para um mês, hoje não levo quase nada ", lamenta.

Domingas Paulo, por sua vez, explica que, se as coisas continuarem da forma em que estão "não vamos conseguir sobreviver, porque os salários continuam baixos. O Governo tem de fazer alguma coisa senão não iremos aguentar", apelou.

Ministra: não há escassez

A ministra do Comércio admitiu esta semana que existe especulação de preços, mas garantiu que não há escassez de alimentos. "Estamos numa situação de crise, as pessoas querem fazer aproveitamento de muitas situações, gerar inflação", disse Rosa Pacavira, assegurando que "não temos escassez dos produtos da cesta básica".

A ministra reagia assim ao facto de algumas superfícies comerciais estarem a limitar as vendas de alguns produtos a determinado número de unidades. "Não podemos deixar que o retalho, como o Supermercado Kero, o Jumbo e outros vendam a grosso. Os grandes armazenistas não podem vender directamente ao consumidor, têm que vender a quem tem alvará comercial, para que o produto vá à loja", disse.

Uma ronda feita esta semana pelo Expansão por alguns hipermercados voltou a verificar que há restrições nas vendas de alguns produtos, havendo, também algumas faltas.

No Jumbo, por exemplo, havia, no dia da visita do Expansão restrições na massa, açúcar e arroz. Cada cliente só deve levar 3 Kg de arroz, havendo também restrições na massa esparguete e no açúcar (máximo 1Kg).

No Kero, não havia arroz nem açúcar. Apesar de ser o hipermercado onde os clientes podiam encontrar a lata de leite mais barata (3.575 Kz), era também o lugar onde o litro de óleo custava mais caro (695 Kz).

Na Maxi também não havia arroz nem açúcar nas prateleiras, "mas há stock", disse fonte no supermercado. Segundo a fonte, esta foi a medida que a própria instituição encontrou para afugentar as vendedeiras dos mercados informais. "Muitas delas levam os produtos em grandes quantidades para depois aumentarem os preços nos bairros e não só", explica a fonte.

"Todos os dias de manhã, a Maxi tem colocado à disposição da população arroz e açúcar, quem quiser tem de vir cedo", revela.

3.4 Governo dá combate à especulação

Jornal de Angola
22 De Fevereiro de 2016

Uma comissão multisectorial inicia hoje, em todo o país, a fiscalização dos preços praticados pelas grandes, médias e pequenas superfícies comerciais em todo o país, no quadro do combate à especulação.

De acordo com o director-geral do Centro Integrado das Actividades Comerciais do Ministério do Comércio, Kizedieku António, em declarações à Rádio Nacional, é um trabalho conjunto entre o Ministério do Comércio e o Serviço de Investigação Criminal (SIC), que é agora o órgão do Ministério do Interior ligado às actividades económicas.

Segundo Kizedieku António, o objectivo da fiscalização "é repor os preços iniciais" que eram antes praticados e exigir o cumprimento das medidas administrativas antes tomadas e que deixam claro que os grossistas devem vender aos retalhistas legalizados e estes fazerem a venda aos consumidores finais, em cumprimento da lei 01107. Kizedieku António acrescentou que só devem comprar nos armazéns aqueles que possuem Alvará Comercial, cartão de feirante ou de banca de mercado. Quanto ao controlo da rede mercantil, Kizedieku António esclareceu que isso vai ser permanente. "O Ministério do Comércio tem um Gabinete de Inspeção. As administrações também têm os seus inspectores que devem trabalhar. Isto será um trabalho diário. Não será só um trabalho para um tempo e depois pára", garantiu. Um total de 32 produtos, como pão, leite, batata e arroz, e tarifas de serviços de transporte público, gás, electricidade, água e outros, integram a lista de 'preços vigiados' criada pelo governo para travar o racionamento e a inflação. A decisão de vigiar os preços foi tomada em decreto de 15 de Fevereiro, pelo ministro das Finanças, Armando Manuel, e permite ainda a fiscalização policial.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em Janeiro deste ano os preços em Luanda subiram 17,34 por cento face a 2015. A decisão de vigiar os preços foi tomada em decreto de 15 de Fevereiro, pelo ministro das Finanças, Armando Manuel, e permite ainda a fiscalização policial.

3.5 Sector do Comércio reforça fiscalização

Jornal de Angola
23 De Fevereiro de 2016

O inspector do Comércio do Cunene declarou ontem, em Ondjiva, que os serviços que dirige reforçaram a fiscalização dos preços dos produtos básicos, para garantir a aplicação do regime de preços fixos e vigiados.

Calmino Napoleão disse à Angop que as autoridades instituíram um programa para a província do Cunene, onde em cada município foram criadas brigadas compostas por inspectores do Comércio e representantes do Serviço de Investigação Criminal (SIC), Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) e secções económicas ligadas aos municípios.

As medidas em curso em todo o território nacional consistem em visitas de inspecção aos estabelecimentos comerciais, avaliação do grau de conservação dos produtos e fiscalização da documentação para o exercício da actividade comercial.

Calmino Napoleão advertiu que a fiscalização aos produtos com preços vigiados "será contínua, permanente e sistemática" para evitar as subidas bruscas e avisou os comerciantes que praticarem preços exorbitantes que "poderão ser penalizados, uma vez que a lei prevê sanções como a apreensão dos meios e a detenção do infractor, agravada por pesadas multas".

O inspector provincial do Comércio exortou a população do Cunene a fiscalizar e colaborar na denúncia daqueles comerciantes que insistirem em vender produtos com preços elevados.

3.6 Actividade de moto táxi não está licenciada em todo o país

Jornal O País

25 De Fevereiro de 2016

Texto: André Mussamo

Mesmo depois de proibida pela Administração municipal de Viana, a actividade de moto táxi prossegue em toda a extensão do município. Segundo os 'motoqueiros', em momento algum tomaram conhecimento dos editais exarados pela administração.

"Nós nem sequer sabemos que foi proibido o táxi com motorizadas' por isso vamos continuar a ganhar o nosso pão", disse Joaquim Paulo, condutor de kupapata há dois anos. De empregado do amigo em 2013, passou a pequeno empreendedor em 2015, altura em que adquiriu quatro motorizadas.

Mesmo acreditando que a proibição visa "salvaguardar interesses nobres", seria de bom-tom que as pessoas envolvidas na actividade fossem tidas em conta. "Eu opero uma das motas e dou emprego a outros três chefes de família que conduzem as restantes. Não se pode ver apenas o mal. É preciso valorizar os aspectos positivos", enfatiza.

Segundo o nosso interlocutor, a medida da administração "vai servir para criar outros focos de tensão entre a autoridade e o povo", porque a moto é o ganha-pão para uns, e solução de transporte ao alcance de tantos outros.

"Proibir é fácil, mas também deveriam indicar caminhos e oportunidades", desabafou o jovem, que promete continuar a sua actividade nem que para tal tenha de recorrer a protestos com os outros colegas de ofício.

Dona Márcia Figueiras, funcionária pública, que acabava de usufruir dos serviços de um kupapata, defende que a administração "deveria pensar duas vezes antes de proibir o táxi com motorizadas".

Segundo ela, este tipo de veículos é a alternativa para a locomoção de centenas ou milhares de pessoas ao longo do dia.

A precariedade dos acessos rodoviários é apontada por dona Márcia como uma das razões porque as motos se implantaram no "negócio de táxi". Segundo a mesma, onde as motorizadas chegam, às vezes os veículos automóveis não conseguem chegar. "Seria prudente uma análise cuidada e urna solução que salvasse os interesses de todos, nomeadamente os

fornecedores do serviço, as autoridades do Estado e os beneficiários", disse.

Bento Rafael, presidente da Associação dos moto taxistas de Angola, Amotrang, "desafia" a Administração Municipal de Viana a enumerar "quais são os procedimentos obrigatórios para licenciar a actividade de moto-táxi no país".

3.7 Grossistas e mercados informais baixam preços esta semana

Jornal Expansão

26 De Fevereiro de 2016

Texto: Neusa João

Os preços de alguns produtos da esta básica baixaram esta semana, pelo menos em alguns armazéns e mercados informais. As descidas acontecem numa altura em que se iniciam as visitas defiscalização de entidades públicas aos mercados, prometidas pelo Governo na semana passada, no 'pico' de uma 'onda' de especulação que chegou a levar alguns supermercados a racionarem a venda de alguns produtos.

Uma ronda realizada pelo Expansão em mercados e armazéns de Luanda, constatou, por exemplo, que houve reduções nos preços de venda dos sacos de arroz e de açúcar, em armazéns e mercados informais.

Há uma semana, o saco de 25 Kg de arroz estava a ser comercializado a 9.000 Kz, tendo baixado agora para valores entre-os 7.500 Kz e os 5.200 Kz. Já o saco de açúcar, também com 25 Kg, a semana passada era vendido por 17.000 Kz, estando agora a 13.000 Kz. A caixa de coxas de frango, por seu turno, passou de 6.000 Kz para 5.400 Kz .

As visitas de fiscalização de preços a armazéns e mercados - e o seu efeito dissuasor - estarão na origem desta quebra de preços, segundo admitiram comerciantes ouvidos pelo Expansão. Alguns clientes de mercados e armazéns, por seu turno, afirmam que, com a fiscalização a 'rondar', também deixou de haver escassez de produtos. "O saco de arroz de 50 Kg, há uma semana, era difícil de encontrar nestes armazéns, mas agora há muitos", disse uma compradora.

Na semana passada, recorde-se, a ministra do Comércio, Rosa Pacavira, garantiu não haver escassez de produtos alimentares que compõe a cesta básica, lembrando que "diariamente atacam nos portos de Angola navios carregados desses bens".

"O que se está a passar é que alguns comerciantes estão a aproveitar-se do período de contenção que se vive no País, com a escassez de divisas, devido à baixa progressiva do preço do petróleo no mercado internacional, para praticarem preços especulativos, resultando no aumento desordenado dos valores dos produtos da cesta básica", disse a ministra.

Na altura, Rosa Pacavira anunciou que o Governo iria adoptar medidas, como o reforço das acções de fiscalização e inspecção aos armazéns grossistas. Ao mesmo tempo, o Ministério das Finanças publicou uma lista de bens e serviços abrangidos pelo regime de preços fixos e vigiados. Em comunicado, o Ministério das Finanças anunciou que constam do regime de preços fixos o gás de cozinha, petróleo iluminante, água canalizada, energia eléctrica e as tarifas do transporte público, colectivo urbano de passageiros. Fazem parte da lista de regime de preços vigiados o açúcar, arroz, carne, peixe, farinha de trigo, feijão, fuba de milho, mandioca, leite, massa alimentar, óleo de palma, sabão em barra, sal, batata rena, batata-doce, tomate, cebola, cenoura, pimento, repolho, alho, alface, pão, banana-pão e laranja.

A ronda do Expansão, esta semana, verificou que, se o açúcar, o arroz e as coxas de frango baixaram de preço, o mesmo não se verificou, por enquanto, com outros produtos. O quilo da fuba de milho e o litro de óleo, por exemplo, estão ser vendidos a 500 Kz, o feijão a 600 Kz, a lata de leite a 4.500 Kz e a caixa de entrecosto está a ser comercializada a 8.500 Kz.

3.8 Jovens lavam carros para sustentar famílias

Jornal Grandes Noticias

26 De Fevereiro 2016

Texto: Walenvuka José

O Jornal Grandes Noticias foi à rua ouvir histórias de jovens que sobrevivem das lavagens de automóveis em alguns bairros da cidade de Luanda. Muitos deles já foram marginais, assaltavam telefones, carteiras e dinheiro de indivíduos que passavam pelas ruas; uns são menores de 13 e 14 anos e, alguns, nem sequer estudam.

Outros são chefes de família que nem sequer trabalhavam. Para sustentar as suas famílias, preferem passar o dia a lavar viaturas na rua. Como diz o jovem António Figueiredo José mais conhecido por Toizinho, residente no bairro do Tunga Ngo, município do Cazenga, e lava viaturas no mercado do S.Paulo.

"Eu tenho mulher e sou pai de quatro filhos. Vim do Huambo para Luanda há sete anos, vendia cigarros e sacos na zunga e nas horas mortas vinha descansar aqui onde os meus amigos lavam carros. Um dia cheguei muito cedo no mercado e os lavadores de carros ainda não tinham chegado. Apareceu um cliente que queria lavar o carro e eu lavei. Desde aquela data nunca mais parei. Hoje vendo cigarros e ao mesmo tempo lavo carros.

Com o dinheiro que ganho, já consigo pagar a renda de casa e dar comida para os meus filhos': disse Toizinho.

Encontramos vários casos em cada um dos locais que visitamos, desde os preçários que variam dos 700 aos 3.000 Kwanzas, os locais onde vão buscar água e onde compram as toalhas que eles chamam de "cromos" para esfregar as chaparias, as dívidas que não são pagas por indivíduos que pedem para lavar a sua viatura e diz que vai pagar no final do mês e não cumpre. Muitos deles, com dívidas de mais de 8.000 kwanzas, que desaparecem e nunca mais voltam. Jorge Sebastião, que é conhecido por Sebas, lava viaturas no bairro Cassequel e reside nos Congolenses. Afirma que já chegou a roubar telefones no mesmo mercado e dinheiro em indivíduos indefesos, com o seu ex-grupo de marginais. Mas garante que deixou aquela vida porque chegou a ir preso duas vezes. E hoje agradece tanto o seu amigo Minglay que o convidou a trabalhar juntos na lavagem de automóveis há cerca de quatro anos. "A última vez que sai da cadeia da comarca de Luanda por ter roubado o telefone de um polícia, fiquei um ano em casa e já não queria saber de amigos Minglay, um jovem que frequentava o meu quintal, convidou-me a trabalhar com ele na lavagem de carros e eu não exitei. Como tínhamos um relacionamento bom, resolvi aceitar. Com o pouco que ganho, consegui fazer a apresentação da minha esposa e estamos a espera de um filho. Mas ainda não vivemos juntos, conta o lavador Sebas a sua longa história que resolvemos abreviar.

Um pedaço de toalha, baldes com água, orno e uma escova, é suficiente para estes jovens que fazem da lavagem de carros a sua profissão. Os seus preços são muito mais baratos que nas estações de serviço. Nos pontos de lavagem de carros que visitamos, nomeadamente: Cassequel, S.Paulo, Catinton, bairro da Cuca e nos Congolenses, as viaturas como Toyota starlet, Corola, Suzuki alto e Hyundai, os preços variam entre os 700 e 1.000 Kwanzas. As viaturas jeep e outras do mesmo tamanho, os preços variam entre 1500 e 1800

Kwanzas e os autocarros chegam a pagar, 2500 a 3000 Kwanzas.

Mauro Gingongo, também lavador de carros na praça dos Congolenses afirma que lavar na estação é sempre mais vantajoso porque consegue lavar mais condignamente nas partes de baixo das viaturas e até parafinam e colocam outros produtos que não usam. Já nós, ajudamos aqueles que têm poucos valores e não é preciso lavar o carro na estação todos os dias, afirma Gingongo. Por outro lado, ouvimos também a triste história do morador do Catinton, Cassule Pedro, ou simplesmente Cassule, como o chamam carinhosamente.

O pequeno lavador de carros de 13 anos de idade, relata que vive com a mãe que é vendedora ambulante e é o primogénito de três irmãos. Todos eles já não estudam e, às vezes, passam fome. Cassule disse ainda que esta dificuldade ensinou-lhe a ser homem. Ele já não se vê como uma criança e muitas vezes ajuda a mãe na compra de alimentos com o dinheiro que ganha lavando viaturas. O pai é falecido já há alguns anos e ele não chegou a conhecê-lo. Cassule, pretende continuar a trabalhar para ganhar dinheiro e voltar a estudar.

3.9 Ocupação ilegal é alvo de actuação policial

Jornal de Angola

26 De Fevereiro de 2016

Texto: Cristina da Silva

O Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional advertiu ontem os jovens que ocupam ilegalmente espaços públicos de estacionamento de viaturas para porem termo a essa prática ilícita, sob pena de serem detidos pela corporação.

O conselho foi dado dois dias depois de a Polícia em Luanda ter começado uma operação que levou à detenção de mais de 40 jovens que, às primeiras horas da manhã de terça-feira, ocupava espaços de estacionamento de viaturas no Distrito Urbano da Ingombota.

O porta-voz do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, Mateus Rodrigues, confirmou ontem ao Jornal de Angola a realização da operação no Distrito Urbano da Ingombota e garantiu que o trabalho da Polícia vai estender-se a toda a província de Luanda. A intenção, disse Mateus Rodrigues, "é manter a ordem e a legalidade na via pública". Para o porta-voz da Polícia em Luanda, os jovens que ocupam ilegalmente espaços para estacionamento de

viaturas obstruem a via pública e são propensos a praticar ofensas corporais.

"Muitos desses jovens cometem crimes de vária ordem, como a extorsão a automobilistas", declarou Mateus Rodrigues. Cidadãos contactados pelo Jornal de Angola aplaudiram a iniciativa da Polícia Nacional que apenas peca por tardia. Paula de Carvalho disse que é uma "dor de cabeça" encontrar um espaço para estacionar na Baixa de Luanda, mesmo chegando cedo, por "os donos dos lugares estarem nos espaços de estacionamento com pedras e palavras às vezes ofensivas".

Esteves Júnior, funcionário público, disse que, por não conseguir chegar cedo à Baixa de Luanda, desembolsa por um espaço entre 200 e 500 kwanzas por dia, valores que são estipulados pelos ocupantes ilegais dos espaços de estacionamento público de viaturas. "É uma aberração", comentou Esteves Júnior, e acrescentou que "dias há em que se não se tiver dinheiro, obrigam a retirar o carro ou pode ser-se vítima de uma agressão ou, se se insistir em deixar a viatura, pode-se encontrá-la com os pneus vazios".

Quem teve este azar um dia foi Marcília Filipe por se recusar a pagar pelo lugar a quantia estipulada pelo jovem que a abordou. "Cheguei a levar o caso a um agente da Polícia Nacional que estava em serviço próximo do local e nada aconteceu ao miúdo que ainda me ofendeu", contou, visivelmente revoltada, Marcília Filipe. Embora reconheça os transtornos que a ocupação de espaços causa aos automobilistas, Marcelino Filipe disse estar contra a detenção dos jovens que, em sua opinião, deviam ser retirados das ruas e colocados em centros de formação profissional, por acreditar que a falta de trabalho e de formação profissional está na base da ocupação ilegal de espaços de estacionamento que fazem diariamente.

3.10 Autoridades apertam cerco a especuladores

Jornal de Angola

27 de Fevereiro de 2016

Texto: Mário Clemente

Quatro armazéns grossistas da cidade do Huambo estão sob medidas cautelares, por não terem apresentado as facturas de importação dos produtos comercializados, informou ontem o inspector-chefe da Direcção Provincial do Comércio.

Dinis Muenho confirmou que o organismo de fiscalização instaurou quatro processos por irregularidades contabilísticas e adiantou que os agentes comerciais que não consigam justificar a proveniência e os preços das mercadorias, mediante a apresentação de facturas, podem ser forçados a encerrar provisoriamente os seus estabelecimentos.

A Direcção Provincial do Comércio do Huambo, em colaboração com os Serviços de Investigação Criminal e da Polícia Económica, lançou uma campanha de fiscalização, para que os comerciantes respeitem os preços fixados dos produtos que compõem a cesta básica.

O inspector-chefe Dinis Muenho afirmou que duas brigadas estão a visitar os estabelecimentos comerciais para prevenir e combater a especulação dos preços. "Nesta fase, nós já visitámos dezasseis grossistas e alguns deles estavam na fase de análise dos processos de importação, das facturas de aquisição, para ver se realmente estão a cumprir com as margens de lucro ou não. Aqueles que não cumpriram vão pagar as respectivas multas ao Estado", disse.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Cidade alta declara “guerra” contra a “paz” das redes sociais em Angola

Jornal Manchete

12 De Fevereiro de 2016

Texto: Manuel João

O uso das redes sociais (facebook, twitter, whatsapp, instagram...) tem constituído, a par do desaparecimento do dólar, da subida dos preços dos principais produtos alimentares e da queda vertiginosa do preço do barril do petróleo no mercado internacional, tema de abordagem não só na média audiovisual, televisiva e escrita como também nos vários segmentos da sociedade angolana. O motivo parece simples, o facto de o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no poder desde 1979, ter manifestado, no seu discurso do ano novo, a intenção da criação de uma legislação para regular as redes sociais. A ideia, que foi compartilhada pelo Secretário Provincial do MPLA para Organização Periférica e Rural, Bento dos Santos "Kangamba", visa "controlar", de acordo com vários analistas, as redes sociais que segundo "Kangamba", "só falam mal dos dirigentes".

A criação de uma lei para regular as redes sociais é bem-vinda desde que não fira os princípios e regras constitucionais ligadas ao exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Segundo Ulpiano, Ubi homo ibi societas; ubi societas, ibi jus (Onde há homem, há sociedade e onde há sociedade há direito).

Porque as redes sociais são caixa-ressonância?

Todo o cidadão com capacidade de exercer, exerce os seus direitos, respeitando, como é óbvio, os limites que a própria ordem jurídica interna e internacional estabelecem. Segundo os contractos sociais de John Lock e Jean-Jacques Rousseau, o homem nasce livre... Assim sendo, ele quer exercer a sua liberdade onde quer que esteja sem restrições que não estejam previstas na lei. Em Angola, os cidadãos encontram nas redes sociais, o que não encontram noutra lugar real para o exercício dos seus direitos consagrados na Constituição da República de 2010. As liberdades de pensamento e de expressão que sustentam a de imprensa, são, em muitas circunstâncias, coarctadas pelo poder político não permitindo, neste contexto,

que os cidadãos exprimam o que lhes vem na alma, colocando, em evidência, como é lógico, a ordem pública e os bons costumes. O que se passa, sobretudo, no facebook, é a sede de matar o silêncio reinante no mundo real onde as ameaças de morte, intimidações e perseguições para quem pensa diferentes são constantes. Ao agir vê e lê nas redes sociais o que não gostaria de vivenciar porque não permite os "proprietários" da democracia desfrutarem da palavra liberdade. O que se precisa é acompanhar o dinamismo social avançado pelo francês Augusto Comte para o Estado/governo não pensar que o exercício de direito do cidadão é uma afronta ou abuso de direito. Os que abusam dos seus direitos devem ser, exemplarmente, responsabilizados civil e penalmente, daí a necessidade do surgimento da lei para regular as redes sociais. Mas será que o objectivo não é restringir os direitos, liberdades e garantias?

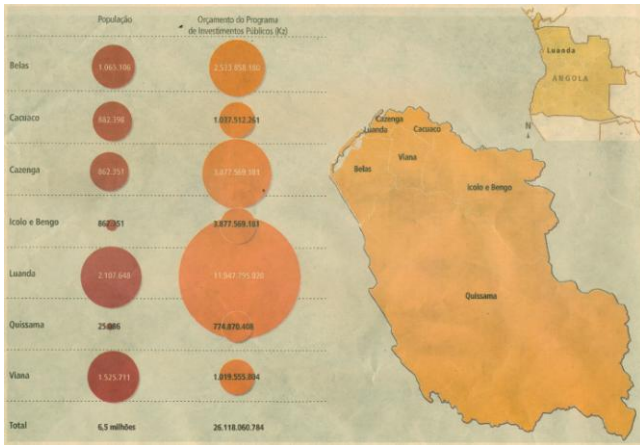
Guerra contra a paz das redes sociais

Pelo que se sabe sobre o governo do MPLA no poder desde 1975, não se percebe se espera uma lei que seja justa, ou seja, lei que visa regular, de facto, o comportamento dos usuários das redes sociais sem violação dos seus direitos, ainda mais esta altura em que as coisas apertam. Olhando para frase "só falam mal dos dirigentes", traz a ideia de o governo querer reforçar a restrição de exercício de direitos e liberdades. E, segundo a máxima legal de s. Agostinho, retomada pelo S. Tomás de Aquino "Lex injusta non est lex (Lei injusta não é lei). Não sendo lei porque é injusta o seu cumprimento poderá ser questionado pelos cidadãos, na medida em que, não estará em conformidade com a carta magna angolana e outros instrumentos jurídicos internacionais que têm o homem como o princípio e o fim último do direito. E o não cumprimento pode provocar uma repressão por parte das autoridades policiais e, conseqüentemente, desencadear uma onda de perseguições e processos crimes ou não, contra os particulares que violarem as normas que constarão do documento legal. Para se evitar uma rebelião popular, até porque, a paz social é um desejo de todo angolano, deve fazer-se uma lei justa. Uma lei com dois pesos e duas medidas. Isto é, lei que não venha nem para aumentar a restrição nem para favorecer o Chefe de Estado angolano e o seu governo. Assim, estar-se-ia a construir uma sociedade boa para se viver, mantendo a paz e estabilidade nacional, consolidando a jovem democracia e materializando o processo de unidade e reconciliação nacional.

5.2 Luanda em Números

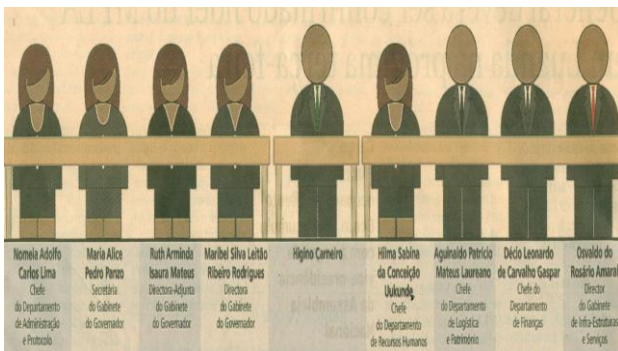
Jornal Expansão

12 De Fevereiro de 2016



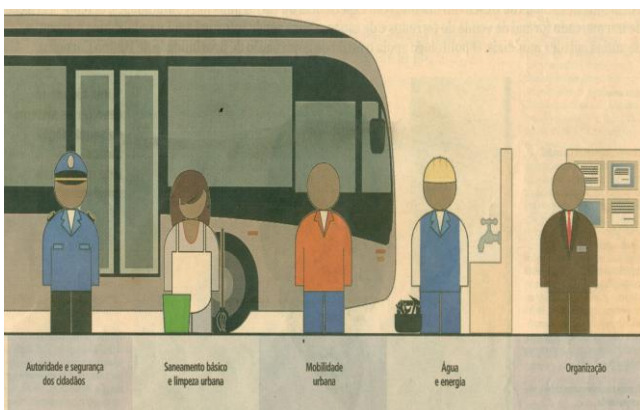
Quem esta com o governador?

Desde que tomou posse, Higinio Carneiro fez alterações na composição do gabinete, colocando pessoas da sua confiança em vários lugares-chave.



Prioridades de governação

Logo após tomar posse, dia 13 de janeiro passado, Higinio carneiro elencou aquelas que serão as suas prioridades na gestão do Governo Provincial e prometeu "mão firme" na sua execução.



Orçamento de Higinio

Desspesas Por Natureza Economica (Em milhões Kz)

Total geral	160732,5
Despesas correntes	129912,9
com pessoal	78229
com pessoal civil	78229
contribuições para segurança social	5174,6
Despesas em Bens e Serviços	38417,4
bens	7464,5
serviços	30952,9
Subsídios e Transferências correntes	8091,9
Despesas de capital	30819,5

Despesas por função (Em milhões Kz)

Total geral	160732,5
Serviços públicos gerais	40543,6
Segurança e ordem pública	157,4
Educação	63586,6
pré-escolar	398,3
primário	51874,7
secundário	5560,8
serviços subsidiários à educação	4735,6
ensino técnico profissional	1017,1
Saúde	25838,8
Protecção Social	158
Habitacão e serviços comunitários	17010,9

5.3 Higino Carneiro dá cartão vermelho ao kilamba kiaxi e Cazenga

Jornal grande notícias

19 De Fevereiro 2016

Texto : Simão Neto

O governador da província de Luanda, general Francisco Higino Lopes Carneiro, voltou a visitar, no domingo passado, os municípios do Cazenga e Luanda para avaliar o grau de execução das obras de melhoramento da rua "Rei Pelé", que dá acesso ao hospital do Calawenda e a construção da ponte do Balumuka, duas semanas depois de ter baixado orientações nesse sentido.

Na sua visita anterior, Higino Carneiro não conseguiu chegar ao hospital devido ao mau estado da via que dá acesso àquele estabelecimento hospitalar público.

Na ocasião, constatou apenas as obras da vala do Cariango, na Quinta Avenida, da rua da Fiaco e inteirou-se do estado das ruas secundárias e terciárias do município do Cazenga.

O Hospital do Calawenda entrou em funcionamento em 2012, mas, desde essa data, os pacientes e os funcionários, incluindo o corpo médico, enfrentam muitas dificuldades para chegar ao hospital, devido às águas paradas e ao lamaçal existente no local. Depois do Cazenga, Higino Carneiro deslocou-se ao distrito urbano do Kilamba Kiaxi, onde constatou a degradação da ponte sobre a vala de drenagem do Balumuca, que liga o bairro do Golfe ao distrito urbano da Maianga.

No final da jornada, o governador de Luanda disse que, até meados do próximo mês, ficam concluídas as obras de melhoramento da via de acesso ao Hospital do Calawenda e, dentro de 30 dias, é erguida uma nova ponte sobre a vala de drenagem do Balumuca. Marco Melo, da Engevia, empreiteira que está a fazer as obras na via que dá acesso ao Hospital do Calawenda, disse que a sabotagem dos equipamentos durante o período nocturno tem estado a dificultar os trabalhos.

"Apesar das dificuldades, as obras ficam concluídas em meados do próximo mês": garantiu o responsável pelas obras. A construção da ponte sobre a vala de drenagem do Balumuca foi adjudicada à Conduril, empresa que deu garantias ao governador de Luanda de que executa os trabalhos em um mês.

Com a construção da nova ponte sobre a vala de drenagem do Balumuca, disse o governador provincial, o trânsito na Avenida 21 de Janeiro fica mais "desafogado": Para garantir uma melhor governação, referiu o governador provincial de Luanda, os administradores municipais e comunais vão passar a ser também os secretários do MPLA nas suas áreas de jurisdição.

O governador de Luanda, General Higino Carneiro, não gostou do que viu nas duas localidades: Cazenga e Kilamba - Kiaxi ao radiografar os municípios de Luanda e do Cazenga, com vista a constatar de perto o andamento das obras e a vida dos cidadãos de cada circunscrição da capital Higino Carneiro disse à imprensa que não gostou do que viu nas zonas do Kilamba-Kiaxi e do Cazenga, mas tudo será feito para melhorar a circulação de pessoas e bens ao nível de Luanda.

O governante adiantou que a ponte do Balumuka será construída dentro de trinta dias com vista a dar um ar mais puro à vida dos cidadãos da urbe. O general Higino Carneiro avançou que agora que está confirmado como primeiro secretário do Comité Provincial de Luanda do MPLA, vai inverter o actual quadro. Ou seja, os administradores municipais serão também os primeiros secretários de cada município de Luanda.

A visita de Carneiro ao distrito do Kilamba - Kiaxi e ao município do Cazenga teve como objectivo, constatar o andamento dos vários projectos e obras nestas duas circunscrições da capital.

À testa do MPLA, em Luanda, Higino Carneiro é coadjuvado por Job Capapinha que já demonstrou capacidades de governar e de dirigir o público. Mais do que aquilo que falaram sobre ele, Job Capapinha pretende também ser um homem aberto com as pessoas que o ajudaram na constituição da AMANGOLA. Se assim não acontecer estará a dar tiro no seu próprio pé. O administrador do Kilamba Kiaxi, Domingos João Lourenço, que esteve presente na visita do governador garantiu que está pronto a cumprir as orientações do governador, pondo em marcha o projecto de reabilitação da via que liga Cassequel e Kilamba-Kiaxi que desemboca na localidade do Avó Kumbi.

Segundo Domingos Lourenço, com a construção da ponte do Balumuka será, assim, facilitada a circulação de meios e de pessoas e desafogará a estrada principal de Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy". De recordar que a obra terá a duração de um mês para a sua conclusão.

5.4 Higino Carneiro exonera administradores municipais

Jornal O País

26 De Fevereiro de 2016

Texto: Jorge Fernandes

O presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Tavares assim como seu Vice-presidente, António Manuel Fiel "Dídi", foram ontem exonerados pelo governador de Luanda. Antigo administrador do Sambizanga e influente dirigente da AkwaSambilia, ainda não se sabe qual será o destino de Tavares, que era um dos mais poderosos responsáveis municipais.

Exonerados foram também os administradores municipais de Viana, Quiçama, Bela se do distrito urbano do Sambizanga.

Trata-se de Manuel Mateus Caterça, Domingos Assis Fortes, Filipe Barros Espanhol e Mara Regina Quiosa, respectivamente. No mesmo despacho, Higino Carneiro nomeou Jeremias Dumbo (Tchilelevika) para administrador municipal de Viana, Mateus António da Costa para Belas, Vicente Francisco Soares para Quiçama e Mara Regina Quiosa para vice-presidente da Comissão Administrativa de Luanda. Os nomeados

Manuel Mateus da Costa "Godó" regressa ao Governo de Luanda, depois de ter cumprido funções idênticas no Governo do Cuanza Norte, no município de Cambambe. Como militante do MPLA, em Luanda, já foi secretário do Departamento de Administração e Finanças (DAF), do secretariado provincial.

Jeremias Dumbo vem da província de Benguela, onde exerceu as funções de primeiro secretário provincial do MPLA, até por altura em que foi substituído pelo então governador Armando da Cruz Neto. Foi eleito deputado pelo ciclo provincial de Benguela em 2008.

Mara Regina da Silva Bapstista Quiosa foi nomeada no ano passado para administradora do distrito urbano do Sambizanga, durante o consulado do então governador Graciano Francisco Domingos.

O governador de Luanda havia anunciado que nas vestes de primeiro secretário provincial de Luanda do MPLA, iria conformar as mesmas funções simultaneamente aos administradores.

5.5 José Tavares exonerado da Comissão Administrativa

Novo Jornal

26 De Fevereiro de 2016

Texto: António Paulo

O Governador de Luanda, Higino Carneiro, exonerou ontem José Tavares Ferreira do cargo de Presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda. No mesmo despacho, Higino Carneiro procedeu a seis exonerações e quatro nomeações, de acordo com uma nota de imprensa do governo de Luanda a que o Novo Jornal teve acesso.

À semelhança de José Tavares, foram igualmente exonerados Manuel Mateus Caterça do cargo de Administrador Municipal de Viana, Filipe Barros Espanhol do cargo de Administrador Municipal de Belas, Domingos Assis Fortes do cargo de Administrador Municipal da Quiçama, António Manuel Fiel do cargo de Vice-Presidente para a Área Política, Social. Assuntos Comunitários e Ambiente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e Mara Regina da Silva Baptista Quiosa exonerada do cargo de Administradora do Distrito Urbano do Sambizanga.

Higino Carneiro nomeou, em comissão de serviço para cargos de administradores municipais, Jeremias Dumbo para Viana, Mateus António da Costa para Belas, Vicente Francisco Soares para a Quiçama e ainda Mara Regina da Silva Baptista Quiosa para exercer o cargo de Vice-Presidente para a Área Política, Social.

Assuntos Comunitários e Ambientais da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

Com as exonerações e nomeações efectuadas, o governador de Luanda parece estar mesmo empenhado em fazer valer a sua máxima de que "quem não merecer a sua confiança será afastado", tal como tinha avisado no dia da sua tomada de posse, em Janeiro do corrente ano. Ainda no princípio do mês em curso, Higino Carneiro exonerou os administradores comunais dos Ramíros, António Segunda, e do Mussulo, Ciros Cordeiro da Mata, por alegadamente terem prestado falsas informações sobre a concessão de terrenos nas suas áreas de jurisdição. Na mesma esteira, Higino Carneiro

procedeu igualmente a exonerações de altos responsáveis de direcção do seu pelouro.

5.6 O comboio ainda é "malandro"

Novo Jornal

26 De Fevereiro de 2016

Texto: Isabel João

Viajar de comboio em horário de ponta não é tarefa fácil, como o Novo Jornal mostra nesta edição. E chegar ao seu destino é mais difícil ainda, pois muitas vezes nem isso os passageiros conseguem.

A equipa de reportagem chegou à estação de Viana por volta das 4h30. No local, comprámos o bilhete 200 kwanzas. Foi-nos informado pela funcionária que a partida estava marcada para as 05h00, mas o comboio começou a arrancar por volta das 5h25. Pago o bilhete, e, sem ter informação, fomos parar na carruagem de 30 kz, um espaço muito pequeno e com mais de 70 pessoas, a maior parte delas de pé. Os aparelhos de ar-condicionado não funcionavam, um cheiro desagradável espalhava-se por todo o lado. Nas duas paragens do comboio, entraram mais pessoas na nossa carruagem. A mais barata. Os companheiros de viagem que conosco falaram apresentaram um rol de reclamações, um sem-fim de aspectos que os desapontam, como a falta de higiene no interior das carruagens, por exemplo. Teodora Francisco, moradora do município de Viana e que utiliza o comboio diariamente, disse-nos que, no início, se prestava um bom serviço. "Como tudo aqui em Angola no início é sempre bom, havia um bom trabalho, mas durou apenas sete meses, depois começaram os problemas. No início havia dois ou três controladores dentro das carruagens, hoje já não os vemos. Controlavam os passageiros... As pessoas sentam-se sobre as mesas e os passageiros não viajam à vontade. Acho que assim pagamos por um mau serviço".

A mulher, de 48 anos e natural da província do Huambo, disse não entender a razão de a direcção dos caminhos-de-ferro ter diminuído as carruagens de 30kz que facilitavam a vida de quem usa o comboio para chegar à baixa da cidade. "Acho que nós, os angolanos, gostamos mesmo de ver os nossos irmãos a sofrer. Há pessoas que não têm nem os 30kz para pagar o comboio, e tiram as carruagens mais baratas para deixar as de 200kz? Não sei aonde é que as coisas vão chegar, ao invés de ajudar as pessoas só querem prejudicar". E foi acrescentando que "são os funcionários que escondem os bilhetes de 30kz".

"Há pessoas que já perderam os sentidos dentro do comboio."

"Sempre que preciso de comboio, enfrento grandes problemas, principalmente nos dias em que cai chuva", disse a vendedora Conceição Bento, que de segunda a sábado utiliza o comboio.

Conceição Bento, que é mãe de sete filhos, conta que é com o pouco que ganha que sustenta a sua família. "Eu sou a mãe e pai dos meus filhos, moro na Kaop B, de onde saio a pé todos os dias para apanhar o comboio. O que mais me deixa triste é que, quando chove, somos abandonados à nossa própria sorte na zona dos musseques porque a linha férrea da Cuca fica inundada". Questionada sobre se quando isso acontece há a devolução de valores, a mulher respondeu que não. "Isso nunca aconteceu, e não entendo como é que até hoje não resolvem o problema da zona da Cuca. O comboio circula em Luanda há mais de cinco anos, não se compreende como é que até hoje não se resolve o problema da Cuca porque sempre que chove é a mesma coisa", frisou.

De acordo com a comerciante, inicialmente os Caminhos-de-Ferro de Luanda tinha disponibilizado cinco carruagens de 30 kz que ela diariamente apanhava. "Quando existiam as cinco carruagens, as pessoas viajavam tranquilas, ninguém viajava de pé nem tinha essa confusão que estão a ver. Mesmo com essa confusão que há aqui, hoje isto está calmo. Há dias em que as pessoas chegam mesmo a perder os sentidos".

Raquel Simão, funcionária bancária, que há três anos utiliza o comboio para chegar ao seu local de trabalho na zona da Mutamba, disse que a gestão não está a prestar bom trabalho. "Muita gente pensou que, com a gestão do novo responsável dos caminhos-de-ferro, seriam resolvidas algumas situações que os passageiros enfrentam todos os dias. Eu normalmente viajo no expresso de 500 kz, onde até há condições. Mas o que me preocupa é a falta de higiene que apresenta: A carruagem está cheia de baratas a andar de um lado para o outro, as paredes estão todos sujas, e eu até já cheguei ao serviço com baratas no cabelo! E julgo que o valor que é cobrado é excessivo". Acrescentou que tem viatura e que deixa o carro em casa por instruções médicas.

A jovem, de 29 anos, disse também que a outra situação que a preocupa é a falta de mais cruzamentos de comboio. "Não sei como é que até hoje só existe um cruzamento. Com ou sem chuva, as carruagens ficam paradas na zona dos musseques porque têm de esperar o outro comboio passar o cruzamento. É muita brincadeira, estes dirigentes

andam a brincar com este povo, nós sofremos. E, para piorar a situação, ainda retiram algumas carruagens de 30 kz, que inicialmente eram cinco e agora só funcionam duas".

Teresa Gomes, moradora do município de Belas no bairro da Sapú, disse que a diminuição das carruagens fez com que maior parte das pessoas que apanhava a carruagem de 30 kz passasse para a de 200 kz. "Muitas as vezes são zungueiras com os seus produtos nas bacias, até peixe fresco há aqui dentro. Chegamos ao local de serviço a cheirar a peixe. Acho que têm de aumentar as carruagens de 30 kz, porque elas vêm aqui por já não ter mais alternativas".

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 IPU calculado abaixo do preço de construção

Jornal de Angola

1 De Fevereiro de 2016

Texto: Yara Simão

A falta ao pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) incorre em sanções de acordo com as leis fiscais, alertou o director nacional dos Serviços Fiscais, Miguel Panzo. Em entrevista ao Jornal de Angola, o responsável afirmou que "ninguém está acima da Lei" e "todos têm de pagar", mas esclareceu que o valor estabelecido está 45 por cento abaixo do preço normal e o modelo de avaliação leva em consideração questões como a localização, o estado do imóvel e o acesso a serviços básicos.

Jornal de Angola- Quem paga o imposto predial Urbano?

Miguel Panzo - Todo o cidadão nacional ou estrangeiro que possui um prédio urbano, que é definido como uma casa para habitação, terra ou espaço concedido para efeitos de habitação. Todos os outros espaços, segundo a legislação, não concorrem para o Imposto Predial Urbano.

JA - Qual é o valor que os cidadãos devem pagar?

MP - O valor está abaixo do preço do custo de construção do mercado, porque, quando se fez o trabalho da formulação, a base foi essa. O fisco cotou 45 por cento abaixo do preço normal. Vamos supor que, na Ingombota, o metro quadrado de construção é de 700 dólares, ao preço do mercado. O fisco, no modelo que formulou, definiu 350 dólares. Se o metro quadrado de construção em Benfica é mais barato que na Ingombota, 500 dólares, por exemplo, o fisco cobra 200 dólares.

JA - Como é definido o valor do Imposto Predial Urbano?

MP - Para determinar o valor patrimonial do imóvel, existe um modelo de avaliação criado na perspectiva fiscal. É um modelo conservador, pois a avaliação fiscal não se processa na perspectiva de mercado. Os coeficientes que foram criados para formar este modelo de avaliação de imóveis cotaram para baixo muitos aspectos, como a localização do imóvel, o metro quadrado de construção, o preço por metro quadrado abaixo do preço de custo real, e varia

também em função da localização, porque um metro quadrado na Ingombota é mais caro que em Benfica.

JA - Suponhamos que a casa esteja degradada.

MP - Este modelo é conservador e uma casa velha tem uma cota mais baixa do que uma nova. Também temos em conta o coeficiente de conforto. Refiro-me aos serviços que o Estado presta ao imóvel do cidadão além da terra, como água, luz, esgotos, porque são pagos impostos e os cidadãos têm esse privilégio. Mas quem tem o imóvel e não usufrui desses serviços paga mais baixo.

JA - Como devem proceder os herdeiros de propriedades que vêm de há várias gerações e nunca tiveram documentos?

MP - Temos de saber separar, porque prédios urbanos são os imóveis ou casas construídas para fins de habitação, apartamentos, lojas, escritórios e até aqueles espaços ou terrenos concedidos para efeitos habitacionais. Prédios rústicos são terrenos concedidos para agricultura, pecuária, exploração mineira. Esses não concorrem para o Imposto Predial Urbano, logo, aquelas pessoas que têm habitação nas lavras fiquem descansadas porque não vão pagar e os governos provinciais já estão esclarecidos sobre isso.

JA- Quem já tem a escritura também é obrigado a pagar o imposto?

MP - Se tem escritura é porque o imóvel está inscrito na repartição fiscal. Se os cidadãos reconhecidos na base de dados do Estado alterarem as modalidades da sua casa, devem dirigir-se à repartição fiscal para actualizar a informação. Quem tem a escritura e não paga é devedor do Estado. Todos devem pagar porque é um dever de cada cidadão, segundo a legislação vigente no país.

JA- Há quem tenha escritura há muitos anos e nunca pagou impostos.

MP - Aquando da publicação dos novos códigos fiscais, o Estado, além da reforma tributária que começou em 2011, fez correcções que resultaram em valores muito volumosos e foi necessário estabelecer um divisor de águas. Em 2014, durante a publicação dos novos códigos fiscais, que entraram em vigor em 2015, o Executivo perdoou todo o contribuinte que tinha dívidas de 2012 para trás. O que implica que as dívidas a pagar são de 2013 a 2015.

J A - Os cidadãos estão em condições de pagar três anos de Imposto Predial Urbano num momento de crise e no primeiro mês do ano?

MP- Quem tem dívidas em atraso, paga. Quem adquiriu o imóvel só em 2014 paga apenas 2014 e 2015. Mas todos têm de pagar até ao final do mês. O pagamento pode ser feito em duas prestações, uma em Janeiro e a outra em Julho. É uma facilidade que a Lei confere ao cidadão. O processo é contínuo e os imóveis não inscritos podem sempre ser inscritos.

JA - Quem constrói uma loja no quintal de casa também a deve inscrever e pagar imposto?

MP - Essa área já faz parte do terreno inscrito. O que deve fazer é ir à repartição fiscal para actualizar os documentos e, se por ventura, arrendar esse espaço, paga um imposto sobre a renda, que são 15 por cento do valor arrecadado na renda do imóvel.

JA - Como ficam os contribuintes que têm os seus imóveis ou empresas arrendados?

MP - Nos imóveis detidos para arrendamento, sobre o valor da renda efectiva incide uma taxa de 15 por cento, que dever ser encaminhada para os cofres do Estado. Para os imóveis que estão arrendados a empresas com contabilidade organizada, no acto de pagamento do imposto devem fazer o desconto de 15 por cento, ao mesmo tempo que têm a obrigação de, no prazo de 30 dias, fazer a entrega deste valor aos cofres do Estado, ou seja, na repartição fiscal onde o imóvel está registado.

JA - As residências construídas em terrenos ocupados ilegalmente também pagam imposto?

MP - O cidadão tem direitos e deveres, logo, tem de pagar. Apesar de construir num espaço que não seja seu, mas do Estado, a Lei diz que o imposto é para o proprietário ou alguém que tire benefício desse imóvel. Tem de registar e pagar imposto. Não lhe é dada a titularidade jurídica do imóvel, mas os serviços fiscais obrigam-no a pagar pelo facto de tirar benefício do mesmo.

JA - Os moradores das novas centralidades vão pagar Imposto Predial Urbano?

MP - Os cidadãos que fizeram um contrato com o Estado que permite que paguem não sobre referida, mas sobre a propriedade, A Lei diz que quem tem uma propriedade resolúvel deve pagar imposto. O que existe nas centralidades são contratos de arrendamento, mas o imóvel já é seu. O Estado colocou a casa à sua disposição e vai pagar num tempo determinado e só deixa de pagar se não quiser mais. Logo a casa é sua.

JA - Qual é a modalidade para as centralidades e quando começam a pagar?

MP - Vamos divulgar quando as centralidades vão começar a fazer os pagamentos, porque ainda estão a ser feitos alguns acertos internos entre os ministérios da Justiça, Finanças, a Imogestim e parceiros provinciais. Depois, vamos determinar o processo de cobrança dos contribuintes, para iniciar o pagamento do Imposto Predial Urbano, imposto de sisa, selo e contrato da Justiça, porque os contratos feitos entre a Imogestim e o promitente-comprador devem ser selados pela Justiça. O que quer dizer que podem ficar descansados que não vão fazer parte desta fase de pagamento que termina no final do mês.

JA - Milhares de pessoas vivem a muitos quilómetros de distância de uma repartição fiscal. Essa situação foi levada em conta?

MP - Apelo à calma de todos os contribuintes. O prazo termina no fim deste mês e todos devem afluir às repartições fiscais. Se não houver capacidade para atendermos todos, vamos encontrar estratégias para resolver o assunto. O que se exige é que o proprietário do imóvel esteja munido de documentos, mesmo os que não tenham a titularidade do imóvel, para que o trabalho seja facilitado e mais pessoas possam inscrever os seus imóveis e pagar o imposto.

JA - Os cidadãos reclamam das dificuldades para adquirir o modelo de registo, que custa 2.500 kwanzas.

MP - O Modelo 5 está a esse preço em função do custo da sua produção. Esse valor é do Ministério das Finanças e não tira nenhum dividendo acima disso. Estamos a trabalhar no sentido de, nos próximos anos, melhorarmos esses serviços.

JA - Vocês estão capacitados suficiente para atender a procura a nível nacional?

MP - Preciso admitir que a máquina administrativa fiscal tem limitações e nem sempre tem sido possível atender todos os contribuintes nos prazos previstos. Se, porventura, até ao fim do tempo determinado não conseguirmos atender todos, vamos, a partir dos nossos superiores hierárquicos, encontrar soluções. Temos um pessoal dinâmico para que o trabalho seja um êxito.

JA - O que acontece a quem teimarem não pagar o Imposto Predial Urbano?

MP - Ninguém está acima da Lei. Aquele indivíduo que tenha um imóvel, não o regista nem paga os impostos tem problemas com a Lei, porque a Direcção Geral Tributária, através das leis fiscais, tem mecanismos para sancionar esse contribuinte, que vão desde a penhora, a execução dos bens do contribuinte, como contas bancárias, bens móveis e

imóveis, mercadorias e créditos comerciais. E quando se tratar de crimes tributários, o assunto é encaminhado ao Ministério Público para o devido tratamento.

6.2 Milhares de moradias concluídas no Cuito

4 De Fevereiro de 2016

Jornal de Angola

Texto: João Constantino

As primeiras residências da nova centralidade do Cuito podem começar a ser entregues a partir de 2017, quando estiveram concluídos os serviços de captação e distribuição de água, a central de tratamento de águas residuais, assim como o sistema de fornecimento de energia eléctrica e de melhoria do saneamento básico, garantiu terça-feira, ao Jornal de Angola, o director nacional do Urbanismo.

A conclusão das obras está a depender dos fundos da linha de crédito da China, disse Fernando Francisco. "A construção do sistema de captação de águas e de tratamento de águas residuais já teve início, estamos a verificar as infra-estruturas externas, como a energia e o saneamento básico", disse Fernando Francisco, que acrescentou que cerca de 2.800 residências estão concluídas e prontas para serem habitadas.

Nesse momento, acrescentou, estão em fase de conclusão as construções de esquadras polícias, dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, escolas do ensino primário e infantários.

Fernando Francisco anunciou a implementação do projecto de requalificação de alguns bairros da cidade do Cuito, no âmbito do projecto de infra-estruturas sociais integradas no município do Cuito e da comuna do Cunje. A conclusão das referidas obras está prevista para Janeiro de 2017. O secretário de Estado do Urbanismo, Nhangá de Assunção, constatou na semana finda a execução física das obras que vão beneficiar da linha de crédito da China.

Requalificação de bairros

Além da centralidade do Cuito, alguns bairros da cidade capital do Bié são requalificados, dentro do projecto de infra-estruturas integradas.

Durante a visita à cidade do Cuito, o secretário de Estado do Urbanismo, acompanhado pelo vice-governador provincial para as infra-estruturas, José Chatuvela, visitou alguns bairros do Cuito. O vice-governador provincial José Chatuvela disse que a requalificação dos bairros consiste no arruamento,

serviços de drenagem de águas fluviais, sistemas abastecimento de água, iluminação pública e melhoramento das estradas.

"Estas obras de infra-estruturas integradas são feitas nos bairros Militar, Azul e São José. Vamos ainda construir uma circular e estradas que vão ligar às estradas nacionais aos bairros do São José, Chissindo, Paraíso, até à sub-estação de água, ao redor da cidade, para facilitar a circulação rodoviária", concluiu o vice-governador provincial.

6.3 Quem trava o desgaste das vias da urbanização Nova vida

Jornal Grandes Noticias

6 De Fevereiro De 2016

Passados mais de 10 anos, mesmo com o surgimento de novas centralidades, o Nova Vida, dentre todos, continua ainda melhor posicionado no que tange a sua localização geográfica, pois se situa precisamente no centro de todos conglomerados humanos recentes e da grande cidade, o que a partida, mesmo possuindo habitações com área construída diminuta e vivendas com um quintal invejável que permitem, inclusive, para fazer piscinas e puxadas de todos tipos e feitios, é ainda aquele que mais agrada quem tem o seu dinheiro para comprar casas. Verifica-se que, com a febre das novas centralidades, os últimos edifícios construídos já possuem uma área interna mais ampla e melhores acabamentos o que deu bom aproveitamento aos apartamentos e, como óbvio, mais valor.

Pois, sendo um dos primeiros condomínios abertos, com requisitos de uma cidade, tendo em atenção que possui energia da rede, água canalizada, estradas asfaltadas, iluminação pública, áreas de recreio, serviços públicos, lojas e etc, não se esperava que adaptasse os vícios da velha Luanda.

Desengana-se quem assim pensou, porque esta localidade, não se sabe por quê, quando caem quedas pluviométricas, o bairro secciona-se em pequenas ilhas internas. Mas isto, não sucede só quando é abençoado com chuva, já que há vias estruturantes que passar nelas é um "calcanhar de aquiles", e por conta disso, já protagonizaram várias cenas de pugilato, por todos pretenderem passar no mesmo espaço que, não havendo caminho alternativo, dava para poupar o carro. Mas o que não se compreende, é que, às vezes, a Imogestin gestora da urbanização' vê os buracos, realiza a operação para tapa-los, mas dias depois, bastou que o 'general Chuva' abrir as torneiras, tudo volta a primeira forma. Isto é visível na rua nº 54, a

que passa diante da Shoprite e do edifício da FAF, que ao terminar, bate mesmo com tribunal da família. Como se vê, é das mais importantes vias que o bairro possui e não escapa ao trabalho desregrado daquela empresa.

Numa situação de extremo constrangimento, um funcionário sénior da Shoprite, estrangeiro por sinal, que conseguiu fazer o seu passeio em condições que nem chuvas nem transgressões dos automobilistas conseguem o destruir dado a consistência da obra, interrogou-se, que se "a empresa que está a reparar a estrada, não percebe que se tapar os buracos sem atacar a causa destes, só vai perder tempo e dinheiro? Um cidadão angolano ao lado, cheio de bom humor, respondeu alto e bom som, que eles estavam a justificar o dinheiro que tinham tirado da conta da empresa" E só pode ser mesmo isso, porque sabe-se a partida, que esta estrada esfervente que um grande músico da banda cantou, não resiste a águas. Então, os paliativos que fazem, é mesmo para no momento repararem e esperar um mês ou dois, e estragar de novo e, de seguida, tornarem a reparar de novo. Claro que estas actividades são sempre quantificadas, o que justifica a teoria de estarem a fazer obras para benefícios obscuros, pois os residentes, não precisam estradas momentâneas; queriam sim, aquelas que resistem a chuvas e a águas provenientes dos quintais. Portanto, aos exemplos já citados, acrescentamos os da rua 46, junto aos bancos Keve e BIC e, para não variar, na própria rua onde se situa a administração do bairro, que constantemente está intransitável por causa de águas residuais, e parece que a administradora não vê isso.

Note-se que no tempo da confusão, em que os fiscais tinham na remoção de viaturas a sua principal actividade, um fiscal, era capaz de remover, à força, uma viatura que estava a ser limpada ou mesmo lavada que não fazia influência nenhuma ao asfalto e ignorar uma ruptura que vaza água para a estrada e rompe o asfalto.

Então, vê-se logo, em princípio, qual é a mentalidade de quem gere estes projectos, que bem geridos, servem o interesse social, porque desafogam a cidade e criam novos modelos de convivência na periferia da cidade.

É nossa sugestão, para o administrador do Nova Vida ou a Imogestin, que as ruas citadas onde várias vezes já desperdiçaram dinheiro e tempo a repararem, antes de tornarem a repetir este trabalho, concertem os canos com fugas de água. Nem que estiverem nos quintais, usem o vosso poder, vão lá repar e em seguida apresentem as facturas aos proprietários e, assim, vão poupar recursos e os usuários das vias, vão agradecer.

6.4 Famílias receberam residências

Jornal de Angola
7 De Fevereiro de 2016

Um total de quarenta casas sociais, do tipo T3, foram entregues quinta-feira, no município o Mussende, 349 quilómetros a nordeste da cidade do Sumbe, província do Cuanza Sul, a igual número de famílias.

As casas fazem parte do programa do Executivo de construção de 200 fogos habitacionais em cada município do país.

A cerimónia de entrega foi orientada pelo vice-governador provincial do Cuanza Sul para o sector técnico e Infra-estruturas, António Gama, na presença de membros do governo, autoridades tradicionais e outros convidados.

António Gama disse que é mais um passo para a execução do programa do Executivo, visando a concretização do sonho da casa própria, principalmente para a juventude da província.

Referiu que cada beneficiário deve honrar o seu compromisso de pagamento em todos os finais de cada mês, cabendo às estruturas de direito garantirem a sua continuidade, salientando que a juventude tem direito a 30 por cento das residências.

Na província do Cuanza Sul, no âmbito do projecto dos fogos habitacionais, os municípios do Cassongue e Ebo já procederam a entrega das habitações.

6.5 Governador entrega moradias sociais

Jornal de Angola
7 De Fevereiro de 2016

O governador do Cuanza Norte, Henrique André Júnior, entregou ontem, na vila de Lucala, as chaves de cem moradias aos primeiros beneficiários do programa social do executivo de construção de fogos habitacionais em todos os municípios.

Na ocasião, Henrique André Júnior sublinhou que a construção das habitações, de tipo T3, enquadra-se na política social do Governo angolano para suprir as necessidades da população.

Apesar das dificuldades económicas e financeiras que o país enfrenta, o Executivo nunca deixou de honrar os seus compromissos, lembrou o governador.

Henrique André Júnior anunciou para breve a entrega de moradias aos habitantes dos municípios de

Ambaca, Samba Cajú, Bolongongo, Ngonguambo e Golungo Alto, construídas no quadro do mesmo programa social.

Os beneficiários, através de uma mensagem, agradeceram o empenho do Executivo em resolver os problemas da população e comprometeram-se a cumprir os contratos de pagamento das casas.

O administrador do município de Lucala, José Teixeira da Conceição, justificou a realização de um sorteio para a distribuição das moradias, por haver um desequilíbrio entre a procura e oferta. O processo começou com a inscrição dos candidatos à obtenção de uma residência e, como tivemos mais inscrições em relação ao número de casas, passou-se por um mecanismo de selecção dos candidatos que culminou com um sorteio, frisou. O critério distribuição das moradias estabelecido pelo Executivo beneficia a juventude em 30 por cento, seguindo-se os funcionários públicos e outros interessados.

José Teixeira da Conceição não avançou os valores de cada prestação mensal, mas frisou que as casas são pagas através do sistema de renda resolúvel, num período de 30 anos. O município de Lucala compreende uma superfície de 2.399 quilómetros quadrados e tem 20.148 habitantes, segundo dados provisórios do censo geral da população e habitação, realizado em 2014. A sede fica a 38 quilómetros a leste de Ndalatando.

6.6 Casas sociais são entregues em Março

Jornal de Angola

8 de Fevereiro de 2016

Texto: Domingos Mucuta

As primeiras 52 casas sociais do bairro dos antigos combates e veteranos da pátria, em construção na comuna da Arimba, município do Lubango, são entregues no próximo mês.

O director provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Benjamim Kapata, prestou esta informação à vice-governadora para o sector Político e Social, Maria João Chipalevala, durante uma visita ao empreendimento.

O bairro terá 200 habitações do tipo T2 e T3, com quartos, sala comum, cozinha, casa de banho e um quintal com espaço para a construção de anexos ou plantação de horta. Benjamim Kapata salientou que a construção do bairro está inserida num programa de habitação social para antigos combatentes e veteranos da pátria, concebido pelo governo, e tem algumas

componentes. A primeira é financiada pelo Programa de Fomento Habitacional do Executivo e a segunda depende do orçamento do Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, que prevê a construção de aglomerados habitacionais em todas as províncias.

O director provincial disse que a distribuição de habitações contempla, numa primeira fase, os antigos combatentes e veteranos da pátria portadores de deficiência física e sem casa própria, cuja selecção já foi realizada. A direcção provincial da Huíla recenseou 6.149 antigos combatentes e veteranos da pátria, que recebem uma pensão mensal, e presta apoio a quatro cooperativas agrícolas constituídas por 271 associados. Os moradores das quatro zonas residenciais do Tchico, arredores da cidade do Lubango, começaram ontem a consumir água potável, com a entrada em funcionamento dos sistemas de captação, tratamento e distribuição.

O sistema inaugurado pela vice-governadora da Huíla para o sector Político e Social, Maria Chipalevala, substitui o processo de recolha de água de cacimbas e poços. A vice-governadora procedeu à abertura simbólica da rede de água canalizada das zonas 10, 7, 4C e 4D que beneficia cerca de seis mil moradores. A zona 10 serve mais de 3.500 habitantes e a zona 7 abrange cinco mil. Os fontenários das zonas 4C e 4D beneficiam mais de cinco mil habitantes. Os pontos de abastecimento, orçados em 10 milhões de kwanzas cada, estão equipados com painéis solares, que permitem a distribuição de água sem interrupção. O chefe de departamento da Direcção Provincial das Águas, Orlando Braz, revelou que o governo da Huíla continua a construir pontos de distribuição, no âmbito da expansão dos serviços sociais.

6.7 Casas sociais respondem a procura de habitações

Jornal de Economia e Finanças

12 De Fevereiro de 2016

As primeiras 100 casas sociais construídas no município de Lucala, província do Cuanza Norte, no âmbito do programa governamental de construção de 200 fogos habitacionais em cada município do país, foram entregues, recentemente, naquela localidade pelo governador do Cuanza Norte, Henrique André Júnior.

Beneficiaram das residências cidadãos de diversos extractos sociais, com maior predominância para jovens, por serem a faixa etária que mais está contemplada no projecto. Na ocasião, o governador

procedeu também à assinatura dos termos de entrega das casas, que foram igualmente entregues aos beneficiários.

Segundo Henrique Júnior, a construção das referidas habitações, de tipologia T3, de carácter gemelares e unifamiliar ou isoladas, constitui uma política do Governo angolano que visa dar resposta ao défice de moradias que o país vive.

Apesar das dificuldades inerentes aos diversos fenómenos socioeconómicos que o país está a registar, o Executivo nunca deixou de honrar os seus compromissos, lembrou, tendo anunciado para breve a entrega de moradias aos habitantes dos municípios de Ambaca, Samba Caju, Bolongongo, Ngonguambo e Golungo Alto, construídas no quadro do mesmo projecto.

Empenho do Executivo

Na ocasião, os beneficiários, através de uma mensagem, agradeceram o empenho do Executivo em resolver os problemas do povo e comprometeram-se em cumprir os contratos estabelecidos para o pagamento das casas, assim como apelaram os demais jovens que não foram contemplados nessa primeira fase a manterem-se esperançosos, pelo facto do projecto ser abrangente.

Sem revelar o número de candidatos inscritos, o administrador do município de Lucala, José Teixeira da Conceição, referiu que em função da elevada concorrência para a obtenção das residências, foi feito um sorteio, o que possibilitou apurar os beneficiários das mesmas. Este é um processo que começou com a inscrição dos candidatos à obtenção de uma residência e como tivemos mais inscrições em relação ao número de casas passou-se por mecanismos de selecção dos candidatos que culminaram com um sorteio", frisou.

Para a obtenção das casas obedeceram-se alguns critérios estabelecidos pelo Governo central, onde a juventude beneficia de 30 por cento do total das residências, seguindo depois outros organismos sedeados no município e os cidadãos em geral que comprovem a capacidade que lhes permita pagar um valor, mensalmente.

José Teixeira da Conceição absteve-se de avançar os valores a serem pagos em cada prestação mensal, mas frisou que as residências serão pagas através do sistema de renda resolúvel, num período de 30 anos.

Beneficiários

Na ocasião, em declarações à imprensa, o administrador municipal de Lucala, José Teixeira da

Conceição, adiantou que em função da elevada concorrência para a obtenção das residências foi feito um sorteio que possibilitou apurar os beneficiários das mesmas. Garantiu que as condições sociais como energia, água e pavimentação das ruas estão a ser acauteladas, para que os habitantes do novo bairro vivam condignamente.

6.8 Governo com medo de anunciar a destruição de mais de 20 prédios

Jornal A República

12 De Fevereiro de 2016

Texto: João Diala

O Plano Director Metropolitano de Luanda prevê 410 quilómetros de estradas primárias e outros 621 quilómetros de estradas secundárias, para facilitar a mobilidade rodoviária.

Para a construção de corredores de infra-estruturas de transportes públicos, (estradas, caminhos-de-ferro e metro), o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda prevê a destruição de todas as infra-estruturas de construção adjacentes, para lá de toda extensão da linha férrea, no sentido Viana ao Largo 10 de Maio ou Largo da Independência, em Luanda. Esta destruição casas abrangidas, dos previstos 50 metros da linha férrea para lá da FILDA, está a gerar grande preocupação no seio do Governo.

O Jornal A REPÚBLICA sabe que o Governo Angolano tem medo de tomar pública esta informação, devido à suspeição da reacção do povo. Sendo que muitos dos prédios abrangidos têm menos de 10 anos de construção, toda esta problemática pode enfurecer os populares, devido à tamanha desorganização urbana que levou o consentimento das autoridades na construção desses fogos habitacionais naquele local, sem nunca terem perspectivado futuros alargamentos de estradas e linhas férreas naquela zona urbana.

6.9 Imogestin vende lojas no Sequele

Novo Jornal

12 De Fevereiro de 2016

A IMOGESTIN anunciou a abertura de candidaturas para a aquisição de lojas na cidade de Sequele, em Luanda, anunciou a empresa em nota de imprensa divulgada nesta semana, a que o NJ teve acesso.

Com efeito, a Imogestin estabeleceu entre as modalidades das candidaturas o envio de carta de

intenções dirigida à empresa, cópias do bilhete de identidade do requerente, do cartão de contribuinte, certidão comercial e pacto social da empresa publicado em Diário da República respectivamente.

Inclui ainda o comprovativo de pagamento de impostos e segurança social nos últimos dois anos e o alvará comercial.

Entre os critérios de selecção, definiu que priorizará as candidaturas apresentadas pelos moradores do Sequele que cumpram os requisitos exigidos.

Segundo a nota, o apoio ao empresariado local constitui outro dos critérios a ter em conta, sendo que 60% das lojas serão disponibilizadas aos comerciantes e empresários mais experientes.

"Após o processo de avaliação das candidaturas, os promitentes-compradores seleccionados serão convidados para uma entrevista presencial, para a eventual assinatura de contrato e entrega da factura próforma do valor do imóvel", lê-se ainda no documento da Imogestín.

Informou também que colocará à disposição dos comerciantes e empreendedores nacionais 158 lojas no Sequele, cujo valor em kwanzas é o equivalente a 1500 dólares por metro quadrado, à data da assinatura do contrato. Para o efeito, os interessados seleccionados, terão 12 meses como prazo máximo para pagamento do valor total do investimento, a partir da data do pagamento da primeira prestação. As modalidades de pagamento constam de um pagamento inicial de 40% do valor da loja, como primeira prestação. Adiciona-se um pagamento de 30% do valor da loja como segunda prestação seis meses após o pagamento da primeira prestação e um pagamento de 30% do valor da loja, como terceira e última prestação, 6 meses depois do pagamento da segunda prestação.

A empresa angolana encarregada do processo de comercialização das centralidades e que tem também investimentos nos sectores da gestão e manutenção de empreendimentos imobiliários, gestão de parques de estacionamento e hotelaria em Angola, planificou a comercialização das lojas no sentido de dar primazia de aquisição aos moradores do Sequele e convida os interessados neste processo, a visitar o seu "site", a sua loja sita no bloco 1, nº 15 da cidade do Sequele, ou ainda enviar propostas pelo endereço electrónico:candidatura-lojasequele@imogestin.co.ao.

6.10 Imposto casebral

Jornal Manchete

12 De Fevereiro de 2016

Texto: Francisco Cabila

De alguns dias há esta parte, a maralha do Zengá e não só, tem acordado "fitucada", tudo porque o Sê Ngunvulo de Angola, depois de lhe "bassularem" na Senhora Crise Económica entendeu jogar toda a sua "njinda" (raiva) aos pacatos cidadãos, não poupando os "ngadiamas" (pobres), muitos dos quais nem se quer sabem aonde se segurarem para sobreviver, com esta vida que estamos com ela. Dizem aos quatro ventos que temos, obrigatoriamente, que pagar o tal de "Imposto Casebral". Quero dizer, os que têm prédios e outros cubicos fixos, devem pagar Imposto Predial e nós que vivemos em casebres, temos de pagar "Imposto Casebral". Deixa que voz explique um coxito bem, porque destes mambos também ainda não sou barra e desde que montei o meu Casebre no Zengá, em Mil Quatrocentos e Wawééé, nunca alguém, do "Ngunvulu", veio meter-se comigo, faça chuva ou faça Sol. Hoje, por hoje, portanto sou obrigado a contribuir para engordar os cofres do "Dimixi" (Governo) por ter conseguido erguer, com tanto sacrifício, um casebre. Não sou o único, claro, vocês, os outros "Casebristas" do Zengá, do Marçal, Rangel, Chicala, Tunga Ngó, Rocha "Pintainho" ou Rocha GalolFrango, sei lá, os do Grafanil Bar ou Grafanil Lanchonete e Barraca, os de Viana, naquelas bandas da Sapú, Estalagem e tantos outros "Casebristas" dos "maxocololos" que vagueiam por esta Luanda, em particular, e em Angola em Estatal, stão, também "paiados".

"Ngongo Yove", seremos abrigados a mexer nos "cafocolos" de si há muito furados, para darmos "esmolos" aos muadiês da "massa", do "kumbú" e do "tutú" que em momento algum se solidarizaram connosco aquando da construção - ou "ergueção?" - dos nossos Casebres. Os "muzangalas" que apanharam berrida nas antigas barrocas da Boa - ou má? - Vista que "stão" nas tendas da Zango I e em outros casebres espalhados por Viana, também irão apanhar por tabela. Dizem mesmo que os cobradores dos "Impostos Casebrais" irão passar de "Casebre" em "Casabre" a cobrar a "massaroca" com sacos de "mabela" às costas onde será depositada a "massa". Já os fiscais, vão girar os "Casebres", de uma ponta a outra, montadas em "lambretas" made in "Chinalachina-chim-chim", um país novo, vizinho da China.

terrenos, com processos de aprovação das obras e dos créditos imobiliários servilmente corruptos.

De facto, houve investimentos totalmente desmedidos, vivendas, condomínios e edifícios moderníssimos, caros, com perspectivas totalmente divagadas do real estado da economia angolana.

Com o excesso na procura do imobiliário (vivendas, apartamentos, lojas, e escritórios), o mercado imobiliário entrou numa bolha especulativa em Angola, levando a que muitos investidores, na expectativa de construir e erguerem grandes obras para vendera, a fim de obter lucro contínuo e aumentar o ritmo suficientemente rápido, mantendo a escalada de preços.

A explosão imobiliária, em Angola, levou a que instituições financeiras (bancos) oferecessem créditos imobiliários, com taxas de juros altíssimas, e ainda assim muita boa gente foi se endividando (hipotecas) na expectativa que fossem ter ganhos e rentabilidade na venda dos imóveis, o que não aconteceu, devido ao equilíbrio do mercado. Ou seja, rapidamente houve um equilíbrio no mercado imobiliário (arrendamento, compra e venda de casas e terrenos) em Angola. Construiu-se o suficiente de maneira que os preços foram-se ajustando. Claramente que não era admissível que uma vivenda no bairro Alvalade custasse cerca de 10 milhões de dólares. Um apartamento na zona da Maianga mais de 500 mil dólares.

Estávamos completamente numa situação de desequilíbrio de mercado, total especulação imobiliária, tornando-se bolha imobiliária. Com a envolvimento de vários agentes económicos no mercado da compra e venda de terrenos e construção de vivendas, condomínios e edifícios em situação de dívidas aos bancos e a queda repentina dos preços no mercado angolano, claramente que estagnou o sector imobiliário em Angola. "A seguir ao excesso vem a escassez".

Esta situação de bolha imobiliária tornou o negócio improdutivo, não se vendem nem se compram terrenos, vivendas e apartamentos neste momento em Angola, porque os preços caíram totalmente. Os agentes económicos que compraram terrenos e construíram vivendas e apartamentos, quer para o arrendamento ou para venda, não conseguem dar procedimento devido aos preços especulativos na altura da compra dos terrenos, material de construção, incluindo o cimento caríssimo, crescendo as taxas de juros altíssimas (preço do dinheiro) na época, que, com o actual preço baixo do mercado imobiliário, impossibilita qualquer ganho, que consiga cobrir todos os encargos.

6.12 Moradores não têm que pagar já prestações de 2015, diz AADIC

Jornal Expansão

12 De Fevereiro de 2015

Texto: Osvaldo Manuel

Os moradores do Kilamba não são obrigados a liquidar duas prestações por mês, para compensar pagamentos não realizados no ano passado, defendeu o conselheiro da Associação Angolana dos Direitos do Consumidores (AADIC). Segundo Miguel Ângelo que falou aos jornalistas após uma reunião, na passada quinta-feira, 4 de Fevereiro, com moradores da centralidade, os atrasados de 2015 devem ser pagos no final dos contratos, que assim devem ser estendidos pelo prazo de um ano.

"As obrigações dos moradores começaram em Janeiro [de 2016] e não há nenhum diploma legal que obrigue ao pagamento de prestações anteriores", disse, acrescentando que a AADIC já "endereço duas cartas à Procuradoria-Geral República (PGR) a manifestar descontentamento e a ilegalidade na cobrança de prestações em atraso".

"Até ao momento, a PGR mantém-se em silêncio", referiu, lembrando que a entidade gestora do projecto, a Imogestin, não tem competências para exigir o pagamento de prestações atrasadas. "APGR é o órgão competente constitucionalmente para atender a questões ligadas aos direitos colectivos", sublinhou Miguel Ângelo, reiterando que "no âmbito do princípio da legalidade, questionamos o fundamento legal das cobranças das prestações de 2015".

"As cobranças não foram feitas no devido tempo e, não sendo feitas, não retroagem, porque houve impossibilidade de cumprimento da obrigação" por parte dos moradores, por responsabilidade da entidade gestora.

Em Outubro de 2015, recorde-se, a Imogestin anunciou que os moradores das centralidades teriam que começar a pagar, a partir de Novembro desse ano, duas prestações mensais, para ir liquidar os valores atrasados relativos ao ano passado.

Agora, responsável da AADIC alega que os moradores das centralidades e urbanizações de Luanda, em particular o Kilamba, não estão em incumprimento, porque a gestora do empreendimento não entregou nenhuma notificação formal para os inquilinos cumprirem com os pagamentos.

Ludmila Dinis, coordenadora jurídica da Comissão de Moradores do Kilamba, disse estar de acordo com a posição da AADIC, garantindo que os moradores estão disponíveis apenas para efectuarem os pagamentos das prestações de 2016.

"Não pretendemos pagar agora as prestações em falta, porque os constrangimentos não foram causados por nós", sublinhou.

Moradores indignados

No encontro com a AADIC, vários moradores mostraram-se descontentes com a forma como o processo tem sido conduzido por parte da Imogestim em relação ao pagamento dos atrasados.

"A Lei é clara. Isto não está na Lei", afirmaram alguns.

Adílio Lisboa, residente na centralidade do Kilamba há três anos, afirmou ser "muito pesado" realizar o pagamento de duas prestações por mês e garantiu que "a prevalecer esta decisão, vai tudo parar a tribunal".

"Não estamos preparados financeiramente nem psicologicamente para pagarmos as prestações de 2015, porque sabemos que estamos a viver um período difícil e, para além de liquidarmos a renda de casa, temos outras despesas com a família", disse, por seu turno, Graciete António, outra moradora.

Emanuel Gaspar, igualmente residente no Kilamba, sublinhou que a Imogestim "devia manter contacto permanente com os inquilinos", no sentido de evitar contradições. "Sentimo-nos um pouco apertados, porque, repentinamente obrigam-nos a pagar uma dupla mensalidade", afirmou.

Também Fernanda Van-Dúnen, residente do Kilamba há três anos, manifestou o seu descontentamento. "Convido o senhor [Mário] Guerra [assessor jurídico da Imogestim] para um debate com a nossa comissão", apelou.

6.13 Prédio Anangola recebe novos moradores

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2016

Os moradores do prédio 55 do Kinaxixi, evacuado no dia 3 por apresentar problemas estruturais capazes de originar o desabamento, vão ser transferidos para o edifício Anangola e urbanização Nova Vida até decisão definitiva, refere um comunicado oficial.

O comunicado da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda anuncia também que terminou na quinta-feira o alojamento temporário daquelas pessoas no Hotel Tivoli e na Residencial Capital, onde foram instalados face "à ameaça de desabamento" do prédio 55.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda justifica a intervenção no processo por se enquadrar no âmbito das competências que lhe estão atribuídas.

No edifício Anangola são instaladas 28 famílias em apartamentos T3 e T2 e na urbanização Nova Vida dez em apartamentos T3.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda salienta que esta solução provisória foi adoptada "para acautelar o direito à habitação e protecção dos cidadãos".

O comunicado da instituição que administra o município de Luanda, o único constituído por distritos, realça estar garantido o apoio em meios de transporte, bem como o acompanhamento da Polícia Nacional e do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros. No prédio evacuado, de 38 apartamentos, apenas continuavam a viver 11 pessoas. Os restantes moradores abandonaram o local antes da ameaça de desabamento. O prédio Anangola, no distrito urbano do Sambizanga, construído no âmbito da requalificação do Bairro Operário, começou a ser habitado há cerca de um ano. Trata-se do primeiro edifício construído no âmbito do processo de requalificação do Bairro Operário, cujo moradores fora registados há quatro anos a fim de a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda ter o número exacto de habitantes.

O Bairro Operário, encravado no casco urbano, é um dos mais emblemáticos bairros suburbanos que nasceram no período anterior à Independência Nacional. Reza a história que entre os seus primeiros moradores está um número expressivo de famílias provenientes da Ingombota, de onde século XX na sequência da expansão da cidade de Luanda. A população do Bairro Operário era composta maioritariamente por operários.

6.14 Pedreiros com a mão na massa para garantir a sustentabilidade

Jornal Economia & Finanças

19 De Fevereiro de 2016

Texto: André Sibi

O sector da construção civil continua a ser uma das principais fontes de renda para muitas famílias em Angola. Apesar do actual contexto financeiro e económico, o mercado local ainda absorve um número considerável de jovens, oriundos de várias províncias e que buscam o seu bem-estar.

O JE fez uma ronda em algumas zonas de Luanda.

Por exemplo, no município de Viana, encontramos Casimiro Dambi, natural de Cabinda, que vive em Luanda há mais de 10 anos. O jovem, descobriu a sua veia pela construção civil aos 15 anos de idade. Não frequentou um curso como tal.

"Aquele tempo não havia tantos centros de formação profissional como hoje", lembra.

À semelhança dos demais, aprendeu a profissão com um vizinho do bairro, que se chamava mestre João de Deus.

Segundo contou, foi necessário um ano para aprender alinhar uma casa, colocar na esquadria, cavar o cabouco, fazer as sapatas, cofragem, encher e levantar a obra.

Envolvidos pouco mais de dezassete anos de profissão, Casimiro passou a ser conhecido como um exímio construtor. Hoje, constrói, reboca, mosaica, canaliza e pinta, obras de pequena, média e grande dimensão.

"Já tenho um grupo que tralha comigo", conta o mestre Casimiro.

No princípio foi difícil, mais hoje, sobrevivo destes trabalhos. Hoje, os mais novos mostram resistência em aprender uma profissão.

No passado, com ou sem dinheiro íamos ao encontro dos mestres para aprender a profissão. Antes desta crise, eu acumulava três, quatro obras por mês. Hoje, a velocidade das obras diminuiu um pouco. Somos solicitados para um reboque, pavimentar uma obra, até mesmo para levantar embora com menor intensidade.

"Eu não tenho um salário mensal. Sobrevivo de contratos", disse. Nas suas obras, os preços variam de acordo a planta, dimensão, número de quartos e o capital humano necessário para atender à demanda e

os adornos em termos de estética. Normalmente recebo a obra, e faço estudo da planta por dois ou mais dias, de seguida, parto para negociação, disse o mestre.

Mestre Casimiro explicou, que está a levantar um primeiro andar de dez metros de comprimento e onze de largura e cobrou o equivalente a um milhão e 500 mil kwanzas. Este valor inclui o alicerce, levantamento e a placa de betão.

O JE procurou saber se fosse convidado para rebocar a casa, quanto cobraria pelo trabalho mestre Casimiro, explicou, que o roboque desta mesma obra é mais trabalhoso, que a construção. Pelo que não hesitaria em manter o preço.

Fala acenando a cabeça. Mais adiante, explicou, que fruto da amizade granjeada durante os primeiros dias de trabalho, faria um desconto de trezentos mil em relação a construção.

Já o mestre Venâncio Miguel é natural da província do Huambo. Ao chegar em Luanda, depois constituir a sua família, viu-se obrigado a encontrar formas para sustentá-la. Ele conta, que aprendeu a profissão nas mãos do seu sogro. Era desempregado, quando se juntou à sua esposa. Foram necessários seis meses ao lado do sogro, fim dos quais, já era chamado para fazer pequenas intervenções, na construção e reboque.

Hoje, a sua vida passa por duas províncias. Luanda e Huambo respectivamente.

"Nas obras faço de tudo um pouco, até a escada, confessa o mestre".

Os orçamentos variam de acordo a obra. A obra mais cara que fez até agora ficou orçada em cinco milhões de kwanzas. Diante desta capacidade técnica, o JE, procurou saber se pensa um dia criar uma empresa! Mestre Venâncio, explicou, que a meta é tornar a sua equipa uma empresa sólida.

Diferenças

Durante a ronda realizada, foi ainda possível constatar uma diversidade de opiniões em relação às preferências em trabalhar com mestres angolanos e chineses.

Maria Tussamba, acredita que os chineses são mais responsáveis. Pois recebem a obra, e automaticamente fixam residência no local até terminar.

Segundo a fonte, o patrão não precisa se preocupar com ausências devido a óbitos, feriados, fins-de-

semana e supostas doenças, tão-pouco roubo do material. Por outro, Maria mostrou-se preocupada com a qualidade das obras. Já Diango Tomás, sublinhou, que nem todos chineses, fazem mau trabalho, e recomendou uma maior fiscalização. Tomás lembrou, que a sua casa fica junto o hospital geral de Luanda.

Foi construída na mesma época que esta unidade hospitalar de referência nacional. Hoje a sua obra existe e o Hospital Geral precisou de uma intervenção mais aturada para apresentar a actual estrutura.

Já Paulo Mendes, que durante muito tempo trabalhou, com os chineses, defende, que eles são bons, no entanto é preciso destacar uma equipa de fiscalização no local para acompanhar as obras.

Por outro, o agora encarregado de obras por conta própria, sublinhou, que estes são bons em termos de acabamento e respectivos adornos.

Para Bartolomeu Vicente, a entrada dos chineses no mercado de construção civil contribui em grande medida na mudança de mentalidade dos pedreiros angolanos.

Segundo contou, há um tempo a esta parte, já tivemos pedreiros, que recebiam obras, incluindo até a primeira prestação do orçamento mais sem presença constante no trabalho.

Era preciso ir atrás destes. Como justificação, eram desculpas atrás de outras. Uma realidade que ainda não mudou por completo mais melhorou significativamente concluiu.

6.15 Imogestin apresenta prémio

Jornal De Angola
20 De Fevereiro de 2016

A imobiliária Imogestin apresenta amanhã, na cidade do Lobito, na sua 98 Reunião de Quadros, o Prémio "Inovação na Concepção de Projectos de Habitação Social Urbana e Rural", destinado a arquitectos e engenheiros, que devem candidatar-se com os seus trabalhos até ao dia 15 de Março.

De acordo com uma nota de imprensa, a imobiliária pretende, por outro lado, estimular a criação de microempresas de prestação de serviços de manutenção de edificações sociais, no seio das centralidades. A meta é beneficiar 50 jovens com idades entre 18 e 40 anos, de ambos os sexos, que devem desenvolver o seu empreendedorismo nas áreas de carpintaria, pintura, construção civil

(pedreiro), serralharia, electricidade, canalização, caixilharia de alumínio, frio e jardinagem.

No encontro de quadros vão ser avaliados "os macro processos na cadeia de valor dos projectos imobiliários internacionais e, no caso específico de Angola, serão analisados os macro processos na cadeia de valor dos projectos imobiliários aplicados ao caso das centralidades". Num painel que tem como participantes empreendedores e empresários, vão ser discutidos os temas "Proposta de Programa Piloto de Incentivo ao empreendedorismo nas Centralidades do Dundo e Sequele" e "Incubadora para Empreendedores Comunitários".

O encontro, que busca caminhos "para se atingir um atendimento de excelência aos clientes, assentes na ética e responsabilidade", vai igualmente debater o próprio processo de reestruturação da Imogestin.

6.16 Centenas de casas para antigos combatentes

Jornal DE Angola
22 De Fevereiro
Texto: Arão Martins

O ministro Cândido Van-Dúnem anunciou a inauguração e distribuição, no próximo dia 15 de Março, de 54 casas, construídas na comuna da Arimba, na Huíla, para os antigos combatentes e veteranos da pátria, além de outros projectos em outras localidades do país.

As casas da comuna da Arimba fazem parte de um total de 200 que vão ser distribuídas para ajudar a minimizar uma das grandes carências com que se batem os antigos combatentes e veteranos da pátria, que é de ter uma casa própria. Cândido Van-Dúnem, que visitou as obras na semana passada, explicou que as casas de três e quarto quartos vão ser entregues a antigos combatentes, viúvas, órfãos e deficientes físicos.

Foram definidas as quotas, incluindo os funcionários do sector.

O Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, no âmbito da sua estratégia, definiu a construção de condomínios de até 200 habitações com pólo académico e integração de posto médico, clínica ou mesmo hospital.

Os projectos têm urna abrangência nacional. Outros quatro condomínios estão a ser construídos gradualmente com recurso aos Programas de Investimentos Públicos. Na comuna dos Ramiros,

em Luanda, arrancou recentemente a segunda fase de um condomínio com 200 casas. As primeiras 32 já foram distribuídas. Na província do Cuanza Sul, recentemente, fez-se de igual modo a entrega de dez habitações, integradas no programa de Investimentos Públicos. Estão ainda em curso projectos nas províncias do Uíge e Lunda Norte.

Projectos agro-pecuários

O ministro Cândido Van-Dúnem afirmou que a capacidade produtiva dos antigos combatentes e veteranos da pátria está a mudar gradualmente, como cumprimento das políticas traçadas pelo Executivo. "Temos noção de que ainda temos muita coisa para fazer e nesta perspectiva, o departamento Ministerial, em coordenação com outros sectores do Executivo, está a trabalhar para identificar fontes de financiamento para continuarmos a desenvolver projectos no domínio da agricultura, agropecuária, num formato de cooperativa, e continuarmos a fazer a integração social e produtiva dos antigos combatentes ali onde eles estão", adiantou.

O propósito, esclareceu, é levar ao antigo combatente a sua comodidade e sua capacidade de se integrar no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, ter capacidade de renda para sustentar as suas famílias. Recentemente, numa reunião com líderes de partidos políticos, o ministro Cândido Van-Dúnem garantiu que apesar da baixa das receitas do Estado, os projectos para os antigos combatentes e veteranos da pátria vão continuar a ser desenvolvidos.

6.16 População recebeu habitações

Jornal De Angola
22 De Fevereiro de 2016
Texto: Matias da Costa

Quarenta e duas mil pessoas vão receber habitações condignas nas centralidades do Cuito e Andulo, na província do Bié, anunciou ontem o vice-governador para a Área Técnica e Infra-estruturas.

Segundo José Tchatuvela, a centralidade do Cuito tem três mil moradias concluídas, das seis mil em construção, ao passo que no Andulo já estão concluídas mil residências. Os estabelecimentos sociais, como escolas e postos médicos, estão em fase de construção. A estação de tratamento de águas residuais da centralidade do Cuito já está concluída.

"A conclusão efectiva das sete mil moradias, todas de tipologia T3, entre vivendas e apartamentos em edifícios com três pisos, vai reduzir o défice de habitação.

Reabilitação do troço

José Tchatuvela destacou também a realização de obras de contenção das ravinas que atingem os bairros periféricos da cidade Cuito, com realce para a zona do Catraio. O vice-governador anunciou para breve a reabilitação do troço rodoviário que liga o Instituto Médio de Administração e Gestão ao bairro São José.

6.17 Urbanismo tem metas satisfatórias

Jornal de Angola
27 De Fevereiro de 2016

O ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva, afirmou ontem em Abuja, Nigéria, que Angola tem cumprido o programa de desenvolvimento urbano que corresponde aos objectivos delineados pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (ONU-Habitat).

Em entrevista à Angop sobre a participação na reunião de ministros da União Africana responsáveis pelo desenvolvimento urbano, no quadro do programa Habitat, que termina hoje em Abuja, Nigéria, José da Silva frisou que os resultados até aqui alcançados em Angola são satisfatórios.

"E satisfatório o resultado alcançado até ao momento por Angola, no que diz respeito às metas estabelecidas. O país tem especificidades próprias de uma nação que recupera de um período longo de guerra", referiu o ministro.

De acordo com José da Silva, o país tem estado a cumprir os objectivos de acesso à habitação, combate à fome e à pobreza, igualdade de género e distribuição de água à população.

O ministro informou que foi criado o Comité Nacional do Habitat para responder aos desafios do sector, cuja missão é elaborar a política de urbanismo, tendo em conta as directrizes do programa ONU-Habitat. José da Silva adiantou que a participação no encontro de Abuja é uma oportunidade para debater e projectar novos caminhos para responder aos desafios da urbanização e às necessidades de desenvolvimento sustentável.

"A conferência promete ser única no sentido de trazer diferentes actores urbanos, tais como governos, autoridades locais, sociedade civil, sector privado, instituições académicas e todos os grupos relevantes para rever as políticas urbanas", disse o ministro. A conferência tem como finalidade definir a agenda internacional em matéria de desenvolvimento

urbano para as próximas décadas e a posição africana sobre o programa Habitat III. O evento reúne cerca de 50 participantes, incluindo ministros, especialistas e profissionais dos sectores de assentamentos humanos e desenvolvimento urbano, bem como os principais parceiros da agenda Habitat de África.

6.18 ONU elogia programa de assentamentos

Jornal de Angola
28 De Janeiro de 2016

O Secretário-geral adjunto das Nações Unidas, Joan Clos, elogiou, em Abuja, Nigéria, o programa de assentamentos do Executivo e pediu o envolvimento de Angola na liderança dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP).

O encontro entre o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva, e o também secretário-executivo do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), Joan Clos decorreu à margem da reunião de ministros da União Africana responsáveis pelo desenvolvimento urbano, no quadro do programa Habitat III e serviu para avaliar a aplicação do contrato para elaboração da política de urbanismo em Angola, ao abrigo do acordo celebrado em 2015.

José Silva apresentou as perspectivas de Angola sobre a cooperação com o escritório do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos em Luanda face aos desafios da urbanização.

Política de urbanismo

Em declarações à Angop na quinta-feira, o ministro do Urbanismo e Habitação afirmou que foi criado, em Angola, o Comité Nacional do Habitat cuja missão é elaborar a política de urbanismo, tendo em conta as directrizes do programa ONU-Habitat. José Silva garantiu que Angola está a cumprir os objectivos de acesso à habitação, combate à fome e à pobreza, igualdade de género e distribuição de água à população, em linha com os objectivos delineados pela ONU-Habitat.

Num balanço sobre a participação na reunião de ministros da União Africana responsáveis pelo desenvolvimento urbano, no quadro do programa Habitat III, que terminou ontem em Abuja, Nigéria, José da Silva frisou que os resultados até aqui alcançados em Angola são satisfatórios. "É satisfatório o resultado alcançado até ao momento por Angola, no que diz respeito às metas estabelecidas. O país tem especificidades próprias de

uma nação que recupera de um período longo de guerra", referiu o ministro do Urbanismo e Habitação que adiantou que a participação no encontro de Abuja foi uma oportunidade para debater e projectar novos caminhos para responder aos desafios da urbanização e às necessidades de desenvolvimento sustentável.

"A conferência promete ser única no sentido de trazer diferentes actores urbanos, tais como Governos, autoridades locais, sociedade civil, sector privado, instituições académicas e todos os grupos relevantes para rever as políticas urbanas", disse o ministro.

Com uma participação de mais de 50 individualidades, entre ministros, especialistas e profissionais dos sectores de assentamentos humanos e desenvolvimento urbano e os principais parceiros da agenda Habitat de África, a conferência de Abuja teve como objectivo definir a agenda internacional sobre desenvolvimento urbano para as próximas décadas e a posição africana sobre o programa Habitat III.

Angola foi eleita em 2015 membro do Conselho de Governação do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos e tem recebido assistência técnica qualificada, com vista à formulação, de uma política nacional de ordenamento do território e urbanismo.

7.TERRA

7.1 Zenu entra na “guerra” de terrenos

Jornal Manchete

12 De Fevereiro de 2016

Texto:Orlando Hochá

O presidente do Conselho de Administração do Fundo Soberano de Angola (FSDEA), José Filomeno dos Santos, vulgarmente conhecido por "Zenu", está a ser citado como tendo expropriado enormes parcelas de terrenos de camponeses na província do Bengo.

De acordo com as denúncias que chegaram ao Manchete, os terrenos em causa estão localizados na chamada zona da "Língua do Rio Bengo", tendo sido já vedados parcialmente e contam, alegadamente, com um forte aparato de segurança que impede a população local de se aproximar dos mesmos. Consta que, de algum tempo há esta parte, registam-se fortes movimentações no local, o que faz com que a população presuma que se esteja a realizar exploração mineira. "Os camponeses, os verdadeiros donos das terras e outros populares estão proibidos de se aproximarem lá", contaram as fontes do Manchete visivelmente desiludidas com o cenário que assistem.

No entanto, tão logo chegaram estas denúncias a este jornal foram envidados esforços para contactarmos José Filomeno dos Santos "Zenu", mas sem sucesso, inclusive os E-mail que enviamos ao FSDEA, não foram respondidos.

De realçar que é cada vez mais notória, nos últimos tempos o envolvimento de pessoas ligadas a governação angolana, bem como próximas ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em litígios de terras, aparecendo sempre os antigos proprietários na condição de vítimas indefesas. Um dos casos mais recentes está a ocorrer na comuna da Sapú 2, município de Viana, estando envolvida a cidadã Isabel Vieira Dias que se identifica como sendo irmã do general Hélder Vieira Dias "Kopelipa", ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República.

De acordo com relatos da anciã Beatriz Bartolomeu, feitos esta semana à Rádio Despertar, ela ficou surpresa pelo facto de Isabel Vieira Dias ter em sua

posso documentos - falsos - que atestam a titularidade do terreno quando ela é a legítima dona, há mais de trinta anos. Aliás, tal como referiu aquela estação emissora, quando Isabel Vieira Dias começou a cobiçar o terreno em causa, o assunto foi encaminhando para a administração de Viana, tendo Beatriz Bartolomeu apresentando toda a documentação sobre a sua titularidade, enquanto que Isabel Vieira Dias não foi capaz de apresentar um único papel sequer. Inconformada, com a decisão da administração municipal de Viana que confirma Beatriz Bartolomeu como sendo a proprietária do disputado terreno, Isabel Vieira Dias, a suposta irmã do general "Kopelipa" usou influências junto do Governo Provincial de Luanda, onde lhe foi passada uma documentação atestando será proprietário do espaço, correspondente a nove hectares. O assunto vai ainda dar muito pano para a manga porque a legítima proprietária diz que não vai descansar enquanto as coisas não forem esclarecidas.

O Manchete sabe, igualmente, que todos os vizinhos testemunham que Beatriz Bartolomeu é, realmente, a legítima proprietária.

7.2 Prédio Anangola recebe novos moradores

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2016

Os moradores do prédio 55 do Kinaxixi, evacuado no dia 3 por apresentar problemas estruturais capazes de originar o desabamento, vão ser transferidos para o edifício Anangola e urbanização Nova Vida até decisão definitiva, refere um comunicado oficial.

O comunicado da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda anuncia também que terminou na quinta-feira o alojamento temporário daquelas pessoas no Hotel Tivoli e na Residencial Capital, onde foram instalados face "à ameaça de desabamento" do prédio 55.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda justifica a intervenção no processo por se enquadrar no âmbito das competências que lhe estão atribuídas.

No edifício Anangola são instaladas 28 famílias em apartamentos T3 e T2 e na urbanização Nova Vida dez em apartamentos T3.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda salienta que esta solução provisória foi adoptada "para acautelar o direito à habitação e protecção dos cidadãos".

O comunicado da instituição que administra o município de Luanda, o único constituído por distritos, realça estar garantido o apoio em meios de transporte, bem como o acompanhamento da Polícia Nacional e do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros. No prédio evacuado, de 38 apartamentos, apenas continuavam a viver 11 pessoas. Os restantes moradores abandonaram o local antes da ameaça de desabamento. O prédio Anangola, no distrito urbano do Sambizanga, construído no âmbito da requalificação do Bairro Operário, começou a ser habitado há cerca de um ano. Trata-se do primeiro edifício construído no âmbito do processo de requalificação do Bairro Operário, cujo moradores fora registados há quatro anos a fim de a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda ter o número exacto de habitantes.

O Bairro Operário, encravado no casco urbano, é um dos mais emblemáticos bairros suburbanos que nasceram no período anterior à Independência Nacional. Reza a história que entre os seus primeiros moradores está um número expressivo de famílias provenientes da Ingombota, de onde século XX na sequência da expansão da cidade de Luanda. A população do Bairro Operário era composta maioritariamente por operários.

7.3 Habitantes transferidos para zonas seguras

Jornal De Angola

20 De Fevereiro de 2016

Texto: Armando Sapalo

Os habitantes dos bairros Aeroporto e Camaquenzo, no município do Chitato, cujas casas correm o risco de destruição pelas ravinas, vão ser transferidos para o distrito urbano do Mussungue, anunciou ontem o administrador local, Alberto Muquendi.

Os moradores já foram registados pela Comissão Provincial de Protecção Civil da Lunda Norte, para facilitar a transferência.

O administrador municipal anunciou a transferência, numa primeira fase, de 13 das 45 famílias do bairro Aeroporto, do Dundo, enquanto na zona do Salianuma estão registadas 30 habitações precárias construídas em locais de risco. Alberto Muquendi disse que é prioritária a mudança dos habitantes que se encontram mais expostos ao perigo.

Além de entregar lotes de terreno, a Administração Municipal, em coordenação com a Comissão Provincial de Protecção Civil, vai prestar apoio técnico à construção de novas habitações.

"Este problema social, provocado pela erosão dos solos, às vezes é resultante do comportamento das próprias pessoas", denunciou Alberto Muquendi.

Enquanto isso, trabalhadores afectos à Administração Municipal tomam medidas paliativas para travar o avanço das ravinas, que ameaçam destruir casas e infra-estruturas públicas, nomeadamente a pista do Aeroporto do Dundo. Alberto Muquendi referiu que uma das medidas encaradas para travar a progressão das ravinas consiste no domínio da circulação das águas pluviais até ao rio Cassamba.

Para o efeito, a Administração Municipal vai mandar construir a construção de habitações precárias nas proximidades das ravinas da periferia do Dundo e plantar árvores nesses locais, para consolidar os solos.

Solução definitiva

A solução definitiva do problema ficará a cargo de uma empresa especializada contratada pelo Governo da Lunda Norte.

O administrador do Chitato anunciou que os agentes de desenvolvimento comunitário vão realizar campanhas de informação junto da população do Dundo sobre os riscos da construção nas proximidades das ravinas.

Alberto Muquendi considerou que só uma fiscalização rigorosa por parte de agentes da autoridade municipal e Policial pode evitar a construção anárquica de casas.

7.4 O Esbulho de terras, a queixa e o desmentido de Sindika

Jornal O Crime

20 De Fevereiro de 2016

Texto: Rafael Marques de Morais

O genro do presidente José Eduardo dos Santos, Sindika Dokolo, desmentiu ontem, através da agência noticiosa Lusa, o conteúdo da queixa apresentada, no mesmo dia, por Rafael Marques de Morais por esbulho de terras.

Segundo a Lusa, Sindika Dokolo afirma que o terreno em causa concedido à sua empresa Soklinker, com uma área de 7,632 hectares (76 quilómetros quadrados), na comuna da Gangula, no município do Sumbe, "não existe".

"A notícia não tem pois qualquer fundamento, sendo totalmente falsa e difamatória", afirmou. O marido de Isabel dos Santos ameaçou ainda processar os órgãos

de informação "que tenham publicado ou venham a publicar a notícia em causa".

No seu desmentido, Sindika Dokolo salienta que o objecto social da Soklinker é o desenvolvimento de projectos na área logística e agropecuária. A carta emitida pelo visado e citada pela Lusa pode ler-se: "Desta forma, nem esta, nem qualquer outra sociedade detida por Sindika Dokolo detêm terrenos com as características dos mencionados na referida notícia."

Maka Angola publica, na íntegra, o conteúdo da queixa de Rafael Marques de Morais, e revela que este não é o único terreno em posse da Soklinker. A 1 de Julho de 2015, o governador provincial do Kwanza-Sul, general Eusébio de Brito Teixeira, assinou mais dois com o sócio-gerente da Soklinker, Luís Carlos Amorim da Luz Tavira. No primeiro, o Processo de Concessão n.º 78-KS/2009, foi cedido um terreno rural de 6,6 hectares para efeitos de "construção", na localidade de Wembele, comuna do Quicombo, município do Sumbe, a leste da Estrada Nacional n.º 100, que liga o Sumbe à Benguela. Trata-se de um terreno junto ao mar.

No segundo, o Processo de Concessão n.º 78-KS/2009, foi assinado um contrato referente a 12,5 hectares de terreno rural "para fins de construção", na Zona do km 13, comuna da Gangula, município do Sumbe, a leste da Estrada Nacional n.º 100, e também junto ao mar.

Para além destes terrenos, a Soklinker tem mais concessões de vários milhares de hectares em outras áreas do Kwanza-Sul, as quais, a seu tempo, merecerão o devido escrutínio.

Alguém está a mentir de forma descarada. Veremos quem.

A queixa

Rafael Marques de Morais, vem, nos termos da Constituição (Art.º 73.º e 186.º) e da Lei n.º 22/12, de 14 de Agosto (artigo 2.º, a); 36º q)), apresentar ao Procurador-Geral da República

uma participação respeitante a factos eventualmente indiciadores da prática dos crimes de burla e outros enquadráveis em vários tipos criminais; bem assim vem solicitar a propositura da competente acção legal para invalidação da concessão de terras a Soklinker - Parceiros Comerciais, Lda. com sede social em Luanda, realizada pelo governador do Kwanza-Sul, general Eusébio de Brito Teixeira. Essa invalidação deverá ser acompanhada do respectivo pedido de indemnização a:

General Eusébio de Brito Teixeira, na qualidade de Governador Provincial do Kwanza-Sul.

Soklinker-Parceiros Comerciais, Lda, na parte em que lhe for aplicável; Sindika Dokolo, na qualidade de maior sócio e detentor do domínio da Soklinker, Parceiros Comerciais, Lda.

Carlos Amorim da Luz Tavira, na qualidade de representante legal e sócio da Soklinker, Parceiros Comerciais, Lda.

Entende o participante que se está perante factos que compreendem uma vertente criminal e uma vertente atinente à recuperação de património do Estado e compensação por danos, que pode ser feito por via de mecanismos ao dispor na lei penal ou na lei administrativa, não lhe competindo substituir-se ao Ministério Público na escolha dos instrumentos adequados, mas apenas participar factos.

A questão é a seguinte:

1º Em 26 de Janeiro de 2015, o general Eusébio de Brito Teixeira, governador do Kwanza-Sul, anunciou que, em 13-05-2014, tinha elaborado e assinado um despacho de concessão de direito de superfície referente ao processo n.º 81-KS/2009.

2º Por meio desse despacho, o governador concedeu à Soklinker - Parceiros Comerciais, Lda. uma parcela de terreno rural situada no lugar denominado Ex-Carvalho, comuna de Gangula, município do Sumbe, província do Kwanza-Sul, com a área de 7,632 hectares (mais de 76.3 quilómetros quadrados) para fins de construção.

3º A Soklinker é uma empresa comercial detida em 75 por cento pelo cidadão Sindika Dokolo, com dupla nacionalidade - da Dinamarca e da República Democrática do Congo -, o qual tem o domínio de facto da empresa.

4º Sindika Dokolo é casado com Isabel dos Santos, filha do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos. Por ser genro do Presidente da República, Sindika Dokolo tornou-se uma pessoa com relevância política, nos termos das normas e recomendações internacionais.

5º Acontece que o governador provincial não tem poderes atribuídos pela lei para exarar o referido despacho.

6º De facto, a Lei de Terras (Lei n.º 9/04, de 9 de Novembro) determina, no seu artigo 68º a), que compete ao Governo Provincial autorizar a transmissão ou constituição de direitos

fundiários sobre terrenos rurais, agrários ou florestais, de área igual ou inferior a 1000 hectares. Logo, o governador não tem competência para despachar no caso de terrenos rurais com mais de 1000 hectares, como é o caso de 7,632 hectares.

7º Acresce a esta norma uma outra, que disciplina a actividade dos governos provinciais e dos governadores provinciais: a Lei n.º 17/10, de 29 de Junho. Neste dispositivo verifica-se que o Governo Provincial tem como competência a autorização da transmissão ou constituição de direitos fundiários sobre terrenos rurais, agrários ou florestais nos termos da lei. Ou seja, esta Lei remete para a Lei de Terras anteriormente citada.

8º Assim sendo, é claro que o governador provincial não tinha poderes legais para exarar o despacho mencionado em 1. Logo, este é ilegal.

9º Além disso, a verdade é que a própria Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado coloca as atribuições referentes às terras na órbita do governo provincial e não do governador provincial (ver artigo 12.º, n.º 2, d) e, pela negativa, artigo 19.º). Resulta, pois, que a competência geral sobre terras recai sobre o órgão colectivo - o Governo Provincial - e não sobre o órgão singular - o governador provincial. Confirmando este entendimento, temos o artigo 22.º, n.º 4, que refere expressamente que ao vice-governador para os serviços técnicos e infra-estruturas competirá coadjuvar o governador provincial na coordenação e execução das tarefas ligadas ao urbanismo, ordenamento do território, gestão urbana e planeamento.

10º Ou seja, nem face à lei nem dentro da organização administrativa provincial tinha o governador poderes para, sozinho, conceder um terreno rural de mais de 7,000 hectares a quem quer que fosse.

11º Toda a actividade pública administrativa é regida pelo princípio da legalidade, querendo com isto dizer-se que a lei é o fundamento e o limite da acção administrativa. Nenhum representante da administração pode praticar actos fora da lei.

12º Ao proceder da forma como o fez, o governador perpetrou um acto inválido e atentatório do interesse público, não protegendo o património público.

13º Ademais, esta concessão prejudicará e lesará o Estado. Na realidade, o valor do contrato foi de Kz 1,520,000 (US \$14,615), a serem pagos em prestações anuais de Kz 340,000, sem qualquer actualização

proveniente da inflação ou qualquer correcção monetária. Passado um ano, por exemplo, o valor do terreno baixou para o equivalente a US \$9,806, ao câmbio oficial.

14º O terreno - que é rural e equivale à área de quase metade da capital dos Estados Unidos da América, Washington DC- transformar-se-á em urbano.

15º O conceito "terreno rural para construção" não existe. Um terreno rural está definido pela Lei da seguinte forma: "Os terrenos rurais são classificados em função dos fins a que se destinam e do regime jurídico a que estão sujeitos, em terrenos rurais comunitários, terrenos agrários, terrenos florestais, terrenos de instalação e terrenos viários" (artigo 22º da Lei de Terras). Não se vê em lado algum a definição de "Terreno rural para construção".

16º Em concreto, a extensão assim obtida é maior que a Cidade do Kilamba (54 quilómetros), que tem mais de 50 mil habitantes. Um terreno rural vale muito menos do que um terreno urbano. O Estado ao vender um terreno rural por um preço rural, sabendo que mais tarde este vai ser transformado em urbano, está a ser vítima de uma fraude, sofrendo um avultado prejuízo. Houve, por isso, uma transferência patrimonial de um bem estatal, por um preço muito inferior ao real através de um meio ilegal para benefício do genro do Presidente da República: engano e enriquecimento ilícito são as palavras-chave desta participação.

17º Resumindo, sem poderes para tal, e por um preço inferior a dez mil dólares, isto é, de forma ilegal, o governador do Kwanza-Sul cedeu ao genro do Presidente um terreno onde será possível construir uma cidade maior do que a do Kilamba. O acto de concessão de terras é ilegal, o preço é ilegal e prejudica o Estado. Assim, toda a estrutura deste negócio é ilegal.

18º Além de tudo o mais, há aqui um claro favorecimento da família presidencial, uma vez que Sindika é genro do presidente, marido de Isabel dos Santos, também beneficiária da ilicitude

19º A factualidade aqui referida traduz-se na utilização de meios ilícitos/ enganosos com o intuito de retirar terras do domínio do Estado a um preço muito inferior ao seu valor potencial e entregá-las a um privado com ligações políticas determinantes. Há aqui um engano - a concessão ilegal de terras - e um prejuízo que lesa o Estado - o valor diminuto por que foi entregue uma quantidade de terra superior a da Cidade do Kilamba. Revela-se aqui um evidente prejuízo material para o Estado.

20.º Temos, portanto, uma saída de valores, através de uma falsa representação, realizada por quem não podia, que implicou uma deslocação patrimonial do Estado para a Soklinker, que vai enriquecer os seus proprietários. Essa saída de valores foi realizada através de um estratagema que consiste em de adoptar poderes legais inexistentes e assinar despachos para os quais o agente participado não tinha autorização legal.

21.º Nessa medida, é dever do procurador-geral da República agir na defesa da legalidade democrática e da protecção do património público. Não se trata de uma exigência moral (embora também o seja): é uma exigência decorrente da Constituição e da legislação (artigo 36º, q) da Lei do Ministério Público).

22º Nestes termos, em conclusão, faz-se esta participação, com vista a que a Procuradoria-Geral instaure a respectiva acção para averiguar a existência de crimes de burla e outros, bem como a respectiva acção para declarar a invalidade da concessão de terras e promover a obtenção da adequada indemnização.

7.5 Administração municipal recupera terras

Jornal de Angola
23 De Fevereiro de 2016
Texto: Jesus Silva

O administrador municipal do Lobito anunciou no sábado o levantamento de terrenos improdutos, para serem cedidos a investidores sérios e interessados na produção agrícola.

Numa visita realizada à comuna da Canjala. Alberto Ngongo disse que a Administração Municipal está a aplicar medidas tendentes ao aumento da rentabilização das terras agrícolas, o que inclui inúmeras fazendas inoperantes depois de cedidas pelo Estado a empresários que não fizeram os investimentos requeridos.

Alberto Ngongo apontou as comunas da Canjala, Egito Praia e Colango como os casos que exigem maior atenção das autoridades provinciais para solucionar os problemas existentes, principalmente os que se prendem com os fazendeiros que dificultam o trabalho dos camponeses.

Carlos Caterça, um camponês da Canjala, considerou, em declarações ao Jornal de Angola que o grande problema da comuna está relacionado com os fazendeiros que detêm a maior parte dos terrenos e "não produzem e não deixam produzir".

Carlos Caterça disse que uma pessoa que queira produzir tem de pagar aos proprietários das terras a quantia de 15 mil kwanzas mensais, valores que muita gente não possui -, o que está a tornar a comuna improdutiva.

Carlos Caterça pediu que a Administração Municipal do Lobito interceda a favor dos camponeses e estabeleça mecanismos para dar vitalidade à economia local e pediu que se tomem medidas drásticas.

"Se na época de guerra a comuna produzia, porque em tempo de paz não produz?", indagou. Durante a visita, o administrador municipal do Lobito esteve nas fazendas Santa Teresa, Vista Alegre, Catito e Cooperativa Chahim e Aquacultura, onde se inteirou do funcionamento dos empreendimentos.

A Canjala tem uma produção considerável de feijão e hortaliças. Na campanha agrícola de 2015 foram colhidas naquela comuna cerca de 300 toneladas de feijão e quantidades aproximadas de couve e repolho, facto que incentivou os agricultores a marcarem para Maio uma Feira do Feijão. O administrador municipal visitou a Canjala acompanhado pela sua adjunta para a Área Social, Maria Kalessio, e os chefes das repartições da Saúde e Educação, Joaquim Zeferino e Belini Santos.

7.6 Futungo de Belas sob tensão

Jornal O País
26 De Fevereiro de 2016
Texto: Domingos Bento

Os moradores recusam-se a deixar a zona como se pretende no âmbito do projecto de requalificação que está a ser desenvolvido naquela região de Luanda que será transformada em Pólo de Desenvolvimento Turístico, com a criação de Infra-estruturas imobiliárias e equipamentos sociais. A iniciativa está a ser desenvolvida pelo Governo central que prevê, de acordo com fontes ouvidas pelo O PAÍS, desembolsar cerca de 150 milhões de dólares para a criação daquele projecto urbano na antiga zona da presidência da República.

De acordo com fontes, o processo de negociação entre o Pólo de Desenvolvimento do Futungo e os moradores decorre há mais de um ano. Porém, passado todo esse tempo, os populares dizem "não" ao processo de desalojamento cuja primeira fase estava prevista para sábado passado. Foi neste dia em que os ânimos se alteraram, tendo-se registado desentendimentos graves entres os agentes da

fiscalização e os moradores que não aceitaram chegar a um acordo final com o projecto.

Segundo populares ouvidos por este jornal, o processo de retirada das famílias do Futungo de Belas para o Zango-4 não está a ser justo, porque a zona onde serão alojados não oferece as mínimas condições de habitabilidade. É o que diz Vídio Bernardo, morador, que não aceitou trocar a antiga zona onde vive desde 1970 com as longínquas "terras do Zango.

"Fiz aqui toda a minha vida. E se tiverem que me tirarem desta zona têm que criar antes todas as condições. Agora não é fazer o que estão a nos fazer. Estão a nos dar casas pequenas e inacabadas, até parece que somos mendigos. Não é justo", frisou.

Quem também não acha justo o desalojamento das famílias do Futungo-4 é Emiliania Dula, que tem mais de 20 anos de vivência naquela parte de Luanda. Inconformada, a senhora, viúva, manifestou total desinteresse em recomeçar a vida no Zango, que descreve como sendo um local que lhe vai criar enormes dificuldades e constrangimentos. " Nós fomos ver as casas do Zango e pelo que vimos é uma tristeza não compensam. É tudo mata. Assim não se vive. Eles próprios não aceitariam viver lá. E o pior é que muitas das casas estão inacabadas".

Dona Emiliania explicou ainda que, no Zango, a situação é bastante crítica ao ponto da zona não dispor de infra-estruturas sociais.

"Lá não existe escolas nem hospitais. Que destino terão os nossos filhos? Por isso, daqui ninguém vai sair sem que antes eles criem todas as condições no Zango", desafiou.

Cassita Antónia é outra moradora que não quer arredar o pé do Futungo. "Não entendo a razão de quererem nos tirar daqui, se eles dizem que é apenas requalificação. Então, que requalifiquem mas nos mantenham na nossa zona. É aqui onde estudamos, trabalhamos e fizemos toda a nossa vida. Se formos para o Zango-4 como é que vamos viver se lá não há nada" referiu.

7.7 Administração loteia terrenos para moradias

Jornal de Angola
28 De Fevereiro de 2016

A administração municipal de Icolo e Bengo, em Luanda, vai este ano lotear terrenos para

autoconstrução assistida nas povoações de Botomona, Barraca, Hombo e Bom Jesus.

Até ao final do ano, está prevista a construção de 200 fogos habitacionais nas localidades de Caculo, 150 em Calubunze e 50 em Cahango. No mesmo período, as localidades de Minhige e Calubunze e a área de Caxicane beneficiam de obras de urbanização.

A Administração Municipal continua a efectuar o cadastro e o licenciamento de terrenos, nos termos da Lei de Terras, e dá continuidade à instalação da rede de iluminação pública, sinalização rodoviária, toponímia, criação de parques, zonas verdes e espaços de estacionamento automóvel nas localidades.

A Direcção Municipal de Gestão Urbanística, Urbanismo e Cadastro de Icolo e Bengo tem a obrigação de acompanhar a realização local das obras públicas aprovadas pelo Governo central, nomeadamente a central idade com quatro mil apartamentos e o aeroporto de Bom Jesus.

O município de Icolo e Bengo possui 74.644 habitantes, a maioria agricultores. Localiza-se no Leste da província de Luanda, sendo limitado a Norte pelo município do Dande, a Este pelo município de Cambambe, a Sul pelo município da Quiçama e a Oeste pelos municípios de Viana e Cacucaco. Está subdividido em cinco comunas: Bom Jesus, Cabiri, Cassoneca, Caculo Cahango e a sede municipal, Catete.

7.8 Famílias vão para zonas seguras

Jornal de Angola
28 De Fevereiro de 2016
Texto: Bernardo Capita

As cerca de 18 mil famílias que habitam nas encostas do Morro do Tchizo, na província de Cabinda, vão ser transferi das brevemente para zonas mais seguras da localidade de São Vicente, anunciou sexta-feira a governadora provincial.

Aldina da Lomba referiu que estão expostas, com a iminência do deslizamento de terras e desabamento de casas, em consequência da chuva.

A governadora de Cabinda, que visitava a área de Tchizo e outros bairros afectados por inundações, considerou grave a situação em que se encontram os moradores.

Aldina da Lomba revelou que o governo provincial disponibilizou às famílias dois mil lotes de terrenos na localidade de São Vicente, a 13 quilómetros a

nordeste da cidade de Cabinda, para autoconstrução dirigida.

"As terras, em princípio, têm um valor económico, mas, infelizmente, dado o estado de carência extrema das populações, o governo vai ter de oferecê-las, para permitir que se resolva com urgência essa situação", disse a governadora.

Aldina da Lomba deplorou a tendência de construção em zonas de risco e a venda ilegal de terrenos. A este propósito, referiu que os coordenadores de bairro, de zona e as autoridades tradicionais não têm autoridade para vender terrenos das reservas fundiárias, cabendo essa tarefa ao governo. As habitações precárias e ilegais do Morro do Tchizo estão expostas à força das águas pluviais que arrastam terras e matéria orgânica, provocando o assoreamento das valas de drenagem do rio Lucola. O assoreamento provoca inundações nos bairros 1º de Maio, 4 de Fevereiro, Uneca, Chiweca, Luvassa Sul e Luvassa Norte, e na pista do aeroporto.

Escavações

A governadora também responsabiliza por esta situação a empresa CETCOM, contratada pelas operadoras de telefonia móvel para instalar uma rede de fibra óptica. O governo exige que a empresa reponha rapidamente os passeios escavados para evitar maiores danos materiais. "Nós já notificámos as duas operadoras de telefonia móvel que contrataram os serviços dessa empresa, para responsabilizá-la por estes danos que está a causar", indicou Aldina da Lomba.

Entre os danos causados pela empresa, a governadora provincial Aldina da Lomba destacou, particularmente, o desabamento da ponte do Tchizo, a destruição de passeios no centro da cidade e bairros periféricos, bem como a queda parcial do muro de vedação do Instituto Médio de Educação, entre outras estruturas em diferentes localidades de Cabinda.

As autoridades angolanas, através dos Serviços de Bombeiros e Protecção Civil têm vindo a desenvolver diversas acções de sensibilização em diferentes províncias para evitar a construção de habitações em áreas de risco, sobretudo próximo de ravinas para prevenir acidentes.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Envolvimento de munícipes na gestão de resíduos sólidos

Jornal de Angola
2 De Fevereiro de 2016

A criação de um plano de acção tendente a envolver os munícipes na gestão directa de resíduos sólidos urbanos na cidade do Cuito, foi defendida ontem pelo vicegovernador do Bié para o Sector Técnico e Infra-estruturas, José Fernando Tchatuvela.

O responsável falava durante uma palestra sob o tema "Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável", promovida pela Direcção do Ordenamento do Território e Urbanismo, no âmbito das actividades do Dia Nacional do Ambiente, assinalado domingo 31 de Janeiro. Na opinião do responsável, os munícipes têm um entendimento pouco claro sobre

os resíduos sólidos, ao considerarem que todo o lixo é descartável e deve ser deitado na rua, longe de compreenderem que parte desta matéria orgânica e inorgânica pode ser reaproveitada ou reciclada para outros fins úteis.

"Apesar do Governo angolano possuir, através do Ministério do Ambiente, um programa de gestão de resíduos sólidos, é fundamental que se implemente de imediato a gestão do mesmo", sublinhou.

Afirmou ainda que o lixo, do ponto de vista global, contém imenso valor nas sociedades, desde que seja devidamente cuidado por meio de cadeias de tratamento.

8.2 Ruas continuam inundadas no Cazenga

Jornal Grandes Notícias
6 De Fevereiro de 2016

Em algumas ruas dos bairros do Asa Branca, dos Kwanzas, Terra Vermelha, Frescangol, Borracheira e Kalawenda, para além do acesso ao hospital municipal do Cazenga, encontram-se esburacadas e principalmente alagadas pelas chuvas que caíram durante a semana passada.

Os moradores, insatisfeitos com a situação que vivem há quase oito anos, procuraram o jornal Grandes Notícias para desabafar:

Miguel Quimpala, de 47 anos, enfermeiro numa clínica na Mutamba e morador do bairro da Borracheira há quase vinte anos afirma: "Eu tenho um grande quintal, mas quando chove tenho que deixar a viatura em casa e andar de táxi. Se a chuva me apanhar no serviço fico mais inquieto ainda porque sou obrigado a deixar o meu carro na estrada principal, a uma distância de 400 metros, tirar os sapatos para pisar na lagoa e conversar com o segurança de um armazém para controlar a viatura. Mesmo que não tenha dinheiro na hora, porque uma vez deixei o carro na estrada por causa da chuva e os marginais partiram o vidro e roubaram-me o reprodutor. Precisamos de ajuda com urgência porque estas lagoas estão cada vez mais a fazer buracos profundos e sempre que passa um camião as águas entram nos quintais".

Por outro lado, Orlindo André, de 23 anos, morador da rua do buraco, comuna do Hoji-ya-Henda, no Cazenga, há nove anos, reclama que "o problema das lagoas nas nossas ruas é um caso que devia ser resolvido pela administração com o apoio dos moradores do Cazenga, ou seja, é um problema conjunto, mas nunca vimos o apoio do administrador, nem sequer da comissão de bairro. Fizemos uma contribuição o ano passado e colocamos um entulho no local que tem inundado, mas nem com isso deu certo. Se a administração desse pelo menos uma motobomba para cada rua que tem tido enchentes sempre que chove, já seria bom para nós", disse Orlindo.

Além das águas nas ruas que fazem com que os moradores saiam de casa para irem trabalhar de galochas (botas de chuva), levando consigo os sapatos nas sacolas para posteriormente usarem, há ainda aqueles quintais que ficam bastante alagados. Moradores usam baldes e bacias para tirarem as águas dos quintais para as ruas, aumentando assim o volume de águas nas chamadas vias secundárias. Em muitas destas vias já não passam carros. Como disse o senhor Miguel, "somos obrigados a deixar os carros na estrada principal mas se não tiver um segurança que controla, corremos o risco de sermos assaltados".

Mestre Papi, de 54 anos, salienta que é relojoeiro. Trabalha num espaço que montou na rua do prédio, na comuna do Hoji-ya-Henda, mas com água por todos os lados não consegue trabalhar. Quando a chuva invade a rua, a sua barraca de reparação de relógios não resiste. No dia que caiu a primeira chuva, estava no mercado a comprar material e quando regressou, encontrou artigos dos clientes na água.

Neste momento tem dívidas com a sua clientela e

está a procura de um outro espaço para montar a sua relojoaria.

Chuvas podem trazer doenças

Manter a higiene nas casas é um dos factores para fazer com que a família permaneça saudável. Mas com as chuvas, a situação não é tão estável, o risco de contrair doenças é maior.

Estudos mostram que o paludismo, a malária e a cólera são as doenças que mais afectam a população em tempos de chuva. Victória Cambuanda, chefe da repartição da Saúde de Luanda, dizia numa entrevista que "chuvas podem trazer doenças" devido à falta de saneamento que se regista em Luanda, nomeadamente a cólera. Adra Victória alerta: "se está situação ocorrer, estamos preparados para combater; temos dois centros de tratamento da cólera, um na Samba e outro no Sambizanga'.

As zonas periféricas são as mais afectadas pelas doenças em tempos de chuvas, por causa da falta de saneamento básico. Especialistas ainda alertam que os charcos de águas nos quintais, nos arredores das residências e nas ruas provocam o nascimento de mosquitos, que podem causar paludismo e malária. Muitas crianças e adultos andam descalças em águas paradas e sujas provocadas pelas chuvas, que podem trazer a cólera. Uma doença infecciosa, aguda e contagiosa causada por uma bactéria, o vibrio cholerae, é frequente em áreas com condições péssimas de saneamento básico.

8.3 Governador fornece meios de sucção das águas

Jonal de Agola

10 de Fevereiro de 2016

Texto: Nilza Massango

As bacias de retenção do município de Viana vão ser transformadas em, Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), uma solução que dá resposta a problemas de inundações e mortes por afogamento, principalmente de crianças que insistem em frequentar as zonas de risco. A informação foi avançada ontem pelo governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, depois de visitar algumas zonas afectadas pelas chuvas e constatar a realidade das bacias de retenção do Quilómetro Nove e 25, Porto Seco e da Cadeia de Viana. "Vim prestar a minha solidariedade aos sinistrados das chuvas. Não tive oportunidade de constatar tudo, mas recebo informação de haver escolas, ruas e centros de saúde,

muitos dos quais privados, inundados, e também muitas casas debaixo de água, em número de cerca de três mil", disse Higinio Carneiro, acrescentando que, na qualidade de governador da província de Luanda, não podia ficar indiferente à situação.

"Temos o apoio do empresário Leonel Pinto, que coloca à disposição bombas de sucção de alta capacidade e 15 viaturas, que vão ajudar a minorar o problema das inundações", acentuou o governador. Após ter visitado Viana há oito dias, Higinio Carneiro voltou ao município para constatar a situação em que se encontra a população na sequência das inundações resultantes das chuvas que caem sobre Luanda. O governador provincial anunciou que uma empresa de consultoria vai ser contratada para apresentar um projecto às autoridades competentes relativo à transformação das bacias de retenção em estações.

A bacia de retenção do Quilómetro Nove, mais conhecida como "Lagoa do Coelho", já fez várias vítimas mortais por afogamento, principalmente crianças que brincavam no local. A vedação que existe foi rompida. Uma das orientações deixadas por Higinio Carneiro à Administração Municipal de Viana, como solução imediata, consiste na reposição da vedação e a instalação de segurança policial no local.

As famílias e comissões de moradores, o governador da província de Luanda pediu mais zelo de modo a evitar que as crianças frequentem o local. O problema da conduta rebentada da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) no recinto da Cadeia de Viana e que inundava os bairros adjacentes, há mais de um ano, foi solucionado. O administrador adjunto de Viana para a área Técnica e infra-estruturas, Crisóstomo Martinho, explicou que a bacia de retenção da Cadeia de Viana recebia águas pluviais e da conduta rebentada da EPAL, o que provocava as inundações nas zonas adjacentes. Crisóstomo Martinho explicou que as bacias de retenção são soluções temporárias criadas para a drenagem das águas pluviais da estrada Viana-Luanda. "A ideia é reter a água para evitar inundações enquanto se equaciona uma solução definitiva", disse.

Requalificar mo mercado

O Mercado do Quilómetro 30 vai ser requalificado em vez de ser transferido para uma outra área, como se pensava. O anúncio foi feito também ontem pelo governador provincial, depois de ter visitado o local, considerado o maior abastecedor de Luanda. Higinio Carneiro disse que podem ser criadas melhores condições, enquadrando de forma organizada as pessoas, que devem ser distribuídas por secções. O mercado, acrescentou, deve ter água, energia, segurança, a via de acesso com condições para o

trânsito automóvel, parque de estacionamento e um controlo maior das pessoas que circulam diariamente no local.

Campanha da febre-amarela

O governador da província de Luanda informou que em Viana, município com 1,6 milhões de habitantes, apenas 200 mil estão vacinados contra a febre-amarela, um número considerado "insatisfatório" por Higino Carneiro e por Mateus Neto, director municipal da Saúde do município de Viana.

Para a campanha de vacinação contra a febre-amarela em Viana, foram criados 24 postos distribuídos pelos bairros que integram o município. "E preciso fazer mais do que tem sido feito, devido ao número de pessoas que Viana tem", declarou Higino Carneiro. Quanto a denúncias de haver pessoas a venderem vacinas, o governador da província de Luanda disse que foram tomadas medidas em conformidade. "Ainda ontem, recebi uma denúncia de que uma senhora no Sequele estava a cobrar por vacinas. Já foram tomadas medidas", concluiu. O director municipal da Saúde de Viana, Mateus Neto, disse que a campanha continua e estão a ser criadas mais equipas para trabalhar em escolas, igrejas e outros locais definidos pelas comissões de moradores. A principal preocupação tem a ver com o abastecimento das vacinas que tem de ser um dia antes da vacinação. Mateus Neto frisou que existem equipas de vacinação que trabalham além das 15 horas e reconheceu que o número de pessoas vacinadas até ontem ainda está aquém do número total de habitantes do município.

8.4 Saneamento com melhorias significativas

Jornal de Angola
11 De Fevereiro de 2016

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apoia financeiramente o Programa Saneamento Total Liderado pelas Comunidades (STLC), que visa a construção de latrinas comunitárias nos municípios do Cuanhama e Namacunde, na província do Cunene, disse ontem o oficial de programas do UNICEF no Cunene.

Pedro Kawilila afirmou que desde 2011 são dados apoios ao programa, com o objectivo de melhorar a higiene do meio e esclareceu que está a decorrer o levantamento das áreas a serem abrangidas nos municípios do Cuanhama e Namacunde.

"A maioria das comunidades nas zonas rurais defecam ao ar livre, situação que deve ser evitada, por forma a evitar doenças diarreicas e a cólera".

Cerca de vinte mil casos de doenças de natureza respiratória, designadamente gripe, bronquite e pneumonia, foram registadas em 2015, em diferentes unidades sanitárias da província do Cunene, contra 25.150 de 2014, informou, em Ondjiva, o chefe de Departamento de Saúde Pública, Félix Belannino.

Ao falar à Angop sobre doenças respiratórias, o responsável disse que a baixa de casos deveu-se às campanhas de sensibilização sobre as formas de prevenção.

Ainda em 2015, disse o responsável, as unidades hospitalares da província do Cunene diagnosticaram 27.921 casos de doenças diarreicas.

8.5 Do lixo ao resgate de valores em Luanda

Jornal de Angola
14 De Fevereiro de 2016
Texto: Filomena Manaças

A situação do saneamento básico em Luanda abeirava-se do insustentável. As montanhas de lixo que se formavam em vários bairros da cidade capital já deixavam pairar a ameaça de uma epidemia.

Inconformados, os luandenses acompanhavam com preocupação o estado de inacção que tomou de assalto as entidades que tinham por obrigação cuidar de um sector vital para a saúde da capital.

As iniciativas de alguns munícipes e as campanhas de limpeza, levadas a cabo por cidadãos conscientes do perigo que o lixo representa para a qualidade de vida em sociedade, revelaram-se manifestamente insuficientes para as toneladas de desafios que os resíduos sólidos produzidos por Luanda em si encerram.

Era preciso sacudir esse estado de coisas! Anomeação do general Higino Carneiro para governador de Luanda trouxe a esperança que estava a ser perdida, numa batalha de de- sinteligências em que o lixo e as doenças estavam a ganhar terreno.

A sua entrada em cena, marcada pela capacidade de inversão, em pouco tempo, do quadro de crise na recolha do lixo urbano, pela recusa que o poder esteja na rua e pela defesa do seu exercício efectivo e pleno pelas administrações municipais, responsabilizando os agentes do Estado que não cumpram com o que lhes está legalmente incumbido ou que exorbitem nas suas competências, abre expectativas quanto ao início de um período de gestão de Luanda pautado pela introdução de mudanças firmes, assentes em bases seguras, susceptíveis de impedir a repetição de erros.

Luanda não pode regredir nos seus propósitos de ser uma capital moderna e funcional, ao nível das melhores práticas e padrões internacionais.

Critique-se o governador por anunciar publicamente a demissão de alguns dos seus inferiores hierárquicos antes de traduzida em acto administrativo a sua intenção, mas a verdade é que isso parece ter um efeito moralizador, tendo em conta as razões que são avançadas como justificação, numa Luanda de múltiplos e complexos problemas, onde o resgate de valores perdidos é uma tarefa urgente. E quando se fala de resgate de valores não se pense apenas no dançar o Carnaval fazendo recurso à tradição, aos estilos de dança que se celebrizaram e fizeram da capital um centro de irradiação de cultura nacional. A constatação, o diálogo directo com a população, o levantamento das situações, a resolução pontual e imediata dos problemas que se arrastavam como se não houvesse solução para os mesmos - como é o caso da munícipe da Quiçama, que teve de esperar pela presença do governador para ver a sua questão resolvida, pois os administradores furtavam-se a fazê-lo, passando a bola uns aos outros -, permitem descortinar um estilo de governação que Luanda precisa que seja posto em prática de modo transversal. E isso também é resgatar valores.

De facto, houvesse incursões frequentes do género a várias áreas de serviço e talvez tivéssemos uma melhor prestação em muitas delas, até mesmo para incentivar uma outra dinâmica e induzir uma atitude mais responsável, evitando-se assim situações em que, quando a imprensa aparece a denunciá-las, o primeiro pensamento que ocorre ao titular do cargo é o de que há uma "perseguição" e alguém quer apeá-lo das funções. Essa forma de pensar tem também estado a contribuir, e grandemente, para entravar o normal funcionamento de alguns sectores de actividade, não apenas da administração pública, até mesmo ali onde sabemos que pode haver soluções sem grandes recursos, sem qualquer recurso extraordinário, bastando apenas que se melhore a organização do trabalho e o atendimento ao público.

E a verdade é que a inércia e a falta de solução para alguns problemas dos cidadãos, que felizmente não são um traço generalizado, mas que podemos observar em alguns sectores da administração local, são muitas vezes passadas, em termos gerais, como uma imagem negativa que acaba por ser imputada ao Executivo e, por arrasto, ao partido que o sustenta, a quem é atribuído o ônus pelo mau funcionamento dos serviços. Diga-se de passagem que incorrectamente, primeiro porque nenhum partido se propõe governar mal, segundo porque nem todos os funcionários públicos são militantes dessa formação política e terceiro porque exige-se - e a administração pública prima para que seja sempre assim - que a competência técnica seja o critério para o ingresso de quadros nos seus serviços.

Mas é o lixo que deu o mote a esta prosa. A recolha de lixo é negócio rentável. O seu tratamento e aproveitamento não o é menos. A tecnologia e os conhecimentos evoluíram de tal modo que o lixo é hoje um segmento de mercado. Emprega milhares de pessoas, envolve recursos humanos e meios habilitados. E um dos sectores onde os investimentos em know-how e pesquisas permanentes permitiram fazer surgir da nada uma indústria promissora e amiga do ambiente.

Os conceitos evoluíram e hoje, para nossa felicidade e da humanidade em geral, pode-se dizer que "nem tudo é lixo". Bem gerido e de acordo com as técnicas mais modernas, o lixo pode ser hoje reaproveitado para os mais diversos fins e benefícios, permitindo reutilizar e reintroduzir na actividade produtiva e no comércio bens e serviços que antes eram pura e simplesmente ignorados desperdiçados. Por essa via muitos países conseguem economizar na aquisição de matéria-prima, por um lado, e, por outro, fecham, assim, o ciclo da sua máxima exploração.

E tanta coisa que se pode fazer hoje com o lixo que não passa pela cabeça de muita gente que o seu reaproveitamento pode ir desde a produção de plástico, de papel, até ao fabrico de fertilizantes.

Temos, também nós, de pensar e agir nesses termos, porque assim estaremos, de igual modo, a contribuir para a diversificação da economia.

E óbvio que isso requer da sociedade substanciais mudanças de comportamento, do cidadão e munícipe, sobretudo, uma outra postura, e do Governo os meios adequados à prossecução desses fins, sem descuidar o indispensável papel que a imprensa, em sentido lato, é chamada a desempenhar.

8.6 Autoridades remedeiam inundações no Coelho

Novo Jornal

19 De Fevereiro de 2016

Os automobilistas que circulam na rota Luanda-Viana, pela Avenida Deolinda Rodrigues, viveram momentos de sufoco na via, devido a uma enchente de água proveniente da vala do Coelho inundada há mais de uma semana.

As autoridades procuram dar solução ao problema, desde terça-feira, 16, puxando a água do canal com 20 camiões-cisternas que transferem o líquido para as sarjetas do Grafanil.

Os automobilistas enfrentaram até quarta-feira, 17, engarrafamentos sem fim, devido à água que cortava o trânsito, na zona do KM 9, em Viana, deixando as viaturas paradas na via por longas horas. Para Miguel Bernardino, aquele trajecto é o seu único caminho para chegar a casa e a inundação da estrada complicava-lhe ainda mais a vida.

"Passo por aqui todos os dias, e durante esta semana não tem sido fácil. O trânsito começa a parar na Frescangol até aqui à área onde está a água. Dá para imaginar o terror que tem sido. Tenho de desligar o motor para não acabar o combustível", lamentava o condutor, que ia ao volante.

O condutor reclamou a "despreocupação" das autoridades face às enchentes, lembrando que a situação não é de hoje. "Todos os anos é a mesma coisa. Quando é que vamos ter as vias de Luanda boas?", interrogou o cidadão, que diz não sentir os efeitos do pagamento da taxa de circulação.

Outro motorista, Augusto Lopes Alves, que viu o filtro da sua viatura inundado, obrigando-o a deixar o carro parado no meio da água, reclamou dos eventuais danos provocados pela correnteza que engolia o asfalto. "Não entendo esta governação. Antes de começar a época chuvosa, este buraco já estava cheio e ninguém se preocupou em retirar a água. Agora, a vala transbordou, deixou a estrada inundada, agora vêm mentir que trabalham... ", Resmungava o cidadão, visivelmente triste.

Fruto das enchentes, várias viaturas ficaram avariadas, tendo sido empurradas posteriormente, tal como presenciou a nossa reportagem no local. Um dos socorridos, tratar de uma situação de emergência, a administração optou por medidas paliativas para ajudar a com outros passageiros dentro, foi o taxista João Neves, que viu o seu azul-e-branco deixar de

funcionar no meio da confusão. "O nível da água está muito acima e penetrou até ao filtro. Os passageiros vão apanhar um outro táxi", disse ao repórter do Novo Jornal".

Para João Neves, a água que invade neste momento o asfalto da zona do Coelho tem outras proveniências. "Na Comarca de Viana, há uma tubagem que rebentou e também está a mandar a água para esta vala. O governo deveria ir lá tapar a tubagem para se evitar o pior, caso volte a chover", sugeriu o cidadão, lembrando que a vala do Coelho é frequentada por muitas crianças que lá vão pescar, cenário já reportado por este semanário em edições anteriores, retratando o perigo que essa representa.

Já Paulo Jorge, segurança de uma das empresas locais, testemunhou ter assistido a várias remoções de viaturas presas na água desde domingo passado. "Até quinta-feira, 18, já presenciei 11 viaturas a serem removidas no meio da água. Os "azulinhos" são os mais lesados", finalizou.

8.7 A chuva que atormenta e complica

Jornal de Angola

26 De Fevereiro de 2016

A chuva que tem vindo a cair em Luanda com alguma intensidade evidencia aquilo que todos sabemos: a cidade não está preparada para receber tanta carga de água. O que não sabemos e gostaríamos de saber é por que tardam, há tantos anos, as soluções para os problemas que se acumulam.

Na verdade, alguns deles são complexos e carecem de algum trabalho profundo de engenharia. Mas outros, nem tanto. E por isso que já se diz por aí que, entre nós, a crise e a chuva não combinam. É difícil avaliar todos eles e a sua dimensão, assim numa primeira leitura.

Seja como for, muitos desses problemas chegam a ser até incompreensíveis. Vale destacar alguns: como entender, por exemplo, que sob a ponte da Senado da Câmara e arredores, junto à Unidade Operativa, se acumule tanta água quando a vala está por baixo? Como entender que, a poucos metros da vala do Cariango, junto à FTU, se acumule tanta água? Como resolver aquele 'bicudo' problema que se arranhou na Deolinda Rodrigues na altura do km 9, em Viana? Como entender que em vários trechos da Via Expressa as valas continuem abarrotadas de areia e lixo, levando a água para o asfalto quando chove? Tal como a situação se apresenta, teme-se que, lá mais para a frente, vejamos tapete asfáltico danificar-se. O histórico e as advertências feitas até aqui de nada

valeram, porque a situação prevalece e tende a piorar, ano após ano. Agora, os resultados estão aí. A agravar todo este quadro, a desarticulação do sistema de saneamento público, no final de 2015, foi o 'balde de água fria'. Aquele passo afundou ainda mais o fosso.

Se a crise é a 'madrasta' de todos os males, hoje ela não é, de todo, a causadora da desgraça. Mergulhados como vamos nesta crise financeira, a província não parece ter capacidade nem condições agora para segurar a velocidade com que São Pedro descarrega, de vez em quando, tanta água sobre o seu espaço geográfico, nem a velocidade com que produzimos o lixo. Esta combinação trigonométrica de factores está a tornar-se explosiva para a saúde pública.

Se a previsão das chuvas se mantiver ao ritmo actual, a cidade de Luanda corre sérios riscos. No domínio do trânsito, por exemplo, a ameaça de a cidade estar sitiada por todos os lados é real. Basta olhar para os problemas dos principais acessos à cidade. Para quem entra, pela parte Norte, Sambizanga ou Boavista, as vias ficam impossíveis, aguardando soluções das obras lentas que estão em curso. Pela parte Sul ou centro, os alargamentos em alguns troços da Deolinda Rodrigues e da Via Expressa são sérios avisos de futuras complicações de acesso ao centro da cidade.

Esta situação pode ser evitada com medidas preventivas de manutenção e saneamento permanentes. A falta de limpeza das valas de drenagem, a acumulação desregrada, atípica e vergonhosa de resíduos por todos os lados, agravam o cenário e desafiam a nossa capacidade de gestão. Esse trabalho de limpeza das valas, em algumas das quais, sem recurso a grandes meios técnicos, não deveria esperar mais.

A manutenção e o saneamento deveriam ser feitos por pequenas brigadas. São serviços que devem estar descentralizados, sob tutela das administrações municipais e comunais. Um trabalho que não requer mão-de-obra qualificada, sem recurso a máquinas; para não degradar o que já foi feito.

As fontes para obtenção de recursos financeiros e humanos existem, mesmo a nível local. Basta olhar para a dispersão dos valores monetários arrecadados nos mercados informais, na massa de jovens desempregados que aí trabalha ou a vender nos engarrafamentos das vias.

Urge, por isso, que se tomem medidas que aliviem esta situação em que vivemos, que se trave a veloz degradação das estradas, o descaso na limpeza das valas e bermas, todos os outros canais de escoamento das águas pluviais que ameaçam afundar Luanda no

Atlântico de tanto mau trato. Esperemos que o ímpeto de trabalho que novo governador vem demonstrando renove as esperanças idosas desta província transformada em 'tubo de ensaio' da gestão administrativa e política.

Trata-se não só do poder necessário para remover vícios, a impunidade e outros obstáculos inerentes a uma metrópole, mas, sobretudo, de querer reverter este quadro cinzento que já beliscou tantos ocupantes do Palácio da Mutamba.

Outro desafio latente é que ainda não está claro se a cidade e suas periferias desejam esperar muito mais a ponto ele assumirem, por essa questão, o sacrifício que os desgasta e perdura infinitamente. Vamos lá ver se as iniciativas em curso surtirão os efeitos almejados.

A medida sobre a circulação automóvel reversível, por alguns períodos do dia, é uma tentativa de minimizar o problema, mas também uma inquietação que aguardamos com alguma reserva. As complicações da circulação automóvel crítica quando chove com todas as suas derivações conexas - relegam muita gente para a margem da vida quotidiana. Em tempo de crise financeira, é indispensável que a acção do novo governador não sofra boicotes e as suas atribuições tenham ampla margem. Vamos aproveitar o seu fôlego quando demonstra uma clara vontade política de batalhar contra a resistência dos obstrucionistas. E, numa província onde os obstrucionistas florescem como cogumelos, poderia multiplicar as exigências de imposição da ordem com recursos físicos e políticos à altura desses vermes poluentes.

8.8 Angola sai da lista de monitoramento contra branqueamento de capitais

Jornal A República
26 De Fevereiro de 2016

Segundo uma nota do Gabinete de Comunicação Institucional do BNA, a que a Angop teve acesso hoje, a implementação pelo BNA das recomendações que constam do Plano Director do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), ditou progressos significativos do país.

De acordo com o documento, a decisão decorre das medidas tomadas pelo Estado angolano, que procedeu a um vasto programa de governação e cumprimento de regulamentos externos e internos, de modo a assegurar que o Sistema Financeiro

Angolano esteja alinhado aos requisitos internacionais e regionais.

Descreve que o referido programa, ancorado no combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, compreende a reforma regulamentar e a entrada em vigor de 23 de 41 novos regulamentos em que se destacam o licenciamento de bancos, a governação de risco, a gestão de créditos, entre outros.

Recorde-se que em Janeiro de 2016 o GAFI visitou Angola para acompanhar o processo de implementação das reformas e acções com vista a melhorar as áreas previamente identificadas em 2010.

Nesta senda, dentre outros pontos, estabeleceu um quadro jurídico apropriado, sendo que nenhum activo relacionado ao Financiamento ao Terrorismo foi identificado, com aplicação de medidas provisórias e de confisco adequadas.

Na nota, ao comentar sobre o relatório do GAFI, o Governador do BNA, José Pedro de Moraes Júnior, sublinhou a sua satisfação.

"Congratulamo-nos com a decisão do GAFI. A remoção de Angola da lista de monitoramento contra o Branqueamento de Capitais irá melhorar a qualidade de crédito do país e das instituições financeiras 10 cais. É também uma prova do progresso significativo feito pelo BNA na adopção e implementação de medidas em conformidade com as recomendações do GAFI.

Felicitos de igual modo as instituições supervisionadas pelo BNA pela sua cooperação e progresso alcançado ao longo dos últimos anos. Tais organismos não só aderiram as directrizes estipuladas, mas também implementaram-nas de forma rigorosa em todas as suas operações. Estas medidas permitiram que o sector financeiro angolano aderisse as melhores práticas", concluiu o Governador.

O BNA refere que continuará a demonstrar o seu compromisso de aderir aos padrões internacionais de governação, mantendo a estabilidade financeira de Angola através de um conjunto de medidas e regras que visam reforçar a divulgação de operações terroristas suspeitas.

8.9 Criados centros em Malanje para tratamento de resíduos

Jornal de Angola

26 De Fevereiro de 2016

A província de Malanje vai dispor, nos próximos tempos, de dois centros de tratamento e valorização

de restos, a serem criados no âmbito da gestão de resíduos urbanos, aprovado quarta-feira durante a primeira sessão ordinária anual do Governo local.

O primeiro Centro de Tratamento e Valorização de Restos serve a cidade de Malanje e a vila de Cangandala, enquanto o outro está ao dispor dos municípios de Cacusso e Calandula, informou o Governo Provincial.

A criação dos centros de tratamento e valorização de restos, um de grande e outro de pequena dimensão, constam do plano de acção do Governo Provincial de Malanje para o presente ano. O programa pretende acabar com as lixeiras e dar dinâmica à recolha do lixo espalhado pela cidade e pelos municípios, fazer o aproveitamento económico dos resíduos e criar um sistema tributário mais eficiente.

Na reunião encontro, os participantes receberam informações sobre a criação do Gabinete de Comunicação institucional e Imprensa, um serviço de apoio técnico ao Governo Provincial na elaboração, implementação, coordenação e monitorização das políticas de comunicação.

Os membros do Governo Provincial foram informados do funcionamento da Comissão Municipal de Coordenação e Concertação de Formação Profissional e sobre a implementação da Lei Geral da Publicidade em vigor no país.

8.10 Garimpo com os dias contados

Jornal de Angola

6 De Fevereiro

Leonídio Ceitas afirmou que a intervenção da Empresa Pública de Aguas, com o apoio da Polícia Nacional, se deve à vandalização das condutas da zona norte, a exemplo do que sucedeu na zona sul.

Sobre o abastecimento ao bairro Golfe, disse haver um projecto, com financiamento já garantido por um empreiteiro, para a reabilitação e aumento da capacidade do centro de distribuição de água.

O responsável declarou que o projecto foi remetido aos Ministérios da Energia e Aguas e das Finanças para a execução ainda este ano.

O Centro de Distribuição de Agua do Golfe tem um reservatório de 15 mil metros cúbicos e dois de dez mil, que apenas atingem metade da capacidade devido a problemas estruturais. Leonídio Ceitas prometeu que, após a reabilitação daqueles reservatórios e da construção de outro, é reforçado o abastecimento de

água àquele bairro do distrito urbano do Kilamba Kiaxi.

Governador satisfeito

O governador provincial de Luanda, que presidiu à inauguração do centro de distribuição da Maianga, disse tratar-se de "um equipamento de grande relevância para a vida dos habitantes da capital" angolana.

Higino Carneiro, que falou à comunicação social após percorrer o centro, considerou-o "uma imponente infra-estrutura" que "vai beneficiar várias regiões do município de Luanda e deixar satisfeito os munícipes".

O governador provincial lembrou que estão a ser desenvolvidos mais projectos nas estações de tratamento de água do Marçal, Cazenga, Kifangondo e Calumbo que vão melhorar o abastecimento a Luanda. O secretário de Estado das Águas anunciou que os centros de distribuição de água do Marçal e do Cazenga entram em funcionamento este ano depois de concluídas as obras de ampliação e substituição do equipamento.

Luís Filipe da Silva também se referiu aos trabalhos que decorrem na Estação de Quifagondo, "uma infra-estrutura muito importante para a província de Luanda".

O secretário de Estado das Águas lembrou que, na zona da Barra do Kwanza, estão em funcionamento em regime experimental as Estações de Tratamento de Água de Bom Jesus, localidade do município de Icolo e Bengo.

8.11 População já consome água potável

Jornal de Angola

7 De Fevereiro de 2016

Texto: Manuel Fontoura

As populações da comuna da Cerca, no município do Golungo Alto, província do Cuanza Norte, passaram, desde quarta-feira, a consumir água potável, a partir de um novo sistema de captação, tratamento e distribuição, no âmbito do projecto "Água para Todos".

A água distribuída à população é retirada de uma fonte natural, numa distância de aproximadamente três quilómetros da captação até à sede comunal. O empreendimento foi inaugurado pelo vice-governador do Cuanza Norte para o sector Político e Social, José Alberto Kipungo.

O chefe de departamento de Águas no Cuanza Norte, Silvestre Zanguí, disse que o projecto tem capacidade para bombear cerca de 80 metros cúbicos e vai beneficiar 3.600 pessoas. Esclareceu que foram acoplados ao sistema três chafarizes, a cerca de 12 quilómetros do local da captação, que são alimentados por furos artesianos na localidade da Kibila, tida como uma das zonas mais críticas em termos de abastecimento de água.

A cidadã Domingas Paulo, de 53 anos de idade, disse que a comuna existe há mais de 40 anos e, desde então, nunca beneficiou de um sistema de captação e distribuição de água potável.

Com a instalação do sistema de captação de água, Domingas Paulo referiu que a população deixa de percorrer longas distâncias em busca do precioso líquido e lembrou que também vai ajudar na redução de doenças como infecções urinária, da pele, cólera, sarnas e diarreias agudas.

"Estamos muito satisfeitos, pois ao longo destes fomos consumindo água do "rio", disse.

8.12 Estação de bombagem garante mais água à zona alta do Lobito

Jornal Economia e Finanças

12 De Fevereiro de 2016

Texto: Xavier António

O governador provincial de Benguela, Isaac Maria dos Anjos, procedeu recentemente, no município do Lobito, à inauguração de uma nova estação e bombagem de água com capacidade para transportar 7.500 metros cúbicos de água por dia, à zona alta da região. Sob iniciativa da Empresa de Águas e Saneamento do Lobito (EASL), o novo sistema junta-se ao já existente a "Estação do Lobito Velho", que funciona desde 2015, numa capacidade instalada de até 2.400 metros cúbicos/ dia ao bairro Bela Vista, perfazendo um total de 12 mil famílias abrangidas.

O projecto é de tamanha importância uma vez que eliminou-se o défice no abastecimento às famílias que já têm ligações domiciliárias contra os que recebiam água de três em três dias.

Segundo o governador, a iniciativa vai permitir a arrecadação de receitas ao nível do município e permitir que o plano seja mais abrangente no sentido de se aumentar o número de beneficiários.

"Não temos capacidade de aumento de produção, mas temos condições para melhorar a distribuição

porque se houver uma boa utilização da água, poucas roturas na rede e uma maior participação da população é possível melhorar o serviço", disse.

Isaac dos Anjos explicou também que embora tenha levado muito tempo, mas foi possível a permissão do aumento da tarifa de água directa ao consumidor. Acrescentou que há ainda uma margem que é preciso cobrir e ficará reservada para os outros prestadores de serviço na cadeia.

Durante o seu discurso, o governador disse igualmente que com a escassez de recursos financeiros, os moradores podem ajudar até à sua porta, uma vez que não temos capacidade financeira de lá chegar.

Por seu turno, o administrador do Lobito, Alberto Ngongo realçou que haverá um esforço no que toca à fiscalização de modo a garantir que o investimento feito seja valorizado e que este bem público dure mais.

Sublinhou também que a administração vai continuar a colaborar com a empresa de águas local na concessão de espaços para a construção de mais estações elevatórias.

"Por essa razão, é importante que a população não deve construir de forma desordenada e sem autorização no sentido de permitir que os programas ligados ao sector das águas, energia eléctrica e outros sejam concretizados de acordo com o plano urbanístico municipal", referiu.

Assegurou que na zona alta do Lobito pelo menos 12 mil famílias já beneficiam de água canalizada numa cobertura de 90 por cento, acrescentado que quase toda zona está controlada no que se refere ao abastecimento do precioso.

Alberto Ngongo referiu igualmente que se vai continuar a trabalhar para estender o abastecimento às zonas R4 e R5, Bango-Bango, Golf, bem como atender à centralidade local.

Para os populares, a satisfação é enorme com a chegada deste importante veículo de transportação da água. Na visão de Domingas Júlio, moradora do bairro 17 de Setembro, desde os anos 80 é um ganho enorme porque já jorra água na torneira da sua residência.

"Estou feliz porque antes comprava este bem precioso a um preço especulativo, mas com a chegada deste sistema o problema está resolvido", relatou à nossa reportagem.

Para o morador João Abel, este novo de bombagem da bandeira é uma mais-valia tendo em conta o esforço que o Executivo está a fazer em prol da população sobretudo os da zona alta.

"Antes desta empreitada, as pessoas conseguiam adquirir água de uma forma deficitária mas com esta infra-estrutura será distribuição será mais eficiente e a nossa participação vai ditar muito no que se refere ao seu bom funcionamento", afirmou.

Para o jovem Elias Alberto, o passado foi doloroso uma vez que as populações residentes transportavam água a partir de grandes distâncias. "Hoje posso afirmar que é preciso continuar a acreditar porque antes tarde do que nunca", finalizou.

O governador de Benguela visitou igualmente as zonas onde estão a ser instalados futuros sistemas de abastecimento de água com destaque para a conduta que vai levar água até à Refinaria do Lobito, assim como a que fica subjacente para atender à zona dos Cabrais.

Além disso, apesar da escassez de recursos estão a ser realizadas obras para melhorar o tráfego rodoviário, tendo em conta o crescimento acelerado que aquela cidade regista nos últimos anos.

8.13 Sistema de água potável vai mudar a vida do Ngove

Jornal de Angola

14 De Fevereiro de 2016

Texto: Justino Victorino

Um sistema de tratamento e distribuição de água potável vai ser construído, nos próximos meses, no sector do Ngove, comuna do Cuíma, pela Fundação Eduardo dos Santos (FESA). O lançamento do projecto de construção do sistema de tratamento e distribuição aconteceu sexta-feira, numa cerimónia presidida pelo director-geral da FESA, João de Deus. O novo sistema de distribuição de água às populações do sector do Ngove faz parte de uma série de acções que estão a ser projectadas para aproximar cada vez mais os serviços sociais às comunidades.

João de Deus salientou que o programa, para além de contemplar as populações peri-urbanas, vai igualmente beneficiar as pessoas que vivem nas sedes comunais, ombalas e aldeias. O director-geral da fundação reiterou que a construção do equipamento social vai contribuir em grande medida para que as populações deixem de

consumir água proveniente dos rios e evitar o surgimento de doenças hídricas.

João de Deus assumiu que a FESA vai continuar a levar a cabo acções do género, no quadro das suas responsabilidades sociais, fundamentalmente na construção e reabilitação de escolas, postos e centros de saúde. Além das referidas áreas, o director-geral da FESA garantiu igualmente a continuação de acções de capacitação de professores, técnicos de saúde, entre outras actividades de carácter social.

O administrador do sector do Ngove, Aurélio João, enalteceu a iniciativa da FESA e sublinhou que a instalação do sistema de fornecimento vai fazer com que populações rurais deixem também de percorrer longas distâncias em busca de água potável.

O sector do Ngove, constituído por 60 aldeias e duas ombalas, tem uma extensão de 800 quilómetros quadrados e uma população estimada em 37 mil habitantes, cuja actividade principal é a agricultura e a pesca artesanal.

8.14 Bairro de Chitato com mais água Potável

Jornal D Angola

16 de Fevereiro de 2016

Autor: Armando Sapalo

Depois de três anos, os moradores dos bairros Camatundu e 4 de Abril, no município de Chitato, podem voltar a beneficiar de água potável, nos próximos dias, com a Instalação de uma nova fonte de distribuição de energia, anunciou o novo administrador daquela parcela da província da Lunda Norte.

Alberto Muquendi avançou que a solução para o problema de falta de abastecimento de água está a ser estudada e, dentro de dias, é adquirida uma fonte de energia para facilitar o funcionamento do sistema.

Os moradores dos bairros Camatundu e 4 de Abril estão privados de abastecimento de água potável, devido à uma avaria técnica das captações do Cabemba e Cassamba.

Alberto Muquendi disse que as captações de Cabemba, com uma capacidade de produção de 500 metros cúbicos por dia, e de Cassamba, com 320 para um universo de 12 mil habitantes, vão ser reabilitadas depois da conclusão de estudos que estão em curso.

O administrador municipal de Chitato, que efectuou uma jornada de campo com o objectivo de encontrar soluções do problema de abastecimento de água

potável aos habitantes dos dois bairros, admitiu que a situação é bastante preocupante e carece de uma intervenção imediata.

Por isso, numa primeira fase, Alberto Muquendi assegurou que é desenvolvido um trabalho paliativo, para a superação dos problemas técnicos que as duas captações apresentam no sentido de os habitantes dos bairros Camatundu e 4 de Abril terem acesso ao referido líquido.

Alberto Muquendi constatou que a captação do Cassamba, que abastece água potável aos moradores do bairro Camatundu, por exemplo, está inoperante devido à avaria no grupo gerador que fornecia a energia eléctrica ao referido empreendimento.

Quanto à captação do Cabemba, destinada ao bairro 4 de Abril, avançou que, além de correr riscos de desabamento, por causa da erosão dos solos, foi também vandalizado o tanque de armazenamento de água, que deve ser substituído, com a construção de um novo reservatório.

O administrador municipal disse que, após a conclusão dos estudos, é contratada uma empresa para construir uma nova captação, a partir da nascente do rio Cabemba.

Alberto Muquendi afirmou que uma das orientações que recebeu do Governo Provincial da Lunda Norte prende-se com a necessidade de prestar uma especial atenção ao abastecimento de água potável aos habitantes do distrito urbano do Chitato, concretamente dos bairros Camatundu e 4 de Abril.

Alberto Muquendi salientou que, com excepção dos habitantes do Chitato, o abastecimento de água potável nos distritos do Dundo e de Mussungue atingiu níveis de cobertura satisfatória, nos últimos anos, em função da entrada em funcionamento de novos sistemas de captação, tratamento e distribuição.

Os distritos urbanos do Dundo e Mussungue, em 2011, tinham beneficiado de novos projectos de abastecimento de água potável, o que permitiu o aumento do acesso ao produto. A reabilitação e o aumento da capacidade de produção dos sistemas de abastecimento de água do Mussungue, com 7.200 metros cúbicos por dia, e de Cazunda, com 2.800 metros cúbicos por dia, estão a permitir que mais de 200 mil famílias beneficiem do bem, disse Alberto Muquendi.

A primeira fase do projecto de alargamento e expansão da rede distribuição em bairros de maior aglomeração populacional foi também concluído, no

quadro do Programa de Investimento Público (PIP) do Ministério da Energia e Água.

Em relação à segunda fase do programa, Alberto Muquendi referiu que se deu início, no ano passado, de ações voltadas à melhoria da rede de distribuição, com a instalação de mil ligações domiciliárias, no distrito urbano do Dundo e seus arredores.

O distrito urbano do Mussungue tem mais um novo e moderno sistema de captação de água do Luachimo, construído para atender a Centralidade do Dundo, projecto habitacional em que foram erguidos 5.004 casas, acrescentou o administrador.

8.14 Trabalhadores exigem demissão do PCA

Novo jornal

19 De Fevereiro de 2016

Texto: Dulceneia Lufua

Há cerca de três meses que os funcionários da EPAL estão sem salários, um cenário que se repete há quase uma década. Os constantes atrasos salariais estão a deixar preocupados os operários, que acusam o PCA da empresa, Leonídio de Ceita, de mau gestor. Por isso mesmo, os trabalhadores voltaram a cruzar os braços desde ontem, para dar início a uma greve por tempo indeterminado.

"Queremos o Ceita fora da empresa", "Queremos o nosso dinheiro", "Viva a greve" e "Trabalhadores unidos jamais serão vencidos" são alguns refrãos entoados, na manhã de quinta-feira, 18, pelos trabalhadores da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) que se juntaram em frente ao centro de distribuição da Maianga para exigir o pagamento dos seus ordenados, "constantemente em atraso", e "reclamar" da má gestão do seu presidente do Conselho de Administração.

"Estamos mal sem salários. Os nossos filhos não estão a estudar", lamentou Correia Neto, técnico principal da EPAL há 24 anos. Para ele, tem sido um "sacrifício chegar a horas ao posto de trabalho sem dinheiro para o transporte". "Para piorar", reclamou, "os subsídios para o transporte e alimentação foram cortados. "Estamos na miséria".

Um outro funcionário, Simão André, há 12 anos na empresa, comparou a situação que vive com o tempo em que os seus salários eram pagos a tempo e hora. "Antigamente tínhamos os nossos ordenados a tempo e os subsídios em dia. Agora, para vir para ao

serviço dependemos de empréstimos. Para agravar a situação, os nossos horários de trabalho foram alterados", reclamou.

Simão André, que desempenha a função de leitor, distribuindo facturas de cobranças nas casas dos clientes, sente dificuldades em cumprir as suas obrigações de trabalhador e chefe de família. "O dinheiro faz muita falta. Ando na cidade a pé para distribuir facturas. Depois fico na base até às 16h sem comer nada. Já não temos direito a transporte nem alimentação porque o Ceitas cortou. Será que ele não almoça?", questionou.

"Os problemas no lar aumentaram. As nossas mulheres não acreditam que estamos estes meses sem salários. Até ao momento, não conseguimos comprar cadernos nem livros para os nossos filhos", lamentou.

Juliana, empregada de limpeza há 12 anos, também falou da aflição que vive. "Estou a sofrer com os filhos. As aulas começaram não consigo pagar as propinas dos meninos, e o mais triste ainda é que quando os filhos ficam doentes não conseguimos levá-los ao posto de saúde por falta de ordenados". A cidadã apelou à entidade patronal a resolução imediata do problema, que passa pelo pagamento dos salários e a devolução dos subsídios cortados. "Peço ao chefe que devolva os subsídios e pague os nossos salários. Se não pagarem, vamos manter a nossa greve", rematou.

"Ninguém pode divertir-se com o sofrimento dos outros"

No total, são mais de 1500 funcionários que "jejuam", de acordo com o secretário da comissão sindical da EPAL, António Gaspar. "Estamos nesta situação desde Dezembro", disse, lembrando que os atrasos na empresa são recorrentes e perduram há anos.

Diante desta realidade, o mesmo faz contas às receitas arrecadadas pela empresa em função das cobranças aos clientes, que, em seu entender, seria suficiente para o pagamento de, pelo menos, o salário dos trabalhadores. "De Dezembro a Janeiro, fizemos cobranças, e com esses valores dava para pagar um salário pelo menos. E, feita a conciliação bancária, daria para liquidar dois meses", observa o funcionário. "A entidade empregadora tem prometido honrar os seus compromissos, mas, até ao momento, alega falta de dinheiro. Agora não nos comunica. Quando alguém diz não ter dinheiro deve apresentar cartas e as razões que o levam a dizer que não tem". "Não o fez, e essa é a razão pela qual começámos a greve", justificou o porta-voz.

De momento, de acordo com o sindicalista, a maior reivindicação dos trabalhadores prende-se com o pagamento dos salários em atraso e a reposição de subsídios, mas deixou claro que, a breve trecho, os trabalhadores irão fazer constar no seu caderno reivindicativo a questão de promoções e condições de trabalho. "Estes assuntos serão tratados em fórum próprio", avisou.

Por outro lado, António Gaspar disse não entender a alegada desculpa de falta de dinheiro evocada pelo patronato, pelo facto de os trabalhadores, de acordo com o interlocutor, serem diariamente surpreendidos com novos recrutamentos em que são atribuídas categorias altas a novos empregados. "Nós, os antigos, continuamos na miséria e sem salários. Dizem que a empresa não tem dinheiro, mas, volta e meia, recrutam novos funcionários", reclamou.

Para o grevista, a admissão de novos funcionários com a atribuição de altas categorias pressupõe haver "saúde financeira na empresa". "Penso que ninguém se pode dar ao luxo de recrutar e fazer despesas sem saber como pagar. Isto é uma brincadeira. Ninguém se pode divertir com os trabalhadores. Todos temos família e estamos a viver dificuldades por falta de dinheiro", lamentou.

Por fim, o secretário sindical afirmou que a greve está a ter uma adesão de 75% e que a mesma só conhecerá o fim com o pagamento dos salários. "SÓ vamos arredar o pé daqui quando esta situação se resolver. A população que não se preocupe, a EPAL não irá fechar na totalidade", assegurou, garantindo que a greve obedeceu aos princípios legais. "A greve é legal e vamos fazer cumpri-la segundo os marcos da lei", concluiu.

Contactado, o porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, preferiu não comentar e limitou-se apenas a assegurar à população que o abastecimento de água potável está garantido.

8.15 Novo sistema de distribuição em Caluquembe

Jornal de Angola

20 De Fevereiro de 2016

Texto: Arão Martins

O sistema de captação e distribuição de água a instalar em breve a no rio Cunene, no sector de Vila Branca, beneficia quatro mil famílias do Caluquembe, disse na quinta-feira o administrador municipal ao Jornal de Angola.

José Arão Nataniel afirmou que a instalação do sistema, já aprovada pelo Executivo, tal como a realização do concurso para adjudicação da obra, se destina a servi essencialmente as aldeias de Lomba, Calonali, Cacomda, Tchitupi, Betania, Camangando, 4 de Fevereiro, Campo de Aviação, Caienje e Samzala, bem como a Centralidade da Katchikakal.

O administrador municipal referiu que o fornecimento de energia eléctrica em Caluquembe também vai melhorar com a instalação de uma pequena barragem no rio Quê, o maior afluente Cunene.

José Arão Nataniel acentuou que a Administração Municipal e o Governo Provincial continuam determinados em melhorar o sector de Energia e Água por ser importante para o bem-estar da população e que no âmbito desses esforços o bairro mais populoso de Caluquembe, o Eitonga, já está electrificado.

O administrador recordou que também já foram colocadas condutas que permitiram aumentar a distribuição de águas ao domicílio e recentemente inaugurados sete sistemas em todos os sectores do município.

8.16 Cobertura de 80% de água potável

Jornal de Angola

21 De Fevereiro de 2016

Texto: Silvino Fortunato

O Estado angolano investiu o equivalente a 45 milhões de dólares, em 2012 e 2013, na construção de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água no Cuanza Norte, que já estão concluídos, disse à reportagem do Jornal de Angola Gonçalo Ribeiro, director do gabinete de planeamento do Governo Provincial.

Mais de 300 ligações domiciliárias e cerca de cem chafarizes foram colocados à disposição de mais de 30 mil consumidores nas localidades da Cerca e Quibila, município do Golungo Alto, Samba Lucala (Samba Caju), Ndagi ya Menha, Cassoalala e Zenza do Itombe (Cambambe) e Bolongongo e Quiquiembra (Bolongongo).

As sedes comunais de Cavunga e Camame (Ngonguambo) devem beneficiar em breve de projectos idênticos, cuja captação é feita a partir de fontes permanente, como rios e nascentes.

As autoridades provinciais calculam ter atingido cerca de 80 por cento de cobertura em termos de abastecimento de água potável na província.

Aprioridade é atender as localidades que sempre se abasteceram de fontes de água imprópria.

O governador provincial, Henrique Júnior, afirmou que foram feitos esforços enormes para que a população deixasse de percorrer longas distâncias em busca de água e apelou para um controlo e protecção rigorosa dos chafarizes e demais componentes, pois a sua degradação obriga à duplicação de investimentos.

"Apesar da crise financeira que abala o mundo e o nosso país, continuamos a trabalhar para levar água às aldeias e áreas mais longínquas e evitar que as pessoas consumam água sem condições", referiu o governador provincial, que acrescentou ser esse um desafio a prosseguir.

O comboio da água

À data da Independência Nacional, o abastecimento de água ao Zenza do Itombe e Cassoalala, no município de Cambambe, era feito por camiões-cisterna. Ao ouvir as buzinas do comboio, os moradores iam a correr para a estação.

Foi assim durante muito tempo mas, por causa da guerra, o comboio deixou de apitar e as dificuldades avolumaram-se. "Tivemos de adquirir camiões para levar água a muitas aldeias, mas o fornecimento sempre foi insuficiente e depois havia as avarias", lembrou o administrador municipal de Cambambe, Francisco Diogo.

Várias outras tentativas foram feitas, desde a escavação de poços artesianos à busca penosa do líquido em riachos, que, por causa do terreno argiloso, secam no tempo do Cacimbo. A falta de água levou ao abandono de algumas localidades, com as populações a refugiarem-se no Dondo e Luanda.

A idosa Maria António, do Zenza do Itombe, lembra que "a situação era dura".

A preocupação está ultrapassada. O Executivo construiu um sistema de captação, tratamento e distribuição na aldeia do quilómetro 34, junto à ponte sobre rio Lukala III.

A canalização leva água às populações residentes ao longo de cerca de 50 quilómetros, até à sede comunal do Zenza do Itombe.

O sistema abrange 11.883 consumidores nas localidades da Aldeia Nova, Nova Cassoalala, Calengue, Cassoalala e sete aldeias entre Banze e a

sede comunal do Zenza do Itombe. Foram montados 34 chafarizes e 123 ligações domiciliárias, com uma rede de distribuição de 35 quilómetros. O chefe de departamento Provincial das Águas, Silvestre Zangui, disse que o sistema foi concebido para fornecer até 600 metros cúbicos de água por dia, o que, de acordo com as regras da OMS, corresponde à entrega de 100 litros por dia a seis mil pessoas.

Com as melhorias introduzidas no projecto inicial, é possível distribuir até 720 metros cúbicos de água por dia, o equivalente a 7.200 consumidores.

A estação tem capacidade para captar e tratar 15 mil litros de água por hora, num tanque de armazenamento de 25 mil litros. Três estações elevatórias, com tanques de 18.700 litros cada, permitem o fornecimento, por gravidade e com um caudal de saída de 300 litros por minutos, a seis reservatórios com um total de 1500 metros cúbicos.

Graças a esse trabalho de engenharia, foi possível ultrapassar as longas distâncias e o relevo acidentado da região.

Ndanji ya Menha

Ainda em Cambambe, o Governo construiu um sistema que abastece de água potável a sede comunal de Dange Ya Menha. O centro de captação, tratamento e distribuição está instalado a 18 quilómetros, nas imediações da ponte do rio Lucala 11, passando pela aldeia de Caxissa.

O sistema tem capacidade para bombear 10.500 litros por hora. Pode distribuir até 550 metros cúbicos de água por dia, o mesmo que 100 litros por dia a 5.500 consumidores. Foram instalados 11 chafarizes e 19 ligações domiciliárias, nas localidades de Lucala II, Caxissa e Ndanji ya Menha.

"Chegou a nossa hora de acabar com o sofrimento de acarretar a água de muito longe", foi com essa expressão que Luzia Diogo celebrou o feito inédito.

"Nunca tivemos água canalizada aqui no Ndanji ya Menha. Mesmo no tempo do colono deslocávamo-nos quase três quilómetros em busca da água".

Combate às doenças

Os mais de 3.600 residentes na sede comunal da Cerca, no município do Golungo Alto, deixaram de retirar água bruta do rios e pas saram a abastecer-se dos sete chafarizes e ligações ao domicílio, aonde o líquido chega tratado e próprio para consumo.

O Governo foi buscar água a três quilómetros. O vice-governador do Cuanza Norte para o Sector

Político e Social, José Alberto Kipungo, disse que a obra só foi possível graças ao clima de paz.

Na aldeia da Quibila, onde a situação do abastecimento de água era mais crítica, foram instalados três chafarizes e feitas ligações a algumas residências.

Domingas Paulo, 53 anos, disse que a comuna existe há mais de 40 anos e nunca teve água potável. "Vamos deixar de percorrer longas distâncias (cerca de seis quilómetros) para conseguir água nos rios e cacimbas".

Para Domingas Paulo, o consumo de água tratada vai diminuir o índice de doenças, como a cólera, sarnas, diarreias, infecções da pele e urinárias. Domingas Paulo aproveitou a ocasião para pedir melhorias na estrada. "Estamos muito isolados das restantes zonas do município", afirmou.

Mais vale tarde...

O soba-geral de Bolongongo, Domingos Caculo, disse que a população da sede municipal nunca perdeu a esperança de que um dia tivesse água abundante e com qualidade nas suas casas.

"Sabemos que cada coisa tem o seu momento. Chegou a vez de sermos contemplados com um sistema permanente e eficaz de distribuição de água. O sofrimento terminou. Mais vale tarde que nunca", afirmou Domingos Caculo. O sistema de captação, tratamento e distribuição, inaugurado pelo governador provincial, Henrique Júnior, atende mais de dois mil consumidores, através de 106 ligações a residências e 18 chafarizes.

A antiga canalização, que captava a água a partir de um fontanário na vila de Quiculungo, a 11 quilómetros de Bolongongo, estava obsoleta. "Era preciso consertá-la permanentemente com borrachas porque as roturas eram frequentes", informou o administrador municipal, Gaspar José.

O sistema de captação foi construído a três quilómetros da sede municipal e as obras duraram três anos. Tem uma capacidade de distribuição de 3.500 metros cúbicos de água potável por hora. Gaspar José disse que o antigo sistema se vai manter como meio alternativo a eventuais avarias do novo.

Outros sistemas médios e pequenos de captação e distribuição de água estão em construção nas aldeias do Panzo, Bengi, Canzele, Catamba e Mulengo.

A carência de água potável também terminou para os cerca de dois mil habitantes da sede comunal de Quiquiamba e sete aldeias circunvizinhas. No

Cacimbo, os riachos da região secavam e o povo era obrigado a ir mais longe para se abastecer dos rios de maior caudal, disse à reportagem do Jornal de Angola o administrador comunal, Hélder Kamuendiri.

Se durante o Cacimbo os riachos secavam, no tempo chuvoso a água ficava turva e as mulheres tinham de deixá-la repousar em recipientes por algum tempo para baixar as impurezas, lembrou Hélder Kamuendiri. O soba geral de Quiquiamba garantiu segurança aos 10 chafarizes e 28 ligações domiciliárias que o Estado construiu na sede com una I. A água para Quiquiamba é captada no rio Ndanji, transportada por uma tubagem de 5.500 metros até à vila e distribuída por uma rede interna de 12 quilómetros. O sistema é composto ainda por duas estações de armazenamento com capacidade de 350 metros cúbicos cada uma e três estações intermédias, com 27 metros cúbicos. Tem uma capacidade de bombeamento de 34 metros cúbicos por hora.

Diversificar a economia

O soba-geral de Samba Lucala, Santana Sebastião, elogiou o empenho do Governo na construção de sistemas de abastecimento de água às inúmeras localidades da província, que trazem imensos benefícios para a saúde da população da comuna. "Não é fácil, E um esforço muito grande fazer com que o povo tenha acesso à água potável em muitas regiões do Cuanza Norte", afirmou.

Através do Programa de Combate à fome e à Pobreza, o Governo substituiu o sistema de abastecimento de água na sede comunal, que se encontrava inoperante há várias décadas.

O novo sistema de captação, tratamento e destruição de água tem capacidade para atender 1.668 consumidores. Vai abranger oito aldeias, além da sede comunal. Tem 16 ligações domiciliárias e 11 chafarizes. A obra foi feita em 18 meses.

O vice-governador provincial para o sector Económico, Manuel da Silva, instou a população de Samba Lucala a preservar os novos empreendimentos.

8.17 Formação dos técnicos do sector das águas

Jornal de Angola

24 De Fevereiro de 2016

Texto: Yara Simão

O Governo angolano Investiu cerca de 12 milhões de euros na construção de um Centro de Formação

Profissional para o sector das Aguas em Catete, disse ontem o embaixador da União Europeia em Angola.

Gordon Kricke referiu que projecto é co-financiado pela União Europeia, Banco Mundial e UNICEF, e resulta de uma atenção especial à formação dos técnicos do sector de modo a garantir que a população tenha acesso ao serviço de água e saneamento com mais qualidade.

O Onga Zanga, em construção desde Dezembro de 2014, reflecte o esforço do Governo angolano juntamente com parceiros internacionais na melhoria da qualidade de vida da população, explicou Gordon Kricke.

Ontem, num seminário sobre "Os instrumentos financeiros e metodologias para o financiamento de projectos de infra-estruturas", em Luanda, o embaixador da União Europeia em Angola disse que o país precisa de dispor, urgentemente, de recursos humanos capazes de contribuir para a melhoria das condições de vida da população.

A propósito do tema do seminário, inserido na parceria Angola UE, Gordon Kricke referiu-se ao projecto Onga Zanga, em especial à natureza e à estrutura do financiamento. O embaixador da União Europeia em Angola frisou que Centro de Formação Profissional do Sector das Águas é um instrumento fundamental no actual processo de reestruturação do sector.

"O sector tem uma perspectiva de crescimento de até 7.500 trabalhadores até ao ano 2020, o que comporta diversos procedimentos e uma estratégia de qualificação profissional, com vista a minimizar ou anular graves insuficiências existentes", observou o diplomata, acrescentando que, em simultâneo, está a ser preparado um programa de água e saneamento, no âmbito do Programa Indicativo Nacional do 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento.

Gordon Kricke lembrou que a UE tem uma longa experiência de trabalho em África, com programas de infra-estruturas. "Quanto à nossa actividade neste domínio, temos financiado alguns projectos de desenvolvimento em quase toda a região do planalto central, no sector dos transportes", especificou.

Durante o seminário foi debatido o tema "Energias renováveis em Angola-estado actual, estratégia governamental e desafios financeiros" e a directora nacional de Energias Renováveis chamou a atenção dos presentes para a necessidade de se levar energia com qualidade a um cada vez maior número de famílias, aproveitando as novas tecnologias e o potencial existente no país. Sandra Cristóvão apontou

a facilitação da entrada do sector privado na implementação de projectos, como garantia da competitividade e da qualidade na prestação de serviços à população.

O secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Pedro Luís da Fonseca, revelou que o país investiu, entre 2002 e 2015, cerca de 99,5 mil milhões de dólares em infra-estruturas como estradas, pontes, caminhos-de-ferro, aeroportos, portos, barragens e redes de distribuição de energia e fornecimento de água, hospitais, escolas, habitações e edifícios públicos.

"Beneficiando de uma conjuntura internacional marcada pela alta do preço do petróleo, o investimento na recuperação de infra-estruturas económicas maioritariamente inoperantes ou destruídas durante o período da guerra permitiu ao país relançar a sua economia. Angola saiu de um quadro de economia paralisada para constar no ranking mundial das economias com os maiores níveis de crescimento".

Pedro Luís da Fonseca, um dos intervenientes no seminário sobre "Os instrumentos financeiros e metodologias para o financiamento de projectos de infra-estruturas", lembrou que, depois do alcance da paz, em Abril de 2002, a recuperação da rede de infra-estruturas económicas foi uma das grandes apostas do Governo angolano.

Sobre o seminário em si, iniciativa do Governo angolano em parceria com a União Europeia, Pedro Luís da Fonseca realçou o facto de o evento ter reservado uma sessão para a energia, sector estratégico para a sustentabilidade do crescimento económico em Angola e para a redução dos custos de produção, o que ajuda a incrementar a competitividade externa do país.

8.18 Água turva nas torneiras é sinónimo de crise?

Jornal grande notícia

29 De Fevereiro de 2016

De um tempo a esta parte, após o ajustamento do preço do precioso líquido, a EPAL está a oferecer uma substância próxima ao H₂O, tudo porque desde a pré-classe que se apreende que a água, para o consumo é uma substância líquida, que não tem cor, é inodora, insípida e tem peso e ocupa espaço. Para nosso espanto, a água que está a sair nas torneiras de casa, tem características contrárias a que os livros de ciência da natureza, ensinam. Portanto, é amarelada,

com cheiro esquisito e por conta disso, muitos munícipes estão a negar-se a usa-la para o consumo.

Por conta disso, a população estava a especular que é por conta da crise, que a empresa distribuidora de Aguas de Luanda, não tinha hipoclorito de potássio para o tratamento da água. De imediato, o "boato" se alastrou com os seus vício, dizendo que a EPAL perdeu capacidade de adquirir os produtos para o tratamento da água, Em reacção, o seu porta-voz veio a publico declarar que eram falsas as informações que davam conta da falta de hipoclorito de Potássio, vulgo cloro, porquanto a situação da água turva que corre nas torneiras, é por culpa das chuvas que estão a arrastar as lamas para até as suas estação de tratamento e era a situação real da águas.

A emenda veio pior que o soneto' porquanto, nos últimos dias no percurso do caudal dos rios que abastecem Luanda e na própria capital, tem estado a chover e ninguém se lembra ter ocorrido tal situação que colocava em causa a qualidade da água que vem das torneiras de Luanda. Como é óbvio, a especulação adensou mais, porque a agua, para alem de chegar turva, também apresentava um cheiro pouco comum e muitos que a usaram, dizem que estava a sentir comichão. Porem, o mais agravante, é na periferia onde não existe canalização de água e que os populares são abastecidos com cisternas, dizem que as aguas que os camiões trazem para comercialização como sendo potável, só serve mesmo para usar para a limpeza, porque é de cor castanha. Tanto é que os populares, estão a recusar-se comprá-la, por não acreditarem que seja mesmo para consumo humano. Verdade ou mentira as historias que se contam nestes dias sobre a água, uma coisa é certa, está a ser apresentada com características dúbias, o que inclusive leva a população a desacreditar na informação oficial, já que os factos falam por si.

9 GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Criminalidade atormenta moradores

Novo Jornal

19 De Fevereiro de 2015

Texto: Isabel João

Os munícipes dos bairros da Cuca, Nocal, Kwanzas, Ossos, Hoji-ya-Henda, e Vila da Mata, no município do Cazenga estão preocupados com o aumento da criminalidade naquela zona e acusam o Comando da divisão do município, Manuel Gonçalves, de nada fazer para combater o flagelo.

Os moradores dizem que a onda de criminalidade se tornou insuportável há mais de seis meses e, mesmo com as reclamações feitas às esquadras de polícia, nada tem sido feito.

Raul André, morador do bairro da Vila da Mata, afirma que existe na zona uma esquadra e que os moradores não sabem a razão da sua existência. "Não sabemos para que é que temos aqui uma esquadra porque não sentimos a presença da polícia. Pessoalmente já fui três vezes à esquadra apresentar queixa e nada foi feito. Às vezes só vemos polícias na estrada, não sabemos qual é o trabalho que o comandante da divisão e os seus efectivos fazem", frisou.

"O Cazenga já foi um bom município para morar. As pessoas podiam passar a noite nos quintais e nada acontecia. Agora todos os dias há reclamações por parte dos vizinhos, relatos de mulheres violadas, cantinas assaltadas", lamentou, acrescentando que, com a situação económica actual que o País vive, as coisas estão a piorar.

Joana Torres viu recentemente a sua casa ser alvo de um assalto por quatro homens fortemente armados que levaram todos os seus haveres:

"Não queria acreditar no que estava acontecer, todos eles com armas na mão, o pior só não aconteceu porque o meu marido, que é militar, teve calma. Eles faziam-se acompanhar de uma viatura de marca Hiace em que colocaram todas as coisas. Apresentei queixa e até ao momento não há uma resposta por parte da polícia".

De acordo com a moradora, no dia em que foi apresentar queixa, o agente que a recebeu mostrava sinais de embriaguez. "É muito triste um agente da polícia no local do serviço bêbado, o homem mal

conseguia manter-se em pé. Depois de mais de 30 minutos de espera, é que apareceu um outro agente que registou a denúncia."

Já Dinis Feliciano, que vive há 23 anos no bairro dos Kwanzas, afirma que o seu filho, de apenas 14 anos, deixou de frequentar as aulas no período nocturno por causa da criminalidade. "Deixou a escola por causa dos assaltos que vinha sofrendo quase todos os dias. Na altura, a direcção da escola contactou a esquadra, que não deu resposta à situação. As aulas começaram agora e vários alunos já foram assaltados".

Questionado sobre o funcionamento da Brigada Escolar, o homem de 48 anos disse nada saber. "Nunca vi aqui no bairro a Brigada Escolar, e não sei se na realidade existe e, se existe, é só mesmo na cidade", disse.

"A polícia tem sempre desculpas para tudo, nós não sentimos a presença dela aqui. O comandante da divisão tem conhecimento disso e não reage", acrescentou.

Francisco Mendes, morador do bairro do Hoji-ya-Henda, contou que nos últimos tempos o desespero tomou conta de vários munícipes, por causa do "sentimento de impunidade que se apoderou" das pessoas. Os moradores têm receio de apresentar queixa contra os criminosos, temendo retaliações.

"A policia prende e depois de algumas horas são soltos, e justificam que foram soltos por orientações do Ministério Público o que muitas das vezes não corresponde à verdade", lamentou.

"Apresentar queixa acaba por ser um acto de elevado risco. Já não temos confiança na polícia e perdemos a coragem de ir participar porque eles não fazem nada para diminuir a onda de assalto que ocorrem no município", disse a nossa fonte, que vive no bairro há 17.

Os moradores vão mais longe ao afirmar que o "vício" do dinheiro por parte de alguns agentes de ordem pública que prestam serviço naquelas paragens "tem falado mais alto": "Hoje a policia já ganha bem, não sabemos como é que eles continuam a fazer isso, manchando a própria imagem da corporação. Muito deles deveriam ser expulsos".

Os moradores dão a dimensão da gravidade do fenómeno, ao notar que os assaltos não ocorrem apenas durante o período nocturno. Sucedem em pleno dia, com maior incidência durante a tarde.

Todas as tentativas de contacto com o comandante da divisão da Polícia Nacional no município do Cazenga, Manuel Gonçalves, no sentido de obter uma reacção às queixas dos moradores foram em vão.

10 AMBIENTE

10.1 Khoisan precisam de ajuda alimentar

Jornal de Angola

3 De Fevereiro de 2016

Texto: Nicolau Vasco

Cerca de oito mil membros da comunidade Vassequel, que habita no sul da província do Cuando Cubango, registam uma acentuada escassez de alimentos, como resultado da estiagem que assolou a região em 2015 e das queimadas das florestas que destruíram a maior parte das árvores de frutos silvestres, principal fonte de alimentação dos Khoisans.

O soba dos Vassequeles que habitam na aldeia de Ntomba, a 175 quilómetro da cidade de Menongue, Fernando Cambinda, de 76 anos, explicou que as queimadas e a seca prolongada que afectou a região sul da província destruíram as poucas culturas que possuíam e retardou o florescimento das árvores de frutas, o que está a provocar no seio da comunidade uma procura por alimentos nunca antes vista.

Fernando Cambinda disse que a maior parte das pessoas, para sobreviverem, abandonaram as suas aldeias e andam perdidas nas matas, onde realizam actividades de caça e recollecção de frutos silvestres e, apesar da fome severa que está a assolar os Khoisans, ainda não há relatos de mortes.

" Este período do ano, já teríamos frutas em grande quantidade para a nossa alimentação, mas, por causa das queimadas e da chegada tardia das chuvas, muitas destas árvores silvestres floriram tarde, excepto as de maboque, que existem em pequenas quantidades e que têm ajudado a fome" frisou Fernando Cambinda. Fernando Cambinda disse que além da alimentação e medicamentos, as necessidades vão do vestuário, calçado, cobertores, tendas, sementes e instrumentos de trabalho, até charruas e gado de tracção animal, com vista a dinamizar a agricultura familiar.

O soba dos Vassequeles sublinhou que, há cerca de quatro anos, o Governo da província iniciou um programa de socialização das comunidades Khoisans dispersas um pouco por toda a região do Cuando Cubango, agrupando-os em aldeias, onde eram colocados alguns serviços sociais básicos, como escolas, postos de Saúde, furos de água e fornecimento de alimentos, mas, desde então, tudo voltou à estaca zero. Para responder ao grito de

socorro das comunidades Khoisans (Vassequeles), um grupo de empresários locais doou, nas localidades do Mbundo, Ntomba, Mambanda, um total de três toneladas de produtos diversos, para beneficiar cerca de 200 pessoas.

Entre os produtos entregues constam 170 litros de óleo de cozinha, vinte sacos de roupa usada, 60 pares de calçado, 16 sacos de arroz, vinte de fuba de milho, 12 sacos de sal de 25 quilogramas, dez caixas de massa alimentar e utensílios de cozinha, como baldes, bacias, canecas, uma iniciativa das empresas Fratchicote e Mingas e Filhos. Francisco Chicote, responsável da empresa Fratchicote, disse que os bens de primeira necessidade foram adquiridos com fundos próprios, em parceria com a Minga e Filhos, com o propósito de responder ao grito de socorro da administração comunal do Caiúndo, que apelou à sociedade para ajudar este grupo vulnerável. O empresário disse que as condições constatadas no terreno não são boas, as pessoas alimentam-se de maboque e de ervas confeccionadas sem óleo alimentar e como resultado o grau de subnutrição entre os membros da comunidade é muito grande, pelo é urgente o envolvimento de toda a sociedade, sob pena dos Vassequeles estarem em vias de extinção. A empresária Domingas Cassanga, da empresa Mingas e Filhos, assegurou que vai procurar mobilizar mais ajudas em alimentos, vestuário, medicamentos, utensílios de cozinha, porque o que observou é muito grave e as pessoas não podem mostrar-se alheias a esta realidade dos Khoisans.

10.2 INAMET esclarece causas das fortes chuvas no país

Jornal de Angola

6 De Março de 2016

O impacto do fenómeno El Nino em Angola está na base das chuvas intensas e frequentes que se registam em várias regiões do país, refere um comunicado de ontem do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET).

O El Nino, fenómeno oceano-atmosférico que ocorre na região equatorial do Pacífico, afecta a circulação geral da atmosfera, com forte impacto sobre as precipitações, o que provoca inundações em algumas áreas e seca noutras.

O comunicado do INAMET afirma que "na presente época chuvosa os países da África Austral situados na zona central e sul ressentem-se da seca e os mais a norte da sub-região" são atingidos por chuva intensa.

O documento sublinha que as inundações em algumas zonas do país resultantes dos transbordos de rios e chuvas intensas devem-se ao El Niño. No sul, onde a chuva começou mais tarde e surgiu após longo período de estiagem, registam-se desde Dezembro do ano passado, excepto no Cuando Cubango, precipitações significativas.

O comunicado do INAMET revela, com base em dados da Agência Americana para a Administração dos Oceanos e da Atmosfera, que foi em 1950 que se verificou dos mais fortes ciclos do El Niño. Os registos dos dados climáticos mostram semelhanças entre o actual ciclo e os registados entre 1996 e 1997 e 1982 e 1983.

10.3 Ruas continuam inundadas no Cazenga

Jornal Grandes Noticias
6 De Fevereiro de 2016

Em algumas ruas dos bairros do Asa Branca, dos Kwanzas, Terra Vermelha, Frescangol, Borracheira e Kalawenda, para além do acesso ao hospital municipal do Cazenga, encontram-se esburacadas e principalmente alagadas pelas chuvas que caíram durante a semana passada.

Os moradores, insatisfeitos com a situação que vivem há quase oito anos, procuraram o jornal Grandes Noticias para desabafar:

Miguel Quimpala, de 47 anos, enfermeiro numa clínica na Mutamba e morador do bairro da Borracheira há quase vinte anos afirma: "Eu tenho um grande quintal, mas quando chove tenho que deixar a viatura em casa e andar de táxi. Se a chuva me apanhar no serviço fico mais inquieto ainda porque sou obrigado a deixar o meu carro na estrada principal, a uma distância de 400 metros, tirar os sapatos para pisar na lagoa e conversar com o segurança de um armazém para controlar a viatura. Mesmo que não tenha dinheiro na hora, porque uma vez deixei o carro na estrada por causa da chuva e os marginais partiram o vidro e roubaram-me o reprodutor. Precisamos de ajuda com urgência porque estas lagoas estão cada vez mais a fazer buracos profundos e sempre que passa um camião as águas entram nos quintais".

Por outro lado, Orlindo André, de 23 anos, morador da rua do buraco, comuna do Hoji-ya-Henda, no Cazenga, há nove anos, reclama que "o problema das lagoas nas nossas ruas é um caso que devia ser resolvido pela administração com o apoio dos moradores do Cazenga, ou seja, é um problema

conjunto, mas nunca vimos o apoio do administrador, nem sequer da comissão de bairro. Fizemos uma contribuição o ano passado e colocamos um entulho no local que tem inundado, mas nem com isso deu certo. Se a administração desse pelo menos uma motobomba para cada rua que tem tido enchentes sempre que chove, já seria bom para nós", disse Orlindo.

Além das águas nas ruas que fazem com que os moradores saiam de casa para irem trabalhar de galochas (botas de chuva), levando consigo os sapatos nas sacolas para posteriormente usarem, há ainda aqueles quintais que ficam bastante alagados. Moradores usam baldes e bacias para tirarem as águas dos quintais para as ruas, aumentando assim o volume de águas nas chamadas vias secundárias. Em muitas destas vias já não passam carros. Como disse o senhor Miguel, "somos obrigados a deixar os carros na estrada principal mas se não tiver um segurança que controla, corremos o risco de sermos assaltados".

Mestre Papi, de 54 anos, salienta que é relojoeiro. Trabalha num espaço que montou na rua do prédio, na comuna do Hoji-ya-Henda, mas com água por todos os lados não consegue trabalhar. Quando a chuva invade a rua, a sua barraca de reparação de relógios não resiste. No dia que caiu a primeira chuva, estava no mercado a comprar material e quando regressou, encontrou artigos dos clientes na água.

Neste momento tem dívidas com a sua clientela e está a procura de um outro espaço para montar a sua relojoaria.

Chuvas podem trazer doenças

Manter a higiene nas casas é um dos factores para fazer com que a família permaneça saudável. Mas com as chuvas, a situação não é tão estável, o risco de contrair doenças é maior.

Estudos mostram que o paludismo, a malária e a cólera são as doenças que mais afectam a população em tempos de chuva. Victória Cambuanda, chefe da repartição da Saúde de Luanda, dizia numa entrevista que "chuvas podem trazer doenças" devido à falta de saneamento que se regista em Luanda, nomeadamente a cólera. Victória Cambuanda alerta: "se está situação ocorrer, estamos preparados para combater; temos dois centros de tratamento da cólera, um na Samba e outro no Sambizanga".

As zonas periféricas são as mais afectadas pelas doenças em tempos de chuvas, por causa da falta de saneamento básico. Especialistas ainda alertam que os

charcos de águas nos quintais, nos arredores das residências e nas ruas provocam o nascimento de mosquitos, que podem causar paludismo e malária. Muitas crianças e adultos andam descalças em águas paradas e sujas provocadas pelas chuvas, que podem trazer a cólera. Uma doença infecciosa, aguda e contagiosa causada por uma bactéria, o *vibrio cholerae*, é frequente em áreas com condições péssimas de saneamento básico.

10.4 Xurrada deixou Luanda intransitável

Jornal Folha 8

6 De Fevereiro de 2016

A capital do país acordou inundada no passado dia 03.02.16, face às enxurradas ininterruptas que se abateram sobre ela, durante dois dias.

Segundo Faustino Minguês, porta-voz do comando provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), as chuvas que caíram sobre Luanda, durante 24 horas ininterruptas, inundaram duas mil e 249 residências, duas escolas e um centro de saúde privado.

Para o mesmo, o município mais afectado foi o de Viana com 978 casas inundadas com destaque para os bairros da Regedaria, Km- 9 e 12, zona A e B, Mulenvos de cima e de baixo e transbordo do canal do Kicuxi. Falando à imprensa, Minguês tranquilizou os luandenses, alegando estar em marcha os trabalhos de secessão das águas no interior de residências e ruas, abertura de valetas de forma a permitir o escoamento, limpeza de valas de drenagem, sarjetas e retirada resíduos sólidos. Estão a ser, igualmente, realizadas campanhas de sensibilização e mobilização das comunidades, sobretudo da zona periférica da capital, sobre como devem se proteger em caso de inundações e evitar doenças causadas pelas chuvas. No caso vertente, o mesmo referiu que na sequência das chuvas, o município do Cazenga registou sérias inundações nos bairros Calawuenda, rua Rei Pelé, bem como o transborde da bacia do grafanil. Já no distrito urbano do Kilamba-Kiaxi, as inundações destacam-se nos bairros: Neves Bendinha e Palanca, enquanto no Sambizanga, as zonas mais afectadas são os sectores da Frescura, Soares da Costa e imediações da Cimangola.

As enxurradas, segundo aquele responsável do SNPCB, não provocaram perdas humanas, mas causaram, para além de inundações de residências e hospitais, enormes dificuldades de circulação em diversas vias secundárias e terciárias de vários distritos e municípios na Metrópole.

10.4 Governador fornece meios de sucção das águas

Jornal de Angola

10 De Fevereiro de 2016

Texto: Nilza Massango

As bacias de retenção do município de Viana vão ser transformadas em, Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), uma solução que dá resposta a problemas de inundações e mortes por afogamento, principalmente de crianças que insistem em frequentar as zonas de risco. A informação foi avançada ontem pelo governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, depois de visitar algumas zonas afectadas pelas chuvas e constatar a realidade das bacias de retenção do Quilómetro Nove e 25, Porto Seco e da Cadeia de Viana. "Vim prestar a minha solidariedade aos sinistrados das chuvas. Não tive oportunidade de constatar tudo, mas recebo informação de haver escolas, ruas e centros de saúde, muitos dos quais privados, inundados, e também muitas casas debaixo de água, em número de cerca de três mil", disse Higinio Carneiro, acrescentando que, na qualidade de governador da província de Luanda, não podia ficar indiferente à situação.

"Temos o apoio do empresário Leonel Pinto, que coloca à disposição bombas de sucção de alta capacidade e 15 viaturas, que vão ajudar a minorar o problema das inundações", acentuou o governador. Após ter visitado Viana há oito dias, Higinio Carneiro voltou ao município para constatar a situação em que se encontra a população na sequência das inundações resultantes das chuvas que caem sobre Luanda. O governador provincial anunciou que uma empresa de consultoria vai ser contratada para apresentar um projecto às autoridades competentes relativo à transformação das bacias de retenção em estações.

A bacia de retenção do Quilómetro Nove, mais conhecida como "Lagoa do Coelho", já fez várias vítimas mortais por afogamento, principalmente crianças que brincavam no local. A vedação que existe foi rompida. Uma das orientações deixadas por Higinio Carneiro à Administração Municipal de Viana, como solução imediata, consiste na reposição da vedação e a instalação de segurança policial no local.

As famílias e comissões de moradores, o governador da província de Luanda pediu mais zelo de modo a evitar que as crianças frequentem o local. O problema da conduta rebentada da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) no recinto da Cadeia de Viana e que inundava os bairros adjacentes, há mais de um ano, foi solucionado. O administrador adjunto de Viana para a área Técnica e infra-estruturas,

Crisóstomo Martinho, explicou que a bacia de retenção da Cadeia de Viana recebia águas pluviais e da conduta rebentada da EPAL, o que provocava as inundações nas zonas adjacentes. Crisóstomo Martinho explicou que as bacias de retenção são soluções temporárias criadas para a drenagem das águas pluviais da estrada Viana-Luanda. "A ideia é reter a água para evitar inundações enquanto se equaciona uma solução definitiva", disse.

Requalificar o mercado

O Mercado do Quilómetro 30 vai ser requalificado em vez de ser transferido para uma outra área, como se pensava. O anúncio foi feito também ontem pelo governador provincial, depois de ter visitado o local, considerado o maior abastecedor de Luanda. Hígino Carneiro disse que podem ser criadas melhores condições, enquadrando de forma organizada as pessoas, que devem ser distribuídas por secções. O mercado, acrescentou, deve ter água, energia, segurança, a via de acesso com condições para o trânsito automóvel, parque de estacionamento e um controlo maior das pessoas que circulam diariamente no local.

Campanha da febre-amarela

O governador da província de Luanda informou que em Viana, município com 1,6 milhões de habitantes, apenas 200 mil estão vacinados contra a febre-amarela, um número considerado "insatisfatório" por Hígino Carneiro e por Mateus Neto, director municipal da Saúde do município de Viana.

Para a campanha de vacinação contra a febre-amarela em Viana, foram criados 24 postos distribuídos pelos bairros que integram o município. "E preciso fazer mais do que tem sido feito, devido ao número de pessoas que Viana tem", declarou Hígino Carneiro. Quanto a denúncias de haver pessoas a venderem vacinas, o governador da província de Luanda disse que foram tomadas medidas em conformidade. "Ainda ontem, recebi uma denúncia de que uma senhora no Sequele estava a cobrar por vacinas. Já foram tomadas medidas", concluiu. O director municipal da Saúde de Viana, Mateus Neto, disse que a campanha continua e estão a ser criadas mais equipas para trabalhar em escolas, igrejas e outros locais definidos pelas comissões de moradores. A principal preocupação tem a ver com o abastecimento das vacinas que tem de ser um dia antes da vacinação. Mateus Neto frisou que existem equipas de vacinação que trabalham além das 15 horas e reconheceu que o número de pessoas vacinadas até ontem ainda está aquém do número total de habitantes do município.

10.6 Ambiente e PNUD assinam memorando

Jornal de Angola

12 De Fevereiro de 2016

Texto: Manuela Gomes

O Ministério do Ambiente e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assinaram ontem, em Luanda, um memorando para a implementação do Projecto de Resiliência às alterações climáticas na bacia hidrográfica do rio Cuvelai, informou em comunicado ministério.

Orçado em mais de oito milhões de dólares, o projecto, denominado "Promoção de Desenvolvimento Resiliente ao Clima e Reforço da Capacidade de Adaptação para Suportar os Riscos de Desastres na Bacia Hidrográfica do rio Cuvelai", tem como objectivo o desenvolvimento de acções para a redução das vulnerabilidades relacionadas com as alterações climáticas que enfrentam os habitantes daquela área.

A ser executado num período de quatro anos, o programa envolve acções como a transferência de tecnologias apropriadas, a instalação de um sistema de alerta rápido, bem como a formação e capacitação no âmbito do sistema de alerta, no que respeita a fenómenos de seca e inundação.

O reforço da capacidade humana institucional, no âmbito da protecção civil, para diminuir o risco a que estão expostas as comunidades, o aumento da compreensão da adaptação às alterações climáticas e das práticas de planeamento de desenvolvimento resiliente ao clima, são também acções a ser desenvolvidas.

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, disse que o projecto dá resposta a um problema específico que, ciclicamente, tem afectado a qualidade de vida dos habitantes da província do Cunene.

"Esta acção representa os esforços do Governo angolano para enfrentar os efeitos resultantes de fenómenos climáticos".

O Executivo, sublinhou Fátima Jardim, tem desenvolvido programas e aprovados vários diplomas para fazer face às alterações climáticas, particularmente na seca na província do Cunene. O projecto vai também dar resposta aos esforços e outros serviços levados a cabo por outros sectores na província do Cunene no que respeita ao combate à seca e à desertificação, concluiu Fátima Jardim.

"Queremos, de forma activa, participar nos esforços já desenvolvidos de ajuda à população do Cunene. Pensamos que este projecto a ser desenvolvido na Bacia Hidrográfica de Cuvelai será um grande salto aos esforços nacionais e internacionais", disse.

Para Paolo Balladelli, coordenador do PNUD em Angola, o referido projecto não só vai ajudar na mitigação dos efeitos decorrentes de fenómeno ligados às alterações climáticas, como também vai ajudar na diminuição da pobreza, particularmente das comunidades camponesas, que vão poder ver desenvolvidos os seus projectos.

Os camponeses, disse, vão poder ter maior capacidade de resiliência e informação de como podem adquirir mais rendimentos com o seu trabalho, mesmo com os efeitos das alterações climáticas. Paolo Balladelli considerou que a implementação deste projecto mostra, mais uma vez, os esforços do Governo angolano recentemente assumidos na Conferência de Paris, onde vários países se comprometeram a juntos trabalhar no combate às alterações climáticas a nível global.

Na Conferência de Paris, em Dezembro de 2015, representantes de 195 países disseram "sim" a um novo tratado internacional, que envolve todas as nações num esforço colectivo para tentar conter a subida da temperatura do planeta a 1,5°C.

10.7 Bom dia, senhor governador

Jornal Manchete

12 De Fevereiro de 2016

Senhor governador, o termo Luanda faz-me lembrar um ritual místico, espiritual e secreto, realizado por certos sujeitos com poderes de "belzebu". Senhor General, "Luanda" significa lugar de práticas obscuras. Portanto, nesse local os feiticeiros traçam estratégias, invocam espíritos de antepassados, promovem cruzadas de ritos, provocam epidemia, criam mortes e prendem almas de alguns aldeões... Todavia, os actos executados "no" «Luanda» são rigorosamente ocultos podendo saber apenas os "NGANGA" ligados ao projecto. Para ser mais preciso Luanda significa "local de muito feitiço". Em Kicongo, por exemplo, Luanda representa "bater" em alguém...

Assim, os efeitos desta manifestação tradicional e clandestina são tão alvoroços que até a aldeia afectada entra quase em estado de sítio. Contudo, na perspectiva costumeira quem entra numa empreitada "do" «Luanda» é um homem bem preparado, confiante e merecedor. Acreditamos nós, que Luanda

de Paulo Dias de Novas, Luanda nome dado pelos Bacongos do Nzeto, enquanto metrópole de várias gerações e sensibilidades, Luanda moderna e globalizada, está desfeita de pendor tradicional que atenta a dignidade da pessoa humana. Senhor General, Luanda fez mais um ano de existência cheirando mal, rodeado de um património chamado lixo.

Com essa resenha cultural sobre o termo Luanda, aprez-nos dirigir-lhe palavras que fazem transbordar na alma de vossa excelência um espírito de audácia e de patriotismo. Porque em nosso entender só um patriota, pode governar as ansiedades dessa província e as suas "Malamba". Entretanto, kyanda capital da República de Angola é, de facto, um campo muito espinhoso que se assemelha a «Luanda» de rituais. Vamos aos factos:

LIXO: é hoje o principal "kingulungomba" (inimigo) do povo luandense. O lixo de Luanda tem vida, tem ambições, tem sorte, tem vaidade e se constitui em coligações. É um ser humano com várias aptidões que nenhum governador poderoso foi capaz de derruba-lo.

2-A ÁGUA: é uma senhora desenhada nos humildes lares dos "luandinos". Ela é um recurso rebelde do tipo selvagem, que todos governadores que passaram por Luanda se molharam sem nunca terem tempo de saírem com a roupa e o corpo seco.

3-A LUZ ELÉCTRICA: todos os antigos governadores de Luanda, excepto Aníbal Rocha, nunca viram o corpo real nem o verdadeiro rosto de Luanda... Nenhum deles um dia importou-se em ligar a lâmpada para ver o mistério profundo da kyanda.

4-A DELINQUÊNCIA: nós morremos em cada esquina de Luanda. "Nós morremos as mil mortes todos os dias". A delinquência é um património herdado de mentes fracassadas. É um legado que se escreve com sangue nos vários guetos de Rwanda, aliás Luanda. Vivemos por um pedaço de sorte! Os "viajante-governadores" sempre pensaram que combater a delinquência era a mesma coisa que tocar na lua. De qualquer das maneiras, Luanda não é Sodoma, não é Gomorra, não é Babilónia e muito menos Torre de Babel. Mas, quem acha que não é Congo está enganar a sua alma...

Há pessoas muito liberais que são apologistas, de que Luanda é um «cemitério dos políticos». Essa a afirmação é motivada, por facto, de ser a única parcela do território angolano difícil de dirigir. A frase é atribuída a um experimentado homem da política angolana que solta ao ar no seu dia-a-dia palavra bastante ousadas. Contudo, eu acho que se

alguém é nomeado, a governador de Luanda não poder dar-se o luxo de trazer apenas uma "cabeça e um coração", sob pena de os mesmos servirem apenas os eventos contratuais de índoles privados.

Parece-nos que o senhor general Francisco Lopes Carneiro, Governador da província de Luanda é um homem que quer ser fiscalizador e que se propõe a jornadas no seu período laboral, quer ser líder no sentido lato do termo, quer cumprir com a sua obrigação e fazer cumprir... já há sinais de uma liderança eficaz. Certas pessoas dizem que alguns aglomerados de lixos das proximidades do asa branca, dos kwanza, os da Viana, os da padaria, da GAMEK, e de outras artérias da cidade já começam a ser cuidadosamente removidos para fora do convívio humano. Sim! Reponha nossa dignidade senhor governador! O lixo desprestigia qualquer povo, o lixo é vector todo mal, o lixo é inimigo da vida, lixo mata!

O Senhor Higino Carneiro soltou atmosfera luandense vários recados avulsos, cujos destinatários suspeita fingirem não terem ouvido. O Governador disse que os seus colaboradores que passam nos gabinetes com a janela aberta a verem o sol passar, deverão colocar os cargos a disposição. O que quer dizer que dentro de poucos dias os directores de "mão nos bolsos" serão imediatamente e onerados para dar dignidade a imagem de Luanda e dos seus habitantes. Para mostrar que as suas palavras não voam para qualquer céu, está a visitar e a radiografar vários municípios. Em se discursos assinala-se fortes apelos que se transformam no triângulo coerente Autoridade! Trabalho! Disciplina! Há uma incrível admiração pelo governo e um manancial de fé a brotar I seio dos moradores. Quando um povo deposita esperança a um líder e fé em suas veias convicções próprias, líder em causa se enche de rigor e trabalha com vigor. Mas, eu dirigir mesmo o povo está eufórico, está com um entusiasmo nas alturas e pensa que Higino Carneiro é o Moisés que nos salvará do lixo, que nos dará água, fará Luanda do abismo para a luz e que vai odiar a delinquência em todas as facetas.

10.8 Chuvas fortes deixam rasto de destruição em Luanda e Cuanza-Norte

Jornal A República
12 De Fevereiro

As chuvas fortes dos últimos dias provocaram inundações em milhares de residências nas províncias de Luanda e do Cuanza-Norte. Centenas de pessoas ficaram desalojadas.

Escolas e centros de saúde também ficaram alagados. As chuvas fortes dos últimos dias deixaram um rasto de destruição em muitas zonas da província de Luanda.

O município de Viana, a 20 quilómetros da capital angolana, é o mais afectado: "Há muitas inundações em escolas, centros de saúde privados, ruas e cerca de três mil residências", informou o governador Higino Carneiro numa visita a Viana esta terça-feira (09.02).

"Além de constatar a situação, vim deixar algumas decisões no terreno e solidarizar-me com os sinistrados", disse à imprensa. Carneiro adiantou que foram entregues à administração do município 15 viaturas cisterna e bombas de alta capacidade para a sucção das águas.

Chuvas no Cuanza-Norte

A cerca de 200 quilómetros de Luanda, a capital da província do Cuanza-Norte, Ndalatando, também tem sido atingida pelas enxurradas. Dezenas de residências foram inundadas. Mais de 170 famílias ficaram ao relento, de acordo com dados provisórios dos serviços de Protecção Civil e Bombeiros. Muitos populares ficaram sem os seus pertences.

"Entrou muita água em minha casa. Toda a roupa, todas as coisas de casa estavam molhadas. Aqui, não há nada que esteja bom", afirmou a moradora Florinda Inácia Bartolomeu.

Chuvas fortes deixam rasto de destruição em Luanda e Cuanza-Norte

Aflito sem saber onde alojar a família, outro popular, João Francisco, clama por ajuda:

"Só salvei os meus filhos. A minha roupa estragou-se toda, as panelas e os baldes foram embora. Não sobrou nada. Não tenho meios e não sei onde vou ficar."

Além destas famílias, outros 110 habitantes do município de Samba Cajú, cerca de 100 quilómetros a leste de Ndalatando, também estão desalojados.

A Protecção Civil garante que as vítimas das inundações serão realojadas nos próximos dias. As autoridades do Cuanza-Norte reconhecem que o número de afectados pode ser muito maior. Por enquanto, estimam-se prejuízos de dezenas de milhares de kwanzas.

10. 9 Milhares de casas estão inundadas

Jornal de Angola

12 de Fevereiro de 2016

Texto: Nilza Mssango

A Comissão Provincial de Protecção Civil anunciou ontem, numa reunião realizada no Governo Provincial de Luanda, que 6.930 residências, 28 postos médicos e quatro esquadras policiais ficaram inundados, e dez famílias desabrigadas, como consequência das chuvas que assolaram a província de Luanda nos últimos dias.

Na reunião, presidida pelo governador da província de Luanda, Higino Carneiro, na qualidade de coordenador provincial da Protecção Civil, foram ainda apresentados como consequências das chuvas sete centros de saúde inundados, 78 casas em risco de desabamento, 23 casas que ficaram sem tecto e duas igrejas afectadas. Os municípios de Viana, Belas e Cacucaco foram os mais atingidos.

Higino Carneiro orientou as equipas de protecção civil a reforçar o trabalho para a gestão das consequências das chuvas em conjunto com a população, de modo a minorar os estragos. O comandante provincial da Protecção Civil e Bombeiros de Luanda, José Caculo, porta-voz do encontro, garantiu que todas as medidas estão a ser tomadas para minorar o impacto das chuvas, garantindo que as dez famílias desabrigadas no município de Viana já estão a ser assistidas, num trabalho desenvolvido pela comissão local de Protecção Civil.

José Caculo lamentou a morte de um cidadão no bairro da Boavista, distrito urbano do Sambizanga, município de Luanda.

O Comando Provincial vai reforçar o trabalho que está a ser feito pelas comissões de protecção civil para mitigar os efeitos e consequências das chuvas. Equipas da comissão de Protecção Civil trabalham na sucção das águas que inundam as várias residências e no desassoreamento das valas de drenagem para permitir que as correntes de água possam seguir o seu curso normal.

"O governador da província de Luanda e coordenador provincial da Protecção Civil está preocupado com a situação e convocou a Comissão Provincial de Protecção Civil para avaliar os prejuízos das chuvas que assolam a província de Luanda", disse.

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) prevê mais chuvas na capital do país. José

Caculo apela às populações para tomarem cuidado em tempo de chuva e evitarem contacto com postos de electricidade e o abrigo debaixo de árvores.

10.10 Chuvas desalojam famílias

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2016

Texto: Carlos Paulino

As fortes chuvas, acompanhadas de ventos, que se abateram nos dias 8 e 9 do corrente mês no município do Cuito Cuanavale, na província do Cuando Cubango, provocaram a destruição de 131 residências e o desalojamento de mais de 560 pessoas, que neste momento clamam por apoio urgente do governo, segundo um documento dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, tornado público ontem. As chuvas, lê-se no documento, causaram ainda a destruição de quatro igrejas, uma Católica, uma da IECA e duas da DELA, bem como originaram a propagação de ravinas, que ameaçam cortar a circulação nas vias Menongue/Cuito Cuanavale/Mavinga/Rivungo e engolir a pista do aeroporto local "23 de Março.

As chuvas provocaram igualmente o desabamento parcial do tecto da unidade prisional, da direcção municipal da Cultura e de uma escola em construção, de seis salas, assim como o ferimento grave a um cidadão de 60 anos, em consequências de em uma descarga atmosférica. Devido á gravidade da situação, uma delegação multisectorial, chefiada pelo vice-governador da província para os serviços técnicos e infra-estruturas, Joaquim Malichi, trabalhou, até ontem, no Cuito Cuanavale, para constatar os danos causados pelas chuvas e traçar medidas que visam, numa primeira fase, minimizar as dificuldades que as populações atravessam e fazer um trabalho paliativo para estancar as ravinas.

Administrador municipal, José Pinto Soares, disse que neste momento 16 bairros foram afectados gravemente pelas chuvas, com realce para Cambamba, Lumeta, Mbumda, Baixo Longa, Militar, Apóstolos, Cayoco, Liavela e Samaria. A Administração Municipal não tem condições financeiras e de logística para acudir os sinistrados deste fenómeno natural, que carecem, sobretudo, de apoio de chapas de zinco, bens alimentares e vestuário, tendo em conta que muitos perderam todos os seus haveres.

"Caso ocorrem mais quedas pluviométricas, a situação vai pior e muitas infra-estruturas sociais vão ser destruídas, sobretudo o aeroporto, o memorial que está a ser construído em homenagem aos heróis

da batalha do Cuito Cuanaval Maringa e Rivunga. José Pinto Soares fez saber que a Administração está a trabalhar no ateamento de uma área de 250 hectares, para a construção dirigida.

10.11 Chuvas destroem campos agrícolas

Jornal de Angola

14 De Fevereiro de 2016

Texto: Silvino no Fortunato

Cerca de 30 fazendas agrícolas do município de Cambambe, na província do Cuanza Norte, estão a registar perdas de plantações por causa das cheias provocadas pelas chuvas. O vice-presidente da União Nacional dos Camponeses (UNACA) em Cambambe, Daniel António, disse sexta-feira que a situação está a ser agravada pelo transbordo das águas dos rios Cuanza e Lucala.

As cheias afectaram o trabalho e 825 famílias camponesas agrupadas em mais de dez associações cooperativas, por terem as fazendas nas margens dos rios.

Em função desta situação, Daniel António salientou que a meta ia safra programada para o milho, banana batata-doce, mandioca, beringela, cana-de-açúcar, limão outros produtos estão comprometidos. Daniel António indicou que outras fazendas estão inacessível dado o mau estado das picadas e vias terciárias.

Moisés Cazua, membro da Associação Nova Vida, confirmou que os camponeses estão a perder cultivos, com destaque para a banana, e os citrinos. O agricultor Mateus Aberto, da cooperativa "Mãos Largas", considerou preocupante o feito das cheias e disse temer que e verifique carência de produtos. Segundo Alberto, alguns membros cooperativa consideram a hipótese de transferirem as culturas para regiões mais altas, de modo a evitarem as cheias. A maior parte dos diques encontra-se inoperante, o que dificulta o escoamento das águas dos rios, sendo urgente a reparação das represas.

10.12 Árvores resistentes a mudanças

Jornal De Angola

16 De Fevereiro de 2016

Um grupo de cientistas chilenos pretende criar uma geração de "árvores gigantes" resistentes aos efeitos das alterações climáticas. Se esta experiência de alcance mundial tiver êxito, as primeiras espécies podem ser comercializadas em 2019.

O director da linha de melhoramento genético do Centro de Estudos Avançados em Fruticultura (CEAF) do Chile, Felipe Gaínza, disse ontem que as "árvores gigantes estariam preparadas para enfrentar situações como a seca, diminuição do regime pluvioso e concentração em curtos períodos de tempo de ventos, geadas e tempestades, tudo isso como consequência do aquecimento global".

Os efeitos nefastos da mudança climática na produtividade frutícola associam-se fundamentalmente a manifestações do chamado "stress abiótico", como as inundações, as geadas e os solos ácidos. Além disso, os especialistas prevêem para 2050 uma drástica diminuição dos recursos hídricos, com prejuízos nefastos para a agricultura.

Pesquisadores do CEAF trabalham desde 2009 no desenvolvimento de espécies de árvores frutíferas resistentes às inclemências.

"Estamos concentrados em trabalhar as raízes, o programa está focado na obtenção de novos materiais vegetais para os porta-enxertos é um método de propagação artificial dos vegetais em que uma porção de tecido procedente de uma planta une-se sobre outra já assentada, de tal modo que o conjunto de ambos cresça como um só organismo. Os cientistas trabalham no desenvolvimento de novos porta-enxertos "que sejam uma alternativa aos que são utilizados vulgarmente, geneticamente obsoletos", explicou Felipe Gaínza.

Só na região chilena de O'Higgins, onde opera o CEAF, existem 25.684 hectares dedicados ao cultivo de pêssegos, nectarinas e cerejas, o que representa metade da superfície utilizada no Chile para estes cultivos. Estas são as espécies de árvores de frutas com caroço que os cientistas chilenos trabalham para fazê-las mais resistentes ou tolerantes a condições meteorológicas adversas. Para isso, os pesquisadores efectua uma análise molecular com o objectivo de observar como se expressam alguns genes perante estes problemas, afirmou o director interino do CEAF, Maurício Ortiz.

Estes estudos são realizados a nível fisiológico, para determinar "que mudanças são geradas dentro da planta", a nível anatómico, para conhecer as adaptações que gera perante as mudanças e, a nível de campo, para observar como se comporta no seu ambiente natural, indicou o especialista.

Em 2011, iniciaram o cruzamento de nove selecções de porta-enxertos de caroços de fruta a fim de fazê-los mais tolerantes às condições extremas.

10.13 Alterações Climáticas têm influência

Jornal De Angola

19 De Fevereiro de 2016

As quedas pluviais acima da média que se registam no país resultam das alterações climáticas que ocorrem no planeta, afirmou ontem, em Luanda, o comandante nacional do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, António Gimbe.

Em declarações à Angop, António Gimbe disse que o fenómeno não está a ser vivido apenas em Angola, mas em todo o planeta e o país deve estar preparado para enfrentar as suas consequências.

António Gimbe disse que o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) fornece diariamente ao Serviço de Protecção Civil e Bombeiros informações sobre as chuvas no país, o que permite trabalhar na prevenção. "Infelizmente, algumas vezes os nossos apelos são negligenciados e registam-se perdas de vidas humanas evitáveis", disse.

Ao Serviço de Protecção Civil e Bombeiros incumbe alertar a população para "adoptar medidas de autoprotecção, de garantia das suas vidas e de protecção do seu património e bens, por causa das calamidades naturais, como as chuvas, cheias ou secas."

Sobre a situação no Cunene, António Gimbe explicou que a província vem de uma situação de seca, até certo ponto cíclica. Presentemente, disse, regista já quedas pluviais. "A época de plantação agrícola começou há algum tempo no país e as chuvas só agora começam a cair, o que vai afectar a segurança alimentar dessas populações, mas o Governo tem trabalhado e mobiliza apoios junto da sociedade para acudir à população do Cunene".

Relativamente a Luanda, o comandante nacional adiantou que hoje a grande preocupação dos Bombeiros em Luanda é a vigilância. "É preciso perceber Luanda e as suas redes técnicas, os serviços técnicos, a construção em áreas de risco, as fontes e vias de evacuação das águas pluviais e de toda uma rede de esgotos que está obstruída, devido à cultura das pessoas que vivem na cidade e, por isso, todos devem contribuir para a solução desses problemas", referiu. Quanto à situação na zona do Coelho (Quilómetro Nove), em Viana, António Gimbe disse tratar-se de uma questão de natureza técnica e os engenheiros têm de encontrar soluções, uma vez que ali existia uma via pluvial

e foi criada uma bacia de retenção de águas. "Com as cargas pluviais que a província de Luanda tem recebido, a bacia necessita de uma via de escoamento, pois a água ali retida devia ser usada para outros fins, mas devido às chuvas ela hoje transborda e os engenheiros devem achar uma solução."

Uma equipa técnica multisectorial, composta por especialistas do Governo da Província de Luanda, do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA), da administração local e dos bombeiros, começou a intervir ontem na zona do Coelho para diminuir os níveis de água naquela zona, com realce para a bacia de retenção.

Situação no Lobito

A Comissão Municipal de Protecção Civil no Lobito foi apresentada ontem. Supervisionada pelo administrador municipal do Lobito, Alberto N'gongo, a comissão é coordenada pelo administrador adjunto para a área Técnica, Jones Dalton de Carvalho e integra a administradora adjunta para a área Económica e Social, Maria Kalesso.

A comissão é integrada ainda pelo comandante municipal dos Bombeiros, Martins Gabriel Jamba, director da Saúde, Joaquim Zeferino, administradores comunais e coordenadores de zonas.

Os últimos dias têm sido marcados por chuvas intensas que têm criados grandes transtornos.

10.14 Autoridades remedeiam inundações no Coelho

Novo jornal

19 De Fevereiro de 2016

Os automobilistas que circulam na rota Luanda-Viana, pela Avenida Deolinda Rodrigues, viveram momentos de sufoco na via, devido a uma enchente de água proveniente da vala do Coelho inundada há mais de uma semana.

As autoridades procuram dar solução ao problema, desde terça-feira, 16, puxando a água do canal com 20 camiões-cisternas que transferem o líquido para as sarjetas do Grafanil.

Os automobilistas enfrentaram até quarta-feira, 17, engarrafamentos sem fim, devido à água que cortava o trânsito, na zona do KM 9, em Viana, deixando as viaturas paradas na via por longas horas. Para Miguel Bernardino, aquele trajecto é o seu único caminho para chegar a casa e a inundação da estrada complicava-lhe ainda mais a vida.

"Passo por aqui todos os dias, e durante esta semana não tem sido fácil. O trânsito começa a parar na Frescangol até aqui à área onde está a água. Dá para imaginar o terror que tem sido. Tenho de desligar o motor para não acabar o combustível", lamentava o condutor, que ia ao volante.

O condutor reclamou a "despreocupação" das autoridades face às enchentes, lembrando que a situação não é de hoje. "Todos os anos é a mesma coisa. Quando é que vamos ter as vias de Luanda boas?", interrogou o cidadão, que diz não sentir os efeitos do pagamento da taxa de circulação.

Outro motorista, Augusto Lopes Alves, que viu o filtro da sua viatura inundado, obrigando-o a deixar o carro parado no meio da água, reclamou dos eventuais danos provocados pela correnteza que engolia o asfalto. "Não entendo esta governação. Antes de começar a época chuvosa, este buraco já estava cheio e ninguém se preocupou em retirar a água. Agora, a vala transbordou, deixou a estrada inundada, agora vêm mentir que trabalham... ", resmungava o cidadão, visivelmente triste.

Fruto das enchentes, várias viaturas ficaram avariadas, tendo sido empurradas posteriormente, tal como presenciou a nossa reportagem no local. Um dos socorridos, tratar de uma situação de emergência, a administração optou por medidas paliativas para ajudar a com outros passageiros dentro, foi o taxista João Neves, que viu o seu azul-e-branco deixar de funcionar no meio da confusão. "O nível da água está muito acima e penetrou até ao filtro. Os passageiros vão apanhar um outro táxi", disse ao repórter do Novo Jornal".

Para João Neves, a água que invade neste momento o asfalto da zona do Coelho tem outras proveniências. "Na Comarca de Viana, há uma tubagem que rebentou e também está a mandar a água para esta vala. O governo deveria ir lá tapar a tubagem para se evitar o pior, caso volte a chover", sugeriu o cidadão, lembrando que a vala do Coelho é frequentada muitas crianças que lá vão pescar, cenário já reportado por este semanário em edições anteriores, retratando o perigo que essa representa.

Já Paulo Jorge, segurança de uma das empresas locais, testemunhou ter assistido a várias remoções de viaturas presas na água desde domingo passado. "Até quinta-feira, 18, já presenciei 11 viaturas a serem removidas no meio da água. Os "azulinhos" são os mais lesados", finalizou.

10.15 Projectos de defesa ambiental reduzem alterações climáticas

Jornal Economia e Finanças

19 De Fevereiro de 2016

Texto: António Eugénio

Cerca de 31,8 por cento da extensão territorial de Angola está sujeita a riscos climáticos com, a adopção do novo acordo climático, em Paris - França, Angola deverá integrar as alterações climáticas no desenvolvimento sustentável.

A informação foi avançada pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim, num comunicado tornado público em Luanda, prevendo que o ano 2016 se vislumbre como de grandes desafios na vertente das alterações climáticas.

Segundo a dirigente, a adopção do novo acordo global que obriga o sector na aplicação de novas estratégias para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa e o impacto das alterações climáticas no desenvolvimento.

Um factor que exige a disponibilização de mais recursos, afirmou que na sua contribuição nacional, que inclui a necessidade de altos valores para mitigar a extrema vulnerabilidade nas áreas suburbanas capacitação, adaptação, agricultura.

Assim como impactos nas zonas costeiras, uso de terra, gestão sustentável das florestas e ecossistemas, Angola, para desta forma dar cumprimento com as obrigações com a trajectória de crescimento e progresso para as novas gerações, afirmou.

Por isso, a partir deste ano vai se proceder o reajuste à estratégia nacional até aqui vigente e propor a criação de uma agência para o reforço da capacidade nacional, investigação, transferência de tecnologia, colaboração e apoio às iniciativas a serem financiadas no âmbito da mitigação e adaptação com projectos já identificados no plano de adaptação nacional.

Parceria com a FAO

Por outro lado, no ano em curso em parceria com a FAO, iniciará um projecto de resiliência climática nos sistemas de produção agrícola e apoio pastoril nas províncias do Bié, Huambo, Huíla e Malange, que se espera que possa ser desenvolvido em todo o país. Uma parceria que deve estender-se com programa das Nações Unidas para o meio Ambiente (PNUA), e dar início a um projecto de adaptação às áreas costeiras.

Está ainda previsto para este ano de acordo com a ministra no domínio das alterações climáticas, implementar o projecto de redução de queima da cobertura florestal e a diminuição do consumo de carvão da biomassa vegetal, com acções de fiscalização e educação para fortalecimento da capacidade de resiliência e novas práticas.

Assinatura

Recentemente a ministra do Ambiente Fátima Jardim e o coordenador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em Angola rubricaram um acordo para a implementação do projecto de resiliência às alterações climáticas na bacia hidrográfica do rio Cuvelai.

O projecto a ser implementado durante quatro anos, envolve acções como a transferência de tecnologia apropriada, a instalação de um sistema de alerta rápido, assim como a formação e capacitação no âmbito do sistema de alerta, no fenómeno de seca e inundações.

O reforço da capacitação humana institucional, no âmbito da protecção civil, e diminuir o risco em que estão expostas as comunidades, o aumento da compreensão da adaptação às alterações climáticas e das práticas de planeamento de desenvolvimento resiliente ao clima.

Com um orçamento avaliado em mais de oito milhões de dólares, o projecto denomina-se promoção de desenvolvimento resiliente ao clima e reforço da capacidade de adaptação para suportar os riscos de desastres na bacia hidrográfica do rio Cuvelai.

E tem como objectivo o desenvolvimento de acções para a redução das vulnerabilidades relacionadas com alterações climáticas que enfrentam os habitantes daquela área.

A ministra frisou depois da assinatura que o projecto dá resposta a um problema específico que, ciclicamente tem afectado a qualidade de vida dos habitantes do Cunene.

Já para Paolo Balladeli, coordenador do PNUD em Angola, o referido vai ajudar na mitigação dos efeitos decorrentes fenómenos ligados às climáticas, como também vai ajudar na diminuição da pobreza com destaque para as comunidades.

10.16 Habitantes transferidos para zonas seguras

Jornal De Angola

20 De Fevereiro de 2016

Texto: Armando Sapalo

Os habitantes dos bairros Aeroporto e Camaquenzo, no município do Chitato, cujas casas correm o risco de destruição pelas ravinas, vão ser transferidos para o distrito urbano do Mussungue, anunciou ontem o administrador local, Alberto Muquendi.

Os moradores já foram registados pela Comissão Provincial de Protecção Civil da Lunda Norte, para facilitar a transferência.

O administrador municipal anunciou a transferência, numa primeira fase, de 13 das 45 famílias do bairro Aeroporto, do Dundo, enquanto na zona do Salianuma estão registadas 30 habitações precárias construídas em locais de risco. Alberto Muquendi disse que é prioritária a mudança dos habitantes que se encontram mais expostos ao perigo.

Além de entregar lotes de terreno, a Administração Municipal, em coordenação com a Comissão Provincial de Protecção Civil, vai prestar apoio técnico à construção de novas habitações.

"Este problema social, provocado pela erosão dos solos, às vezes é resultante do comportamento das próprias pessoas", denunciou Alberto Muquendi.

Enquanto isso, trabalhadores afectos à Administração Municipal tomam medidas paliativas para travar o avanço das ravinas, que ameaçam destruir casas e infra-estruturas públicas, nomeadamente a pista do Aeroporto do Dundo. Alberto Muquendi referiu que uma das medidas encaradas para travar a progressão das ravinas consiste no domínio da circulação das águas pluviais até ao rio Cassamba.

Para o efeito, a Administração Municipal vai mandar construir a construção de habitações precárias nas proximidades das ravinas da periferia do Dundo e plantar árvores nesses locais, para consolidar os solos.

Solução definitiva

A solução definitiva do problema ficará a cargo de uma empresa especializada contratada pelo Governo da Lunda Norte.

O administrador do Chitato anunciou que os agentes de desenvolvimento comunitário vão realizar campanhas de informação junto da população do Dundo sobre os riscos da construção nas proximidades das ravinas.

Alberto Muquendi considerou que só uma fiscalização rigorosa por parte de agentes da autoridade municipal e Policial pode evitar a construção anárquica de casas.

10.17 Mitigar os danos da chuva

Jornal De Angola

20 De Fevereiro de 2016

Há muito que se fala sobre as consequências das alterações climáticas em todo o mundo e com particular incidência nos países em vias de desenvolvimento. Muitas dessas consequências são mais do que evidentes em muitas regiões do mundo, onde fenómenos naturais provocam grande impacto nas vidas das populações e das comunidades.

Vivemos tempos em que as chuvas constantes um pouco por todo o país obrigam a repensar determinados comportamentos e procedimentos que contribuem para acentuar a vulnerabilidade, fatalidade, danos nas famílias e nas comunidades. Sendo uma obra da natureza e atendendo à sua relevância nas zonas onde as chuvas desempenham o papel indispensável, temos de nos adaptar e contribuir para que sejam minimizados os seus danos. Nas últimas semanas, a frequência e intensidade das chuvas tem levado a uma pronta intervenção das autoridades ligadas ao Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), sob orientação do órgão de tutela e por extensão pelo Executivo, para actuar junto das comunidades. Há dias, o comandante daquele importante órgão lembrou que as chuvas frequentes registadas no país e tal como previstas pelo Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET), são também consequência das alterações climáticas registadas em todo o mundo.

E preciso que nos preparemos para minimizar os efeitos das chuvas, trabalhando muito na componente da prevenção para evitarmos perdas de vidas humanas e comportamentos de risco ao redor do meio em que nos encontramos ou pretendemos fixar-nos. Faz todo o sentido levar a sério o alerta segundo o qual "é preciso perceber Luanda e as suas redes técnicas, os serviços técnicos, a construção em áreas de risco, as fontes e vias de evacuação das águas pluviais e de toda uma rede de esgotos que está obstruída, devido à cultura das pessoas que vivem na

cidade e, por isso, todos devem contribuir para a solução desses problemas".

Não é justo reclamar por situações provocadas pelas enxurradas, mas agravadas pelas práticas negativas, oportunamente mencionadas acima, que não concorrem para que numerosos danos sejam mitigados.

Muitos dos danos provocados pelas chuvas que, segundo previsões, tendem a ser uma realidade quase que diária nestes dias de época chuvosa, se devem também à negligência e más práticas sociais. Não se pode incorrer em comportamentos que aparentam desafiar a força das águas, erguendo casebres junto das linhas de passagem das enxurradas, transformando as valas de drenagens em depósito de lixo, sobrecarregando os esgotos com resíduos, entre outras práticas. Para o sucesso das operações de prevenção acreditamos que é fundamental que as famílias estejam familiarizadas com informação e procedimentos a adoptar ali onde seja possível para reduzir o impacto do fenómeno natural. Em todo o país, a sensibilização para que as famílias adoptem procedimentos que salvaguardem as vidas e os bens tem de ser uma prática normal, embora o SNPCB continue a promover campanhas de sensibilização em todo o país. E tem sido visível o empenho das estruturas do SNPCB a nível nacional, provincial e municipal num momento em que se elevam os níveis de prudência e de prevenção contra as consequências das chuvas em todo o país.

E fundamental que as estruturas ligadas ao saneamento dos serviços comunitários e todo os seus parceiros arregacem "as mangas" nesta altura para que, com a ajuda das populações, consigam minimizar os efeitos das enxurradas. As operações de sucção de águas estagnadas nas vias estruturantes, no interior dos bairros e uma solução que viabilize a circulação de pessoas e bens sem grandes constrangimentos devem continuar com toda a força para bem das comunidades e das famílias.

Numa altura em que fenómenos como a seca e a desertificação ganham terreno por consequência das alterações climáticas em todo o mundo, esperemos que haja atenção por parte dos nossos camponeses relativamente às culturas a adoptar. Os tempos que correm implicam desenvolvimento de esforços para mitigar os efeitos das alterações climáticas, traduzidas nas chuvas incessantes verificadas nos últimos dias um pouco por todo o país. Muitas regiões do país, onde a época de plantação agrícola já teve início, correm o risco de ver a segurança alimentar das suas populações afectadas atendendo ao volume das cargas pluviais.

Acreditamos que os agricultores têm noção exacta da dimensão do problema que tendem a enfrentar, numa altura em que se impõe a necessidade de culturas adaptadas à intensidade das chuvas. Urge a construção de bacias de retenção das águas das chuvas para, contrariando o desperdício, venham merecer o devido tratamento para os mais variados fins. Não basta que as chuvas descubram muitas das fragilidades nas comunidades, mas é igualmente fundamental que consigamos fazer bom proveito das águas das chuvas, como sucede largamente nas zonas rurais. Para a frente, ficam desafios relacionados com a contínua prevenção, adopção de práticas que salvaguardem as vidas, sobretudo das crianças de tenra idade, dos bens nos momentos de chuva intensa.

10.18 Chuvas torrenciais causaram prejuízos

Jornal de Angola

21 De Fevereiro de 2016

O comandante do Cuanza Norte dos Serviços de Protecção Civil, sub-comissário João Cassua, afirmou sexta-feira, em Ndalatando, que 343 casas ficaram destruídas e 7.403 pessoas desalojadas em consequência das chuvas que se abateram sobre a província no período entre Janeiro de 2015 e Fevereiro deste ano. As chuvas provocaram ainda o aumento dos caudais dos rios Cuanza, Lucala, Capacala, Mucoso, Muembeji, Camungo e Catende.

10.19 Condições climáticas afectam milhões de angolanos

Jornal de Angola

24 De Fevereiro de 2016

Angola é o segundo país com maior necessidade de financiamentos para mitigar os impactos do fenómeno El Niño na África Oriental e Austral, informou segunda-feira o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

A agência especializada das Nações Unidas anunciou que precisa de cerca de 26 milhões de dólares para acções humanitárias em Angola. O valor das necessidades segue-se aos 87 milhões de dólares de que precisa a Etiópia.

A UNICEF estima-se que 1,4 milhões de angolanos estejam afectados por condições climáticas extremas e outros 800 mil enfrentem insegurança alimentar. O problema ocorre principalmente nas províncias semi-áridas do sul de Angola.

A agência especializada das Nações Unidas afirmou que, nas duas sub-regiões africanas afectadas, quase um milhão de crianças precisa de tratamento para a desnutrição aguda grave.

A UNICEF destaca que a vida dos menores mais vulneráveis sofre o impacto de dois anos de chuvas irregulares e secas associadas ao El Niño, que é considerado um dos mais fortes em 50 anos.

O drama de milhões de crianças em risco de fome, escassez de água e doenças piora com o aumento dos preços alimentares que leva as famílias a tomarem "medidas drásticas" para enfrentar a situação, como vender bens e não fazer três refeições diárias.

A directora regional da UNICEF para a África Oriental e Austral disse que a intensidade do El Niño vai baixar, mas o custo para crianças, que, em grande parte, já viviam em situação precária, vai continuar por muitos anos. Leila Gharagozloo-Pakkala afirmou que os governos estão a responder à situação com os recursos disponíveis, mas lembrou que esta não tem precedentes e "a sobrevivência infantil depende das medidas tomadas hoje".

Países como Lesoto, Zimbabué e a maioria das províncias da África do Sul declararam o estado de desastre devido à crescente falta de recursos. Na Etiópia, espera-se que o número de necessitados de ajuda alimentar suba dos mais de 10 milhões actuais para 18 milhões até ao fim do ano.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância refere que os apelos humanitários tiveram menos de 15 por cento do custo necessário para os países que sofrem o impacto do El Niño na África Austral. A agência especializada da ONU destaca que seis milhões de crianças etíopes precisam de ajuda alimentar no seu mais recente informe sobre o impacto do fenómeno climático sobre as crianças da região.

As duas estações de chuvas falharam na Etiópia, onde também aumentam as faltas à escola à medida que as crianças são forçadas a caminhar distâncias maiores para ter acesso à água.

Cerca de 15 milhões de dólares são necessários na Somália, onde mais de dois terços dos necessitados de assistência urgente são deslocados. No Quênia, chuvas fortes e inundações relacionadas com o El Niño agravam surtos de cólera. No Lesoto, um quarto da população é afectada pelo fenómeno, enquanto no Zimbabué cerca de 2,8 milhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar e nutricional.

Já o Malawi está a braços com a pior crise alimentar em nove anos, com 2,8 milhões de pessoas em risco

de fome. O número equivale a mais de 15 por cento da população.

O Escritório das Nações Unidas para os Assuntos Humanitários (OCHA) prevê que, em cerca de dois anos, as comunidades afectadas se recuperem da seca agravada pelo El Niño se as condições agrícolas melhorarem no segundo semestre deste ano.

10.20 Chuvas desabrigam mais de 100 pessoas em Menongue

Jornal O País
25 de Fevereiro de 2016

Cento e trinta e duas pessoas estão desabrigadas pelas chuvas que caíram sobre a cidade de Menongue e arredores, sede da capital da província do Cuando Cubango, entre os dias 21 e 23 do mês em curso.

Segundo dados definitivos dos danos causados pela chuva das últimas 48 horas do comando provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros chegados hoje, quarta-feira, à Angop, ficaram danificadas 22 residências.

O balanço refere que foram destruídas totalmente cinco residências e 11 de forma parcial e seis outras alagadas, sendo que Cunha, Futungo, Candingo, Jubileu, Vitória e Chiwaya foram os bairros afectados, incluindo o centro da cidade de Menongue.

Perante este quadro, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros garante que vai continuar a levar a cabo acções combinadas de sensibilizar às populações, particularmente em locais propensos de surgimento de ravinas, zonas ribeirinhas, próximo das estradas, bem como sensibilizá-las a evitarem o uso de telemóveis e outros aparelhos similares enquanto estiver a chover.

Enquanto isso o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMEI) prevê, até às 12 horas de hoje, para a região norte, a ocorrência de aguaceiros dispersos ou chuva fraca pela tarde e noite acompanhada, por vezes, de trovoadas nas províncias do Zaire, Uíge, Malanje, Lunda Norte, Lunda-Sul, kwanza Norte e na parte interior do kwanza Sul.

Na mesma zona do território nacional, o INAMEI prevê céu parcialmente nublado, apresentando-se com períodos de céu muito nublado, havendo a possibilidade de aguaceiro pela madrugada e manhã em Cabinda, Luanda, Bengo e na faixa do litoral do kwanza Sul.

No centro, o céu estará parcialmente nublado, alternando com períodos muito nublado onde se prevê aguaceiros dispersos ou chuva fraca acompanhada vezes, de trovoadas no Huambo, Bié, parte interior de Benguela e em alguns municípios do Moxico pela tarde e noite.

No sul, observa-se céu parcialmente nublado, alternando com períodos muito nublado com possibilidade de aguaceiro chuva dispersa nas províncias da Huíla, Cunene e Cuando Cubango, ocorrendo chuva fraca na faixa do litoral.

10.21 A chuva que atormenta e complica

Jornal de Angola
26 De Fevereiro de 2016

A chuva que tem vindo a cair em Luanda com alguma intensidade evidencia aquilo que todos sabemos: a cidade não está preparada para receber tanta carga de água. O que não sabemos e gostaríamos de saber é por que tardam, há tantos anos, as soluções para os problemas que se acumulam.

Na verdade, alguns deles são complexos e carecem de algum trabalho profundo de engenharia. Mas outros, nem tanto. E por isso que já se diz por aí que, entre nós, a crise e a chuva não combinam. É difícil avaliar todos eles e a sua dimensão, assim numa primeira leitura.

Seja como for, muitos desses problemas chegam a ser até incompreensíveis. Vale destacar alguns: como entender, por exemplo, que sob a ponte da Senado da Câmara e arredores, junto à Unidade Operativa, se acumule tanta água quando a vala está por baixo? Como entender que, a poucos metros da vala do Cariango, junto à FTU, se acumule tanta água? Como resolver aquele 'bicudo' problema que se arranhou na Deolinda Rodrigues na altura do Km 9, em Viana? Como entender que em vários trechos da Via Expressa as valas continuem abarrotadas de areia e lixo, levando a água para o asfalto quando chove? Tal como a situação se apresenta, teme-se que, lá mais para a frente, vejamos tapete asfáltico danificar-se. O histórico e as advertências feitas até aqui de nada valerem, porque a situação prevalece e tende a piorar, ano após ano. Agora, os resultados estão aí. A agravar todo este quadro, a desarticulação. Do sistema de saneamento público, no final de 2015, foi o 'balde de água fria'. Aquele passo afundou ainda mais o fosso.

Se a crise é a 'madrasta' de todos os males, hoje ela não é, de todo, a causadora da desgraça. Mergulhados

como vamos nesta crise financeira, a província não parece ter capacidade nem condições agora para segurar a velocidade com que São Pedro descarrega, de vez em quando, tanta água sobre o seu espaço geográfico, nem a velocidade com que produzimos o lixo. Esta combinação trigonométrica de factores está a tornar-se explosiva para a saúde pública.

Se a previsão das chuvas se mantiver ao ritmo actual, a cidade de Luanda corre sérios riscos. No domínio do trânsito, por exemplo, a ameaça de a cidade estar sitiada por todos os lados é real. Basta olhar para os problemas dos principais acessos à cidade. Para quem entra, pela parte Norte, Sambizanga ou Boavista, as vias ficam impossíveis, aguardando soluções das obras lentas que estão em curso. Pela parte Sul ou centro, os alagamentos em alguns troços da Deolinda Rodrigues e da Via Expressa são sérios avisos de futuras complicações de acesso ao centro da cidade.

Esta situação pode ser evitada com medidas preventivas de manutenção e saneamento permanentes. A falta de limpeza das valas de drenagem, a acumulação desregrada, atípica e vergonhosa de resíduos por todos os lados, agravam o cenário e desafiam a nossa capacidade de gestão. Esse trabalho de limpeza das valas, em algumas das quais, sem recurso a grandes meios técnicos, não deveria esperar mais.

A manutenção e o saneamento deveriam ser feitos por pequenas brigadas. São serviços que devem estar descentralizados, sob tutela das administrações municipais e comunais. Um trabalho que não requer mão-de-obra qualificada, sem recurso a máquinas; para não degradar o que já foi feito.

As fontes para obtenção de recursos financeiros e humanos existem, mesmo a nível local. Basta olhar para a dispersão dos valores monetários arrecadados nos mercados informais, na massa de jovens desempregados que aí trabalha ou a vender nos engarrafamentos das vias.

Urge, por isso, que se tomem medidas que aliviem esta situação em que vivemos, que se trave a veloz degradação das estradas, o descaso na limpeza das valas e bermas, todos os outros canais de escoamento das águas pluviais que ameaçam afundar Luanda no Atlântico de tanto mau trato. Esperemos que o ímpeto de trabalho que novo governador vem demonstrando renove as esperanças idosas desta província transformada em 'tubo de ensaio' da gestão administrativa e política.

Trata-se não só do poder necessário para remover vícios, a impunidade e outros obstáculos inerentes a uma metrópole, mas, sobretudo, de querer reverter

este quadro cinzento que já beliscou tantos ocupantes do Palácio da Mutamba.

Outro desafio latente é que ainda não está claro se a cidade e suas periferias desejam esperar muito mais a ponto ele assumirem, por essa questão, o sacrifício que os desgasta e perdura infinitamente. Vamos lá ver se as iniciativas em curso surtirão os efeitos almejados.

A medida sobre a circulação automóvel reversível, por alguns períodos do dia, é uma tentativa de minimizar o problema, mas também uma inquietação que aguardamos com alguma reserva. As complicações da circulação automóvel crítica quando chove com todas as suas derivações conexas - relegam muita gente para a margem da vida quotidiana. Em tempo de crise financeira, é indispensável que a acção do novo governador não sofra boicotes e as suas atribuições tenham ampla margem. Vamos aproveitar o seu fôlego quando demonstra uma clara vontade política de batalhar contra a resistência dos obstrucionistas. E, numa província onde os obstrucionistas florescem como cogumelos, poderia multiplicar as exigências de imposição da ordem com recursos físicos e políticos à altura desses vermes poluentes.

10.22 Angola sai da lista de monitoramento contra branqueamento de capitais

Jornal A República
26 De Fevereiro de 2016

Segundo uma nota do Gabinete de Comunicação Institucional do BNA, a que a Angop teve acesso hoje, a implementação pelo BNA das recomendações que constam do Plano Director do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), ditou progressos significativos do país.

De acordo com o documento, a decisão decorre das medidas tomadas pelo Estado angolano, que procedeu a um vasto programa de governação e cumprimento de regulamentos externos e internos, de modo a assegurar que o Sistema Financeiro Angolano esteja alinhado aos requisitos internacionais e regionais.

Descreve que o referido programa, ancorado no combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, compreende a reforma regulamentar e a entrada em vigor de 23 de 41 novos regulamentos em que se destacam o licenciamento de bancos, a governação de risco, a gestão de créditos,

entre outros. Recorde-se que em Janeiro de 2016 o GAFI visitou Angola para acompanhar o processo de implementação das reformas e acções com vista a melhorar as áreas previamente identificadas em 2010.

Nesta senda, dentre outros pontos, estabeleceu um quadro jurídico apropriado, sendo que nenhum activo relacionado ao Financiamento ao Terrorismo foi identificado, com aplicação de medidas provisórias e de confisco adequadas.

Na nota, ao comentar sobre o relatório do GAFI, o Governador do BNA, José Pedro de Moraes Júnior, sublinhou a sua satisfação.

"Congratulamo-nos com a decisão do GAFI. A remoção de Angola da lista de monitoramento contra o Branqueamento de Capitais irá melhorar a qualidade de crédito do país e das instituições financeiras 10 cais. É também uma prova do progresso significativo feito pelo BNA na adopção e implementação de medidas em conformidade com as recomendações do GAFI. Felicito de igual modo as instituições supervisionadas pelo BNA pela sua cooperação e progresso alcançado ao longo dos últimos anos. Tais organismos não só aderiram as directrizes estipuladas, mas também implementaram-nas de forma rigorosa em todas as suas operações. Estas medidas permitiram que o sector financeiro angolano aderisse as melhores práticas", concluiu o Governador.

O BNA refere que continuará a demonstrar o seu compromisso de aderir aos padrões internacionais de governação, mantendo a estabilidade financeira de Angola através de um conjunto de medidas e regras que visam reforçar a divulgação de operações terroristas suspeitas.

10.23 Impacto das chuvas em Luanda: Resolver as causas para não padecer das consequências

Novo Jornal
26 Fevereiro 2016

Quando chove em Luanda, cada vez mais fico convencido de que a intervenção humana, e não a intensidade das chuvas, é a principal responsável pela maior parte das ocorrências de inundações, doenças e os diversos prejuízos económicos que daí resultam. Foi pela ausência de infra-estruturas de absorção das águas, mecanismos eficazes de recolha dos resíduos, capacidade de resposta e fragilidade institucional que as chuvas que se abateram sobre Luanda muito recentemente tiveram o impacto a que todos assistimos.

Quando a vazão das águas excede a capacidade de escoamento e estas transbordam, invadem ou inundam estradas, residências e caminhos, outros ambientes fora do que se supunha ser o seu curso normal, alguma coisa em matéria de gestão do território, dinâmicas de ocupação dos terrenos e infra-estruturas está a correr mal.

As chuvas são obviamente fenómenos naturais, mas o que ocorre em Luanda é em grande medida causado pelas inúmeras interferências humanas, pois estas aumentam as probabilidades da ocorrência de danos materiais, económicos, ambientais e humanos que as pessoas mais vulneráveis sofrem.

Pode até ser que este ano as chuvas estejam a ser mais intensas em comparação com os anos anteriores, e, quando assim acontece, é normal que surjam constrangimentos. O que não é normal é o facto de ainda não termos aprendido (pelo menos é o que parece!) que a natureza segue um ciclo natural que, quando alterado, pode trazer graves prejuízos.

É curioso ouvir os argumentos dos cidadãos que tentam explicar o drama causado pelas chuvas como se de um azar se tratasse, quando sabemos o peso que a interferência humana, por meio de acções como a eliminação da vegetação, deposição dos resíduos em locais impróprios e reconstruções sobre as linhas de água, teve sobre os impactos das chuvas".

O mais caricato é ver como algumas pessoas ligadas às autoridades responsáveis pela gestão da cidade responsabilizam os cidadãos por estes terem construído em locais impróprios ou os empreiteiros por não terem feito as obras com a qualidade que seria exigível, quando sabemos que em ambos os casos houve uma clara ausência das autoridades responsáveis pela supervisão e controlo.

Temos de ser realistas e honestos nos nossos diagnósticos em relação ao que se passa em Luanda, sob pena de continuarmos a assistir, anos atrás de anos, a graves perdas em termos humanos, económicos e materiais que se avolumam à medida que o tempo vai passando.

Perde-se muito com as inundações que invadem as áreas urbanas e peri-urbanas, uma vez que pessoas, empresas, e o próprio ambiente sofrem. Basta olhar para o impacto das chuvas sobre a economia das famílias e também sobre a saúde pública.

Estamos muito orgulhosos do crescimento económico e urbano que Luanda teve nos últimos anos, mas, com todas estas infra-estruturas, não conseguimos evitar que as águas contaminadas provenientes das inundações entrem em contacto

com as pessoas ou se acumulem junto das residências, passando a transmitir doenças diversas, sem falar dos casos de mortes por afogamento ou desabamento que, embora em menor número, também acontecem.

Muitas casas são derrubadas ou interditadas, perdem-se móveis, alimentos, bens privados e públicos e a actividade económica de muitas famílias e instituições é gravemente prejudicada. Alguém já tentou calcular objectivamente o prejuízo financeiro que isto tem acarretado?

Sabemos que, na maior parte das vezes, os casos de inundações e outros males até aqui imputados às chuvas podem e poderiam ter sido prevenidos ou mitigados com recurso a medidas e costumes simples, mas importantes. Colocar os resíduos nos locais correctos, reciclar, respeitar os limites da natureza, construir em locais apropriados e de maneira adequada, melhorar a fiscalização e a gestão do território, criar e implementar políticas adequadas de planeamento urbano e rural, entre outras medidas é algo que uma sociedade tem de poder fazer.

Mas também sabemos que tais medidas só vão ser postas em prática quando, enquanto cidadãos, desenvolvermos a capacidade de exigir das autoridades o cumprimento das obrigações que lhes competem. E não embarcarmos nestes discursos que tendem a apresentar-nos a chuva como a principal causa das desgraças a que assistimos. Porque, como dizia uma peça publicitária que passava na televisão há uns anos, "não é azar, é desleixo".

10.24 Apicultura moderna na região

Jornal de Angola
27 De Fevereiro de 2016
Texto: Delfina Victorino

Mais de 30 apicultores das províncias do Bié, Cuando Cubango e Huambo participam, desde quinta-feira até hoje, no Cuito, numa acção de formação de aperfeiçoamento de técnicas de produção de mel.

A iniciativa inclui formação específica sobre o meio ambiente, castas. Introdução à anatomia e raças das abelhas, bem como instalação e apetrechamento de colmeias, fumigação, alimentação artificial, além de divisão e união dos enxames. A coordenadora nacional do programa de reforço da capacidade de segurança alimentar, controlo de pragas e doenças das culturas lembrou que a iniciativa faz parte de um programa integrado da Comunidade dos Países da África Austral (SADC). Laurinda Paím referiu a importância das acções de formação devido

à falta de conhecimentos técnicos dos apicultores das zonas rurais. A responsável afirmou que apicultores dos municípios do Cuito e de Chitembo participaram recentemente num curso de 18 meses sobre novas técnicas de manutenção e de higiene do mel organizado pela Cruz Vermelha de Angola e financiado pela congénere espanhola. Aqueles apicultores receberam 48 tambores metálicos de 175 quilos cada um para a conservação do mel natural.

Nas associações de apicultores das comunas de Cambandua, Chicala, Cahingues e Mumbue foram utilizados sulfato e cal para a produção e conservação do mel.

O coordenador das acções formação, Artur Mboio, mencionou como objectivos imediatos um planeamento mais participativo das associações e a motivação das empresas agrárias.

10.26 Famílias vão para zonas seguras

Jornal de Angola
28 De Fevereiro de 2016
Texto: Bernardo Capita

As cerca de 18 mil famílias que habitam nas encostas do Morro do Tchizo, na província de Cabinda, vão ser transferidas brevemente para zonas mais seguras da localidade de São Vicente, anunciou sexta-feira a governadora provincial.

Aldina da Lomba referiu que a que estão expostas, com a iminência do deslizamento de terras e desabamento de casas, em consequência da chuva.

A governadora de Cabinda, que visitava a área de Tchizo e outros bairros afectados por inundações, considerou grave a situação em que se encontram os moradores.

Aldina da Lomba revelou que o governo provincial disponibilizou às famílias dois mil lotes de terrenos na localidade de São Vicente, a 13 quilómetros a nordeste da cidade de Cabinda, para autoconstrução dirigida.

"As terras, em princípio, têm um valor económico, mas, infelizmente, dado o estado de carência extrema das populações, o governo vai ter de oferecê-las, para permitir que se resolva com urgência essa situação", disse a governadora.

Aldina da Lomba deplorou a tendência de construção em zonas de risco e a venda ilegal de terrenos. A este propósito, referiu que os coordenadores de bairro, de zona e as autoridades tradicionais não têm autoridade para vender terrenos das reservas fundiárias, cabendo essa tarefa ao governo. As habitações precárias e

ilegais do Morro do Tchizo estão expostas à força das águas pluviais que arrastam terras e matéria orgânica, provocando o assoreamento das valas de drenagem do rio Lucala. O assoreamento provoca inundações nos bairros 1º de Maio, 4 de Fevereiro, Uneca, Chiweca, Luvassa Sul e Luvassa Norte, e na pista do aeroporto.

Escavações

A governadora também responsabiliza por esta situação a empresa CETCOM, contratada pelas operadoras de telefonia móvel para instalar uma rede de fibra óptica. O governo exige que a empresa reponha rapidamente os passeios escavados para evitar maiores danos materiais. "Nós já notificámos as duas operadoras de telefonia móvel que contrataram os serviços dessa empresa, para responsabilizá-la por estes danos que está a causar", indicou Aldina da Lomba.

Entre os danos causados pela empresa, a governadora provincial Aldina da Lomba destacou, particularmente, o desabamento da ponte do Tchizo, a destruição de passeios no centro da cidade e bairros periféricos, bem como a queda parcial do muro de vedação do Instituto Médio de Educação, entre outras estruturas em diferentes localidades de Cabinda.

As autoridades angolanas, através dos Serviços de Bombeiros e Protecção Civil têm vindo a desenvolver diversas acções de sensibilização em diferentes províncias para evitar a construção de habitações em áreas consideradas de risco, sobretudo próximo de ravinas para prevenir acidentes.

10.27 Mais de seis milhões de Angolanos estão sensibilizados

Jornal grande notícias
29 De Janeiro de 2016
Texto: Simão Tunico

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, destacou em Luanda, a importância do Programa Nacional de Educação e Consciencialização Ambiental (PECA) para o aumento progressivo do conhecimento sobre os fenómenos ecológicos, sociais e económicos que regem a sociedade humana.

A ministra do Ambiente Fátima Jardim, que discursava durante o workshop de auscultação do programa nacional de educação ambiental para 2016, referiu que o aumento progressivo de conhecimentos da população exige a criação de projectos e iniciativas

por diferentes actores e níveis de intervenção e de cooperação da sociedade.

O PECA determinou três tipos de educação ambiental, nomeadamente a formal, não formal e a informal, cujas definições ajudaram a impulsionar e a focar as actividades para o maior impacto de sustentabilidade.

Segundo a governante, a importância da gestão ambiental é entendida de modo geral pela sociedade angolana, sendo ainda necessário melhorar as capacidades, competências e práticas para se puder contribuir cada vez mais para protecção da biodiversidade para boas práticas de saneamento ambiental, implementação de tecnologias ambientais e outros aspectos concernentes ao ambiente.

Para a ministra, o seu pelouro tem implementado vários projectos no quadro da PECA, como o Comité Planta Terra, a Estratégia Nacional da Biodiversidade, a Preservação da Camada do Ozono, o Saneamento Total liderado pela Comunidade, Angola Contente e o Novo Rumo, dentre outros.

"Todos os projectos contaram com parcerias estratégicas para a sua implementação, nomeadamente com associações de defesa do ambiente' governos locais, associações juvenis e associações de mulheres, tal como parcerias com organismos internacionais e organizações não governamentais': frisou.

Para a titular da pasta do Ambiente, a promoção técnico-profissional em várias vertentes da gestão ambiental, as consultas públicas sobre os estudos de impactos ambientais dos projectos de vários sectores económicos, a realização de congressos e conferências nacionais e internacionais, constam da aposta do PECA.

A ministra disse que a primeira conferência nacional sobre a conservação da natureza realizada de 26 ao 31 de Janeiro de 1976 é anualmente recordada através da semana nacional do ambiente, que envolve as instituições do Estado, parceiros da sociedade civil e a comunicação social em várias actividades que procuram realçar a importância da educação ambiental e das políticas e estratégias para conservação e protecção ambiental.

O programa nacional de educação e consciencialização ambiental ou simplesmente PECA têm suas gèneses a partir da lei de base do ambiente que determinou que a educação ambiental tem como objectivo o aumento progressivo de conhecimentos da população sobre os fenómenos ecológicos, sociais e económicos que regem a sociedade humana. Fátima

Jardim, referiu-se que o aumento progressivo de conhecimentos de toda a população exige a criação de programas, projectos iniciativa e passa necessariamente por diferentes níveis de intervenção e de cooperação entre diferentes actores, estatais e não estatais, para permitir a criação de uma cultura ambiental no país.

II MIGRAÇÃO

II.1 MPLA promove a imigração ilegal em Angola

Jornal Grande Notícias
19 De Fevereiro de 2016
Texto: António André

O movimento popular de libertação de Angola (MPLA) defende debate pedagógico sem sentimentos xenófobos; mas os partidos da oposição, como são os casos UNITA e PRS querem saber quem prove o fenómeno no país.

O tema vai à discussão na próxima quinta-feira, 25 de Fevereiro, no habitual debate mensal na Assembleia Nacional, sob proposta da bancada parlamentar do MPLA. O chefe da bancada parlamentar da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Adalberto Costa Júnior, defendeu que se faça um amplo debate sobre o tema da imigração ilegal, pelos riscos e consequências que podem advir dos pontos de vista económico e social.

O político disse que, dentre as autoridades governamentais, há coniventes dessa imigração ilegal. Ressaltou ser impossível, num país como Angola, haver milhares de cantinas, todas elas detentoras do mesmo formato. «É preciso dizer isso de forma muito clara; conheço também casos de grande quantidade de pessoas apanhadas pelos Serviços de Imigração Estrangeiros e que, chegadas aos postos de controlo, são mandadas passar porque alguma ordem superior assim lhes instruiu», revelou.

O dirigente dos «maninhos» na casa das leis sugeriu que o debate do dia 25 de Fevereiro se faça com tranquilidade e com uma disposição de participação positiva, e que o Executivo também possa olhar para os seus resultados, independentemente das origens partidárias, e tirar dali uma leitura de melhoria, no interesse do cidadão e da segurança nacional.

O político entende que os riscos são de vários tipos, não são só de âmbito económico, mas, acima de tudo, de âmbito político, na vertente da segurança interna. O País tem um número muito grande de cidadãos estrangeiros a trabalhar em áreas diamantíferas, exercendo a comercialização de diamantes. «Vai ser um debate importante, vamos esperar que a Assembleia Nacional encontre uma forma que permita a votação de uma resolução no fim do debate, porque o que nós temos tido é debates sem consequências. Fazemos um debate mas depois

não há, diria, o balanço disto transferido para o Governo e a área respectiva do Executivo», disse.

"O País se tivesse meios eficazes, a imigração ilegal não existiria" Para o líder da bancada parlamentar do Partido de Renovação Social (PRS), Benedito Daniel, a imigração ilegal desestrutura a própria sociedade, e as autoridades competentes perdem o senso do controlo.

O político refere que, no debate do dia 25, vai sugerir formas para combater a imigração ilegal, por entender que "muitas das vezes esse fenómeno tem sido colaborado para que realmente exista" Adiantou ainda que se o país tivesse meios e métodos eficazes de combatê-la, a imigração ilegal não existiria. "Estamos inclusos na área da SADC, uma região em que nem todos os países sofrem com a imigração ilegal de que somos alvo", refere. Benedito Daniel é de opinião que se o país sofre com o flagelo da imigração ilegal tem que analisar onde foi que falhou e, por que razão, isso acontece em Angola. "Senão, todos os países da região viveriam essa imigração ilegal": observou.

"Estrangeiros entram em Angola com a promoção de forças políticas" Já o Vice-presidente da bancada parlamentar do MPLA, João Pinto, disse que uma das razões apresentadas pelo partido que governa Angola desde 1975, para levar a debate o tema "imigração ilegal, causas, impacto político e social e formas de combate" prende-se com "razões objectivas" que "não sejam a promoção da xenofobia"

"Como sabe, a estabilidade do nosso País motivou a vinda de muitos estrangeiros de países do Oeste africano, e como somos uma espécie de País de oportunidades, muitos aproveitam -se', reconheceu. Referiu ser esta a razão por que os parlamentares vão reflectir sobre esta problemática e fazer um "debate pedagógico": porém, não para promover a xenofobia. "Quem está legalmente está, e temos que reflectir este e outros problemas", disse, indicando que muitos estrangeiros entram em Angola com a promoção de forças políticas.

Nos últimos anos, os Serviços de Imigração Estrangeiros expulsaram de Angola um total de 122.385 cidadãos estrangeiros de diferentes nacionalidades' sendo 1.028 por via judicial e 121.357 por via administrativa. No topo da lista de imigração ilegal em Angola constam em destaque os imigrantes oriundos dos países do Leste e Oeste de África.

Migrações como ameaçam a Segurança As migrações fazem parte do rol de novas ameaças e seu processo de secularização é emblemático, pois toca em diversos campos que merecem atenção permanente

como a segurança humana, societal e regional. Cabe aqui entender esse processo e evidenciar a problemática colocada em questão. Pode-se afirmar que as migrações são fruto de assimetrias no sistema internacional, isso é evidente quando se fala de migrações económicas. Entretanto, o fenómeno é ampliado com os atentados de 11 de Setembro 2001 nos EUA, onde os imigrantes são vistos maioritariamente como potenciais terroristas ou mesmo agravantes da crise económica. Ora, a mão-de-obra imigrante é tão útil aos países desenvolvidos; é substituída por um carácter ameaçador e vistas sob um ponto de vista político, soberano, cuja principal forma de combate são políticas restritivas e unilaterais.

Há três causas essenciais para os fluxos migratórios: causas económicas, sociais e políticas (Cárdenas 2006). As causas económicas tais como o nível de desenvolvimento económico do país de origem em relação ao País de destino e a expectativa de maiores rendimentos e oportunidades de emprego são determinantes para entender as migrações voluntárias. Relaciona-se com o mercado de trabalho, desemprego, salários e mobilidade da mão-de-obra. Em segundo lugar estão as redes de apoio social. A presença de compatriotas, amigos ou parentes em um País estrangeiro facilita e incentiva os fluxos para aquele País. Em alguns casos, a experiência bem-sucedida de migrantes antigos pode ser um exemplo a seguir e outras vezes, os migrantes tendem a se deslocar para unificar suas famílias no exterior. Além disso, redes sociais actuam como um sistema de apoio, fornecendo informações sobre empregos e outros aspectos relevante para facilitar o processo de assimilação na nova cultura. A migração internacional passou a ser uma preocupação, devido ao facto do fluxo migratório fornecer canais de propagação para o terrorismo internacional. Preocupações com segurança nacional principalmente devido a esta disseminação passaram a ocupar o topo da agenda internacional na última década. Vários países da Europa como a França foram receptores de imigrantes, muitos destes de origem muçulmana.

O terrorismo não é um fenómeno recente no cenário internacional' já que ele tem estado no topo da agenda em virtude do aumento de atentados terroristas. Uma das causas para a centralidade do debate se dá em virtude do governo norte-americano enfocar sua política externa no combate ao terrorismo internacional.

Ocorreu assim um grande impacto nas políticas de segurança em todo o mundo, fazendo com que os governos passassem a dar maior atenção às ameaças vindas de seu próprio território. Sendo assim, todos os imigrantes, principalmente os de origem

muçulmana, passaram a ser considerados uma ameaça para a segurança nacional do local onde estão inseridos. As migrações internacionais, actualmente, constituem um espelho das assimetrias das relações sócio económicas vigentes em nível planetário. São termómetros que apontam as contradições das relações internacionais e da globalização neoliberal. Numa perspectiva sociológica, as migrações são percebidas sob a óptica estruturalista como uma das consequências da crise neoliberal contemporânea. No contexto do sistema económico actual, verifica-se o crescimento económico sem o aumento da oferta de emprego. O desemprego passa a ser uma característica estrutural do neoliberalismo, e as pessoas, então, migram em busca, fundamentalmente, de trabalho. E isto se verifica tanto no plano interno como no internacional. Sobre a lógica do progresso económico e do desenvolvimento social impera a lógica do lucro, onde todos os bens, objectos e valores são passíveis de negociação, como as pessoas e até os seus órgãos, a educação, a sexualidade e, inevitavelmente, os migrantes. Esta sensação de desilusão foi impulsionada também pela conjuntura política. A queda do muro de Berlim representou um golpe para os que acreditavam na possibilidade de planear sociedades igualitárias e justas. Sobrou a dura lei do mercado, logo proclamada como única vencedora. Os falsos profetas vaticinaram: é o fim da história e da utopia; não precisa olhar mais para o horizonte, nem buscar mais, pois o destino da humanidade já está traçado: é o caminho da globalização neoliberal.

11.2 SME repatria imigrantes

Jornal de Angola

23 De Fevereiro

Texto: Kayila Silvina

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província do Zaire repatriou ontem, através do posto fronteiriço do Luvo, 36 cidadãos estrangeiros por entrada e permanência ilegal no território nacional, todos da República Democrática do Congo (RDC), revelou o porta-voz do Comando provincial da Polícia Nacional no Zaire.

O inspector-chefe Luís Bernardo afirmou que os cidadãos estrangeiros entraram pelo Soyo e foram interpelados nos municípios do Tomboco e Nzeto, onde permaneceram escondidos nas matas durante cinco dias.

O porta-voz do Comando provincial da Polícia Nacional revelou que a pretensão dos cidadãos detidos era viajar para Luanda, contando com o alegado auxílio de um cidadão nacional que os

transportou num camião. O inspector-chefe Luís Bernardo disse que depois de observados todos os trâmites administrativos os cidadãos estrangeiros foram repatriados através do posto fronteiriço do Luvo. Já o cidadão nacional suspeito de facilitar a entrada dos ilegais deve responder em tribunal, pois patrocinar e dar protecção a imigrantes em situação ilegal constitui crime punível por lei.

O porta-voz do comando provincial da Polícia Nacional referiu que a detenção dos cidadãos estrangeiros na comuna do Quinzau resultou das operações conjuntas realizadas com os efectivos dos Serviços de Migração e Estrangeiros no âmbito do combate à imigração ilegal em curso no país.

11.3 Deputados defendem política migratória no país

Jornal o país

26 De Fevereiro de 2016

T exto: Hermenegildo Tchipilica

O debate mensal realizado ontem, na Assembleia Nacional (AN), sob proposta do grupo parlamentar do MPLA, com o tema "Imigração Ilegal: Causas, Impacto Político e Social e Formas de Combate", trouxe como novidade a necessidade de o país dotar-se de uma legislação em matéria de uma política nacional migratória.

Esta é, pelo menos, a ideia que se depreende das declarações dos deputados quer do MPLA quer da Oposição, que esgrimiram os seus pontos de vista sobre a matéria, num "quase" debate feito " sem paixões político- partidárias", retirando-lhe assim o foco de um verdadeiro debate.

O deputado do MPLA, Roberto Leal Monteiro "Ngongo", disse que o assunto, pela sua pertinência, não se esgota no debate, defendendo consequentemente que o país tem uma política de governo já definida há muitos anos para diferente legislação que foi sendo aprovada pela Assembleia Nacional.

11.4 Remessas dos angolanos a trabalharam em Portugal subiram 41,5% no ano passado

Jornal Expensão

26 De Fevereiro de 2016

As remessas dos trabalhadores angolanos em Portugal subiram 41,5% para 19,5 milhões de euros em 2015, face a 2014, ao passo que as verbas dos portugueses

em Angola desceram 12% para 218,1 milhões de euros.

Segundo dados divulgados esta semana pelo Banco de Portugal no 'Boletim Estatístico', os portugueses em Angola enviaram 218,1 milhões de euros, uma descida de 12,02% face aos 247,9 milhões de 2014.

Onde existe uma variação percentual mais significativa é nas verbas enviadas pelos angolanos a trabalhar em Portugal: em 2015, enviaram 19,5 milhões de euros, uma subida de 41,5%; face aos 13,8 milhões de 2014.

Angola representa habitualmente a esmagadora maioria das verbas, seja de Portugal para África, seja do continente africano para Portugal, o que explica a proximidade entre os valores de Angola e do conjunto de todos os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

As remessas dos portugueses a trabalhar nos PALOP caíram 11 % em 2015, enquanto as destes africanos empregados em Portugal subiram 27,7%, mas são em muito menor valor.

Os portugueses a trabalhar nos países africanos lusófonos enviaram, em 2015, 229,1 milhões de euros, menos 10,96% face a 2014. Já as verbas enviadas pelos africanos lusófonos empregados em Portugal, subiram 27,7%, para 51 milhões. Os portugueses a trabalhar no estrangeiro enviaram para Portugal 3.314 milhões de euros em 2015, um aumento de 8,3% face a 2014, ano em que as remessas ultrapassaram pela primeira vez os 3 mil milhões de euros.

Nas verbas que os estrangeiros a trabalhar em Portugal enviaram para os seus países de origem, houve uma queda de 1,5%, para 526,65 milhões de euros.

11.5 Contra a imigração ilegal

Jornal de Angola

27 De Fevereiro de 2016

A imigração ilegal é um fenómeno antigo, hoje presente em muitas partes do mundo e particularmente delicado em África por várias razões. A começar pelas fronteiras herdadas da colonização, que transformou povos com laços consanguíneos vizinhos e com diferentes nacionalidades, a questão da imigração no continente envolve uma grande complexidade. E não há dúvidas de que o lado delicado da questão não impede que as autoridades angolanas desenvolvam um conjunto de ferramentas e tomem medidas para, entre outros fins, controlar a

imigração ilegal. Fruto desta realidade, os angolanos têm sido cautelosos ao lidar com um fenómeno que já atinge proporções de uma verdadeira invasão silenciosa, como em tempos tinha alertado o Mais Alto Magistrado da Nação. Urge revertermos o presente quadro em que os estrangeiros se sintam mais estimulados a entrar e permanecer em Angola por meios ilegais em detrimento das disposições legais plenamente ao alcance de todos os estrangeiros.

Na verdade, as fronteiras do país nunca ficaram encerradas, atendendo que Angola e as suas autoridades, desde os primórdios como nação independente e soberana, elevaram sempre bem alto a fasquia da solidariedade, da hospitalidade e tratamento recíproco para com todos os povos. A entrada e permanência em território angolano de estrangeiros prevalece inteiramente ao alcance de todos os estrangeiros que cumpram escrupulosamente os requisitos elementares previstos na lei do país. E os milhares de estrangeiros, com a situação de residência legal no país, controlados pelos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME) constituem prova de que Angola não inviabiliza a migração legal.

Mas todos convergimos na ideia segundo a qual ao ritmo com que Angola vê transpor as suas fronteiras cidadãos estrangeiros ilegais haverá implicações muito sérias a todos os níveis, numa altura em que o fenómeno da imigração ilegal está sempre associado a outras práticas social, económica e culturalmente nefastas. Atendendo ao contexto da invasão silenciosa por que passa, as medidas ensaiadas pelas autoridades não podem ser encaradas como um exercício de xenofobia ou do reacender de sentimentos nacionalistas.

Em todo o caso, acreditamos que não é a percepção que, inclusive os estrangeiros que vivem legalmente em Angola, têm sobre a realidade actual que leva as autoridades do país a tomar medidas para conter a imigração ilegal. Durante o debate mensal no parlamento, na quinta-feira, os deputados da Assembleia Nacional defenderam a urgência de se elaborar uma Política Migratória Nacional para travar a imigração ilegal no país. Apenas para se ter uma ideia das implicações de natureza económica para o país, nos últimos três anos, a imigração ilegal custou aos cofres do Estado angolano qualquer coisa como 261,2 milhões de dólares. Se não for travada e devidamente controlada, não há dúvidas de que tais números podem ascender a outras centenas de milhões de dólares, causando grande prejuízo ao Estado angolano. Não podemos perder de vista que fruto da paz, estabilidade e das oportunidades que podem ser encontradas em Angola, o país continua

como uma espécie de destino preferencial para muitos estrangeiros.

Atente-se que muitos aportam em Angola por razões humanitárias, outros para fixarem residência, ainda que ilegalmente, e ainda outros na condição de refugiados. E preciso criar, e nisto convergem os legisladores, um diploma em que conste um regime jurídico para os estrangeiros e outro para os refugiados. Precisamos de "afinar" os mecanismos por via dos quais Angola pode contar com uma legislação actuante e devidamente actualizada para lidar com o fenómeno da imigração ilegal. No fundo, o país deve munir-se de um conjunto de outras ferramentas, ao lado da legislação específica, tais como controlos fronteiriços, acordos bilaterais com outros países e eventualmente disposições legais que envolvam os blocos económicos.

A implementação de procedimentos que garantam fronteiras seguras radica também na necessidade de prevenção contra males associados à imigração ilegal, hoje à vista de qualquer um. O terrorismo, o tráfico de seres e órgãos humanos, de droga, contrabando de armas, crimes económicos e financeiros. além das implicações demográficas e culturais, são quase sempre associados à imigração ilegal. Os parlamentares angolanos não estão a exigir demais quando encaram a necessidade do país munir-se de uma Política Migratória Nacional como uma ferramenta vital para a manutenção e continuidade do Estado angolano sem as ameaças derivadas do referido fenómeno.

Atendendo à gravidade do assunto, esperamos que os nossos legisladores saibam em nome dos superiores interesses do Estado angolano contribuir para a elaboração de um diploma legal que se ajuste aos principais desafios migratórios que Angola enfrenta. Como disse o deputado Roberto Leal "Ngongo", do MPLA, "todos podemos, com espírito de patriotismo, aperfeiçoar essa política" ligada à gestão, controlo e contenção do fenómeno da imigração ilegal.

12 EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Ministro da geologia e minas com dias contados

Jornal A República
12 De Fevereiro de 2016

O ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, pode a qualquer momento ser apeado do cargo que ocupa, segundo noticiou na última semana o site de internet Club-K, que citou fonte do Palácio Presidencial. De acordo com aquele media electrónico, a exoneração do governante está para breve, devendo inclusive acontecer antes mesmo de uma remodelação mais ampla que José Eduardo dos Santos deverá efectuar proximamente. Fazendo fé no Club-K, o caso de Francisco Queiroz é tido como "especial", razão por que será tratado com a máxima brevidade possível e "não deverá esperar mais pelo "pacote de exonerações" que apeará muitos ministros e secretários de Estado", o quer dizer que o ministro da Geologia e Minas vai "cair" sozinho e já nos próximos dias.

Estando o PLANAGEO em curso e sem possibilidades de recuo ou insucesso, até porque o líder executivo do projecto Makenda Ambroise dá todas as garantias não só de prossecução mas também de sucesso, Francisco Queiroz "tornou-se agora peça descartável", como refere o Club-K.

O site explica que o motivo principal da futura exoneração de Francisco Queiroz são os resultados nada encorajadores apresentados pelo sector mineiro, onde a excepção é o subsector dos diamantes. Para o Chefe de Estado e titular do poder executivo, anda tudo parado à espera dos resultados do PLANAGEO, o que é inconcebível, dada a necessidade extrema de o país diversificar a sua economia.

"No Palácio da Cidade Alta o entendimento é que o sector mineiro deveria assumir um papel relevante na diversificação da economia nacional, assumindo mesmo a liderança neste particular. Porém, na perspectiva da Presidência da República isto não tem acontecido, o que terá exasperado já o chefe de Estado em razão de julgar que o sector não pode ficar à espera dos resultados do PLANAGEO", escreve o Club-K. Ainda de acordo com o site, "José Eduardo dos Santos em várias ocasiões terá manifestado junto de colaboradores mais próximos o seu profundo

desagrado com a imagem passada pelo Ministério da Geologia e Minas". Na perspectiva de José Eduardo dos Santos, o ministro tem descurado áreas potencialmente rendosas como as rochas ornamentais, o ferro e até mesmo o guano, excremento de morcego que é considerado o melhor fertilizante do mundo e cuja produção é quase nula, existindo apenas uma mina desse produto, situada na província do Kwanza-Sul.

O desconforto do PR é tanto maior porque Francisco Queiroz "aparece" demasiado e sempre que o faz é para falar no PLANAGEO. Ou seja, amiudadas vezes e por motivos geralmente irrelevantes chama a comunicação social ao seu gabinete para debitar lugares comuns, quando o titular do poder executivo esperava que trouxesse novidades que ajudassem no generalizado esforço de diversificação da economia. Passou, de resto, a ser motivo de chacota a aflição do ministro quando a TPA ou a TV Zimbo atrasam nas conferências de imprensa que ele convoca. Para José Eduardo dos Santos, neste momento de crise é importante fazer mais e falar menos, mensagem que o ministro parece não ter captado ainda.

Em boa verdade, no Palácio Presidencial já se percebeu que Francisco Queiroz quer "mostrar serviço" por via das amiudadas aparições na comunicação social, principalmente na televisão para ser visto pelo Chefe. Segundo o Club-K, ao que tudo indica "esta táctica, porém, não gerou os efeitos que o ministro esperava. Antes pelo contrário, resultou exactamente em efeito contrário porque há muito que é

voz corrente no Palácio Presidencial que o momento é de mais acção e menos palavras, sobretudo quando as palavras são desprovidas de conteúdo e indiciam manifestamente intuito de auto-promoção pessoal, como são interpretadas as de Francisco Queiroz no outeiro de São José, onde a sua imagem está mais do que fragilizada".

Ainda fazendo fé no Club-K, o sucessor de Francisco Queiroz deverá ser João Baptista Borges, o titular do pelouro da Energia e Águas, que é geralmente tido como um quadro de reconhecida competência técnica e discrição, atributos muito apreciados pelo PR. A possível indicação de João Baptista Borges para o cargo de ministro da Geologia e Minas também "caiu" bem no próprio Ministério, onde merece aprovação quase total, inclusive de quadros lavados por Francisco Queiroz. Em princípio tidos como seus "indefectíveis".

O Club-K avança mesmo que "o desejo de mudança no cargo mais alto do ministério é tão grande que há muitos trabalhadores, incluindo

quadros intermédios de reputada valência técnica, que preparam uma "festa de boas-vindas" ao actual ministro, como aconteceu com Carolina Cerqueira no Ministério da Comunicação Social, onde teve de ouvir assobio, palmas e vivas dos trabalhadores no dia da sua exoneração, enquanto trabalhava no gabinete, sem saber o que estava a acontecer".

12.3 Reforço do controlo das áreas mineiras

Jornal de Angola

20 De Março de 2016

Texto: Delfina Victorino

Antunes Sapalo anunciou que o sector reforçou a fiscalização sobre os estrangeiros em situação ilegal na exploração de diamantes, principalmente nas localidades da Lubia e Seteca, no município da Nharea, e no Soma Kwanza, em Chitembo. A província é frequentada por garimpeiros maioritariamente provenientes do Congo Democrático, Mauritânia, Sudão, Costa do Marfim, Senegal, Guiné Conacri e Mali.

Com o controlo policial, as autoridades pretendem elevar a contribuição do sector dos diamantes na formação das receitas fiscais e na provisão de fundos para o Orçamento Geral do Estado, disse o director. Antunes Sapalo referiu que, em contraste, o número de solicitações de licenças de exploração mineira em várias localidades da província aumentou nos últimos meses e os pedidos que incidem na formação de cooperativas de exploração artesanal. Antunes Sapalo disse que a província tem 11 unidades de exploração mineira licenciadas, entre as quais se contam cooperativas de extracção de diamantes e britadeiras.

Sector Mineiro

O director provincial da Geologia e Minas disse ontem que actualmente existem 207 unidades industriais dispersas por várias localidades do Bié, que garantem 1.286 postos de trabalho aos jovens que exerciam antes actividade mineira ilegal.

O sector da Indústria, Geologia e Minas no Bié arrecadou para os cofres do Estado, no ano passado, mais de 3,9 milhões de kwanzas, informou. Quanto à exploração mineira, onze unidades são controladas na província, desde as que se dedicam à britadeira, à cooperativas que exploram inertes.

O director da Geologia e Minas do Bié disse que na província as administrações municipais e comunais têm ajudado na identificação de indivíduos que actuam de forma ilegal nas actividades mineiras. Para

prevenir o meio ambiente, a Direcção da Geologia e Minas procura legalizar e registar as empresas que querem actuar nesta área e ajudar na melhoria das condições sociais das populações. A província do Bié conta com um pólo de desenvolvimento industrial na Comuna do Cunje, onde existe uma unidade de produção de material de PVC.

Antunes Sapalo explicou que a criação de cooperativas visa empregar mais pessoas a explorarem inertes de forma legal e artesanal, para ajudar no crescimento económico e social do país. A comuna da Lúbia, no município de Nharea, que dista 175 quilómetros da cidade do Cuito, conta com a cooperativa CABCB, que dá trabalho a 50 pessoas.